

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades – DGTH
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGeo-So

**OS ASSÍRIOS NO NORTE DA SÍRIA:
QUESTÕES TERRITORIAIS EM MEIO AO ESTADO SÍRIO E À
DIÁSPORA**

Sorocaba

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades – DGTH
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGeo-So

**OS ASSÍRIOS NO NORTE DA SÍRIA:
QUESTÕES TERRITORIAIS EM MEIO AO ESTADO SÍRIO E À
DIÁSPORA**

Dissertação para obtenção do
título de Mestrado
apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em
Geografia da Universidade
Federal de São Carlos –
UFSCar campus Sorocaba,
na linha de pesquisa
Produção do Espaço,
Educação e Cultura

Mateus Felipe Holtz

Sorocaba
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
Centro de Ciências Humanas e Biológicas – CCHB
Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades – DGTH
Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGeo-So

Mestrando: Mateus Felipe Holtz

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Cunha Franca - DGTH/ UFSCar

Banca examinadora

Membro titular: Prof.^a Dr.^a Neusa de Fátima Mariano - DGTH/
UFSCar

Membro titular: Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes - IREL/ Unb

Membro suplente: Prof. Dr. Marcos de Oliveira Soares - DGTH/
UFSCar

Membro suplente: Prof. Dr. Daniel Abreu de Azevedo - GEA/ Unb

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo geral compreender a territorialidade dos assírios, uma minoria étnico-religiosa no norte da Síria – região da província de al-Hasakah e do Vale do Rio Khabour, em meio às tensões ocasionadas pela sobreposição e disputa territorial entre o Governo Sírio e a Federação Democrática do Norte – instituição governamental de maioria curda. Para atingir esse objetivo, propusemos uma análise escalar da ação social e política desta minoria cristã: um nível global, discorrendo sobre a mobilização dos assírios em diáspora; um nível nacional/ regional, tratando sobre a inserção dos assírios na Síria e suas relações com Damasco; um nível local, manifestado nos mecanismos de defesa do território pelos assírios no tocante ao estabelecimento dos curdos no norte da Síria. Essas três escalas são mediadas a partir da Guerra Civil da Síria, momento no qual relacionamos os eventos que envolvem os assírios nos diferentes níveis de atuação aos conceitos de imperialismo de David Harvey, e de império e multidão, tratados por Antonio Negri e Michael Hardt. O resultado desta pesquisa aponta para uma existência de uma territorialidade assíria difusa, enquanto socialmente dividem-se entre comunidades rurais e camponesas e círculos urbanos, periféricos e comerciais. Ao mesmo passo, politicamente, há diversidade de posicionamento político dentro da Síria, havendo grupos que reconhecem o Estado Sírio, setores que apoiam o projeto curdo e demais que se mantêm neutros na disputa.

Palavras-chave: assírios, território, geopolítica, territorialidade, Síria.

Abstract

The present work has the general objective of understanding the territoriality of the Assyrians, an ethnic-religious minority in northern Syria - region of al-Hasakah province and the Khabour River Valley, amidst the tensions caused by the overlap and territorial dispute between the Government Syrian and the Northern Democratic Federation – Kurdish-majority government institution. To achieve this objective, we proposed a scalar analysis of the social and political action of this Christian minority: a global level, discussing the mobilization of Assyrians in diaspora; a national/regional level, dealing with the insertion of Assyrians in Syria and their relations with Damascus; at a local level, manifested in the homeland defense mechanisms by the Assyrians regarding the establishment of the Kurds in northern Syria. These three scales are mediated from the Syrian Civil War, at which time we relate the events that involve the Assyrians at different levels of action to the concepts of imperialism by David Harvey, and of empire and multitude, treated by Antonio Negri and Michael Hardt. The result of this research points to the existence of a diffuse Assyrian territoriality, while socially they are divided between rural and peasant communities and urban, peripheral and commercial circles. At the same time, politically, there is a diversity of political positions within Syria, with groups that recognize the Syrian State, sectors that support the Kurdish project and others that remain neutral in the dispute.

Keywords: Assyrians, territory, geopolitics, territoriality, Syria.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. TEORIA E CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	16
3. A ESCALA NACIONAL DE AÇÃO DOS ASSÍRIOS.....	33
3.1. Configurações políticas domésticas da Síria: breve histórico.....	33
3.2. Minorias étnicas na Síria e o Confederalismo Democrático.....	44
3.3. A geopolítica da Síria a partir da Guerra Civil.....	57
4. A ESCALA LOCAL DE AÇÃO DOS ASSÍRIOS.....	70
5. A ESCALA GLOBAL DE ATUAÇÃO DOS ASSÍRIOS EM DIÁSPORA.....	94
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
GLOSSÁRIO.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

Lista de figuras

Figura 1: Armamentos do Exército Livre a Síria apreendidos em 2018.....	65
Figura 2: Cristãos protestam contra fechamentos de suas escolas na Federação Democrática do Norte da Síria.....	73
Figura 3: Madeleine Khami com distintivo assírio bordado à farda.....	88

Lista de mapas

Mapa 1: Limites político-administrativos das províncias do Estado Sírio.....	10
Mapa 2: Controle territorial do Curdistão do Oeste na Síria atualmente.....	49
Mapa 3: Domínios e áreas em disputa na Guerra da Síria em 2021.....	62
Mapa 4: Domínios e áreas em disputa na Guerra da Síria em 2016.....	67
Mapa 5: Domínios e áreas em disputa na Guerra da Síria em 2017.....	77

1. INTRODUÇÃO

O passo inicial para a presente dissertação de mestrado foi traçado durante a graduação em Geografia na Universidade Federal de São Carlos, momento no qual produzimos a monografia intitulada: “O Povo Assírio: Conflitos Territoriais Contemporâneos o Oriente Médio” (HOLTZ, 2019) – através do PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, financiado pela Capes.

Em continuidade aos estudos propiciados pela abrangência do tema em questão e do modelo lato de escrita permitido pela fase de finalização da graduação, confeccionamos um artigo científico publicado em 2021, cujo título é “O Povo Assírio no Iraque: Conflitos Territoriais Contemporâneos” (HOLTZ et FRANCA, 2021), na Revista Geopolítica Transfronteiriça – filiada à Universidade Estadual do Amazonas.

Estes dois textos citados intentaram, primeiro, discorrer sobre as características sócio-culturais que diferenciam os assírios dos demais povos que vivem no Oriente Médio; segundo, traçar um breve histórico contemporâneo da inserção dos assírios na região, tensionados pela configuração dos Estados nacionais; terceiro, apontar os conflitos territoriais suscitados nas Planícies do Nínive – província administrativa iraquiana – entre os diferentes grupos políticos e étnicos ali presentes; e, quarto, discorrer sobre as expressões mais gerais da territorialidade assíria no Oriente Médio, junto de sua respectiva produção política intelectual e de suas reivindicações concretas.

Os assírios, também conhecidos em termos locais como caldeus e siríacos, constituem um grupo étnico originado milenarmente dentro da Crescente Fértil. Hoje suas zonas de assentamentos fluem entre regiões fronteiriças de vários países do Oriente Médio. Etnicamente os assírios se identificam como semitas mesopotâmicos, sendo caucasianos mediterrâneos, distintos nestes aspectos de árabes e judeus (BETBASOO, 2013).

Até o momento nos debruçamos sobre a inserção política dos assírios no Iraque, isto é, uma única problemática territorial que envolve esse povo, bem como apenas introduzimos de modo amplo o estudo dos assírios na contemporaneidade, junto das características basilares e breve história do povo,

A região de al-Hasakah foi historicamente ocupada pelos assírios – os quais a chamam de Gozarto, mesmo antes da dissolução do Império Otomano (ABOONA, 2008; BETBASOO, 2013; MALEK, 1935; TRAVIS, 2006). Atualmente os curdos têm forte presença na mesma região, a qual chamam de Rojava – e onde constituíram a Federação Democrática do Norte da Síria: um projeto político militar e autônomo ao Governo de Damasco. Há, portanto, uma disputa territorial intrínseca ao estado Sírio a se desenrolar nos limites administrativos da província de al-Hasakah (FERRAZ, 2016).

Ademais, a eclosão da Guerra Civil da Síria foi um evento relevante e conformador da geopolítica do Oriente Médio, trazendo à tona disputas territoriais, políticas e sociais envolvendo atores locais, líderes regionais e potências globais, de modo que a situação geográfica do país é campo aberto para novas pesquisas acadêmicas (LUCENA, 2017).

Por outro lado, os assírios se constituíram como minoria étnico-religiosa dentro do Oriente Médio já a partir do primeiro século da era cristã – condição propiciada pela dissolução do Império Assírio na Antiguidade (BETBASOO, 2013); num segundo momento, com a fragmentação do Império Otomano, os assírios enfrentaram perseguições graves na região da Planície do Nínive, norte do Iraque, sendo forçados a se espalharem pelo país ou migrarem para Estados vizinhos ou para outros continentes, como a América do Norte, especificamente, e a Europa (KLISZUS et KLISZUS, 1999), num movimento de diáspora subsequente ao evento dos Genocídios Grego, Armênio e Assírio (TRAVIS, 2006; BRYCE et TOYNBEE, 1920).

No bojo dessas considerações, nossa principal questão é: como a população assíria se expressa territorialmente no Norte da Síria, a partir da Guerra Civil no país? Ou ainda, é possível falar de um território assírio nesta região?

Em complemento, as questões secundárias que norteiam esse trabalho são: como se desenvolveram as relações territoriais entre os assírios e o Estado Sírio? Como se desenvolveram as relações territoriais entre os assírios e a Federação Democrática do Norte da Síria? Quais são as relações entre os assírios na Síria e aqueles em organizados em diáspora?

É possível contextualizarmos dentro de nosso tema três condições gerais para a configuração político-geográfica dos assírios: a escala local – Norte da Síria; a escala regional – a Política Nacional da Síria; a escala global – a situação dos assírios e seus descendentes na diáspora. Essas três condições são mediadas pela Guerra Civil da Síria, enquanto um fenômeno geopolítico com a capacidade de interligar estas três esferas da ação dos assírios.

A fim de responder às questões surgidas em nossa pesquisa, temos por objetivo geral entender as diferentes manifestações da territorialidade assíria através dos principais atores políticos e sociais dessa comunidade, no limiar das zonas de poder de Damasco e da Federação Democrática do Norte, governada pelos curdos, desde o contexto recente da Guerra Civil da Síria.

Por conseguinte, objetivamos também: a) situar geograficamente os assírios no território Sírio; b) compreender como se deu o assentamento assírio, enquanto minoria étnica, na Síria a partir dos regimes baathistas; c) entender como se deu a inserção e defesa dos assírios, enquanto minoria étnica, dentro da região autônoma de maioria curda, a Federação Democrática do Norte; d) compreender a influência dos assírios organizados civilmente em diáspora sobre assírios assentados no Norte da Síria.

Configura-se nesta região síria um enclave territorial estruturado em diversas escalas, ao passo em que a Guerra Civil da Síria e o próprio histórico da política nacional do país possui facetas culturais e sociais para além das campanhas militares, econômicas, das alianças partidárias e do trabalho em torno da consolidação do Estado (SMITH, 2002; LUCENA, 2017; COSTA, 2019).

É possível apontar para a existência de dinâmicas culturais em função dos diversos agrupamentos étnicos e religiosos constituintes da sociedade síria (COSTA, 2019), de modo que, nas circunstâncias geopolíticas do início do séc. XX até o presente momento, esses povos singulares – dotados de identidade política e social própria, constituíram relações conflituosas com os agentes e atores políticos estruturais e historicamente consolidados no Oriente Médio (COSTA, 2019; TRAVIS, 2006).

Os assírios, enquanto uma minoria étnico-religiosa, enfrentam na Síria os desafios de sua condição minoritária. Em função disso, a centralidade concebida aos assírios neste trabalho intenta demonstrar, primeiro, a heterogeneidade da sociedade síria (SAID, 1990; COSTA, 2019).

Em segundo lugar, buscamos revelar as singularidades, a fragmentação e a sobreposição do território nacional em instâncias menores ou transnacionais de poder político, diretamente ligadas à sua respectiva diversidade social que, na esteira da globalização, se articula em diversos níveis geográficos e humanos (SANTOS, 1994).

A fim de estabelecer de modo racional, claro e coeso as complexidades oriundas da geopolítica da Síria e de sua respectiva guerra civil e, principalmente, expor as configurações sociais e políticas dos assírios, nos balizamos na identificação das respectivas e diferentes escalas de ação política e social (SMITH, 2002).

Para tanto, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual explica as transformações ocorridas no seio dos territórios nacionais, uma vez que o espaço geográfico e suas respectivas escalas são continuamente “redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas interrelações” (HARVEY, 2006, p. 109), em função da “volatilidade do capital (...) dentro do capitalismo” (HARVEY, 2006, p. 104).

Nesse mesmo passo, esse desenvolvimento geográfico desigual se dá pelas “tensões entre centralização e descentralização do capital, entre concentração geográfica e dispersão das atividades (...)”, construindo uma cena na qual as “divisões territoriais do trabalho, tecnologias e formas organizacionais e economias também têm os mesmos impactos” (SANTIAGO, 2008, p. 40). Ao tomarmos essa diferenciação dos fenômenos sócio-políticos em diferentes dimensões, “valoriza-se, desta maneira, a condição relacional entre os níveis escalares de análise espacial” (HORTA, 2013, p. 88).

Para cumprir os objetivos e responder às questões acima descritas, propomos uma abordagem multi-escalar, através da qual concebemos “quatro conceitos elementares de escala: escala como tamanho, como nível, como rede e como relação” (HORTA, 2013, p. 89). Primeiramente, ao aludirmos à escala enquanto tamanho, se estabelece a relação cartográfica, a fim de estabelecer “ordens de magnitude e de nível de detalhe ou resolução” (VALENZUELA, 2004, n.p.)

Uma segunda concepção da escala faz alusão à “escala como nível hierárquico (local, nacional, global)” (VALENZUELA, 2004, n.p.), de modo que

está a escala atrelada à geografia enquanto estrutura social e humana, uma vez que: a escala cartográfica exprime a representação do espaço como “forma geométrica”, enquanto a escala que deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta “forma geométrica” (...) Toda tentativa de estudo de um espaço geográfico qualquer (...) deveria passar por uma tomada de consciência desta dialética das escalas geográficas e cartográficas (RACINE et al, 1983, p. 124-129).

Convém, pois, compreender o dinamismo e complementaridade entre essas duas acepções do conceito escalar, uma vez que “as escalas (..) definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras” (CASTRO, 1995, p. 136). Torna-se fundamental compreender a intimidade entre os aspectos cartográficos e o fenômeno social estudado, pois “a noção de escala inclui tanto a relação como a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno” (CASTRO, 1995, p. 130).

Além destas duas primeiras dimensões da escala, é possível compreendê-la como rede, ao turno em que está “associada a determinadas áreas e níveis, se levanta a ideia de redes de agentes que operam em diferentes níveis e profundidades de influência” (VALENZUELA, 2004, n.p.). Desse modo, conclui-se que há laços e interdependência entre os diferentes níveis e hierarquias geográficas.

Por fim, num quarto nível, compreender a escala como relação permite uma análise transversal e mais detalhada dos fenômenos, haja vista que se sustenta no pensamento em que, ao transferir os esforços de análise duma escala a outra, “os elementos contemplados podem ser basicamente os mesmos”; alternando apenas “as relações entre eles e a forma como se destaca o papel que desempenham, alguns adquirindo importância diferenciada” (VALENZUELA, 2004, n.p.).

Nessas concepções, é necessário entender que as diferentes visões relativas a um mesmo fenômeno - a partir de escalas diversas, porém interdependentes (HORTA, 2013), geram “conflitos verticais entre a escala local com a regional e esta com a nacional”, e de outro modo, “conflitos horizontais entre localidades, entre regiões, entre países” (VALENZUELA, 2004, n.p.).

A partir desse arcabouço sobre as múltiplas escalas e dimensões dos fenômenos político-geográficos, estabelecemos em nosso corpo teórico,

primeiro, os conceitos de território e territorialidade em função do espaço geográfico.

Num segundo momento, a fim de fundamentar teoricamente os níveis e meios concretos de ação e resistência dos assírios, bem como seu posicionamento político perante as conjunturas geopolíticas – através do abarcamento e sobreposição dos conceitos de império e multidão, cunhados por Negri e Hardt.

Em terceiro lugar, a fim de mediar e enlaçar as teses mais gerais e conformadoras aos aspectos mais singulares e materiais da produção social e política na Síria, discutimos como as disputas pelo território no Oriente Médio se inserem em movimentos históricos de expansão dos Estados hegemônicos, através do imperialismo.

Dentro da seção de pesquisa documental de nossa dissertação, em decorrência da estruturação do corpo teórico, buscamos compreender a inserção dos assírios enquanto minoria étnica e religiosa na Síria, posicionando-os historicamente no seio das configurações políticas contemporâneas do país.

Intentamos também compreender a inserção dos assírios enquanto minoria étnica e religiosa na Síria, posicionando-os historicamente no seio das configurações políticas contemporâneas do país.

Por fim, tratamos sobre as redes e organizações civis dos assírios no âmbito global, através de seus trabalhos intelectuais e politicamente militantes e suas atuações políticas ou civis perante os Estados ocidentais hegemônicos.

Optamos neste trabalho, para o desenvolvimento teórico da dissertação, por utilizar obras de autores clássicos, cujos escritos são correntemente difundidas e discutidas na Academia. Para alcançar o objetivo proposto no trabalho, buscamos trabalhar o conteúdo das referidas obras junto à produção jornalística, documental e acadêmica de autores assírios, tanto aqueles que produzem seus trabalhos de forma independente, quanto de assírios filiados a departamentos universitários espalhados pelo mundo.

Nesse sentido, nossa intenção é promover um olhar diversificado sobre as questões levantadas nessa introdução, evitando um viés demasiadamente ocidental sobre o Oriente – que o tornasse uma mera reprodução interpretativa e politicamente assimétrica.

2. TEORIA E CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Os principais conceitos para a elaboração deste trabalho são território e territorialidade, uma vez que estão intimamente ligados à geografia e à geopolítica, resultado da dinâmica do poder político em função do espaço.

O conceito de território demonstra invariavelmente “uma relação de poder” entre os homens e “o local”, tomado pelo espaço físico (RAFFESTIN, 1993, p. 187); isto significa que este conceito está intimamente ligado àquilo que se entende como o espaço geográfico, ou seja, ao conceito que sintetiza a disposição de entes animados e inanimados em determinadas porções de área (SANTOS, 1996). Descrever e delimitar a relação entre território e espaço geográfico não é uma tarefa simples e tão menos consensual: para alguns, na discussão ontológica de ambos os conceitos, o território é anterior ao espaço, enquanto outros dizem justamente o contrário.

Como exemplo, Santos (1978 apud SAQUET et SILVA, 2008, p. 32) diz que “a utilização do território pelo povo cria o espaço geográfico”, de modo que o território é entendido apenas como os limites político-administrativos, servindo como substrato material e expressão organizadora do Estado para a construção coletiva e desigual do espaço.

Para o geógrafo brasileiro o território possui um novo funcionamento, pois é ora horizontal – representado pelas continuidades territoriais políticas ou pela expansão física de determinado ente espacial, isto é, “são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção” (SANTOS, 2001, p. 109); dessa concepção advém a noção que nas horizontalidades os agentes são “implicados”, “imbricados” e “dominantes”, ainda que “não sejam determinantes”, constituindo-se local, solidária e organicamente como “forças centrípetas” (SANTOS, 2001, p. 109-110).

Outra função do território é vertical – caracterizada por “um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos” (SANTOS, 2001, p. 105), expressado pela ação estratégica em pontos específicos do território, sobretudo vinda de agentes econômico que agem como “forças centrífugas” (SANTOS, 2001, p. 107) de modo a criar uma teia transnacional. Neste entendimento, os territórios podem ser constituídos de lugares contíguos ou em rede. Porém, o que mais nos

importa desta abordagem de Milton Santos é que sua intenção foi compreender realidades advindas da globalização a partir do funcionamento da sociedade através da técnica e dos sistemas produtivos; deste modo, é possível enxergar os princípios de sua elaboração conceitual.

O geógrafo francês Claude Raffestin (1993, p. 142) diz o seguinte: “O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Este trecho caminha, num primeiro olhar, na direção oposta dos termos iniciais de Milton Santos (1978). Na visão de Raffestin, o território é construído pelos homens através de seu labor e ação cotidiana e coletiva, de modo a entender o espaço geográfico como substrato físico-natural, dotado qualitativamente de suas potencialidades específicas.

É curioso notar como as intenções e os focos dados pelos autores produzem terminologias diferentes, mas com conteúdos muito semelhantes: enquanto Milton Santos, cuja obra assenta-se sobre a relação de produção econômica e reprodução social do homem mediante a técnica, privilegia o conceito de espaço, conferindo a ele a complexidade das relações multifacetadas entre homem e natureza, em detrimento de uma visão mais simples de território, vinculado à territorialidade do Estado-nação, à uma concepção político-jurídica de território, vinculado aos limites de sua soberania.

Assim, a utilização do território (arcabouço material) pelo povo cria o espaço”. (SANTOS, 1978 apud FUINI, 2015) e, posteriormente, é reelaborado de modo a explicar um novo fluxo de informação e capital (SANTOS, 1994); já Raffestin, que privilegia as relações de poder e de constituição dos territórios em sua obra “Por uma Geografia do Poder” (1993), confere ao território – e aos seus agentes centrais, a responsabilidade da organização do espaço e do condicionamento das relações sociais.

Isto mostra que, apesar do antagonismo das duas ideias num primeiro momento, existem semelhanças substanciais entre os pensamentos dos autores, exemplificadas pelo intento de Santos (1994) em discutir o território usado, sinônimo de espaço geográfico.

Há naturalmente um esforço dos geógrafos em dizer que o território não é meramente sua fronteira, mas o é também. Isto significa que “falar de território

é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”, acabando este por “delimitar, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa” (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

No pensamento de Raffestin, o espaço, por mais que seja entendido como substrato no qual o território “se apoia” já que é “dado” (RAFFESTIN, 1993, p. 144), não é um ente inerte e sem importância, haja vista que há no espaço potencialidades naturais que condicionam em sua área o emprego de trabalho e, por conseguinte, na organização do território em torno duma unidade, resultando numa construção específica de infraestrutura, em circuitos de informação e comunicação diferentes, na rodagem de fluxos de pessoas e capital, na formação de cadeias produtivas análogas, na disponibilidade e distribuição de bens, *et cetera*.

A constituição destes mecanismos de mantimento e aprimoramento do território tem como finalidade caracterizá-lo por uma unidade. Isto significa que, para construir um território, mais que um trabalho projetado no espaço, deve-se projetá-lo organizada, sincrônica e estrategicamente por um “agente sintagmático comum” (RAFFESTIN, 1993, p. 155), de modo que “há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a entropia que a ameaça de desordem. (...) o poder político é congruente a toda forma de organização” (RAFFESTIN, 1993, p. 17-18). Este agente organizador subsiste, na maioria dos casos, no Estado:

As tessituras de origem política, aquelas criadas pelo Estado, em geral têm uma permanência maior do que as resultantes de uma ação dos atores empregados na realização de um programa: os limites políticos e administrativos são mais ou menos estáveis, enquanto os limites econômicos o são bem menos, pois são bem mais dinâmicos, isto é, se adaptam às mudanças de estruturas e de conjunturas. (RAFFESTIN, 1993, p. 155)

Raffestin acaba por descrever um processo de territorialização, caracterizado pelo domínio exercido sobre determinada área, de modo que instituições civis, como sindicatos, empresas, associações políticas e

comunitárias, universidades e centros culturais em suas respectivas escalas de ação – tal como o Estado estabelece na escala nacional, instituições econômicas constituem nas escalas transnacionais e regionais. Assim, podemos compreender a existência de territórios sobrepostos.

Enquanto o Estado zela por uma unidade territorial, a sociedade naturalmente fragmenta o espaço. Isto significa que os corpos sociais – como os citados no parágrafo acima – projetam no território visões de mundo e práticas sociais que variam de um para o outro dentro do mesmo limite territorial mantido pelo Estado.

Podemos dizer que o território é, em certa medida, a organização política delimitada geograficamente pelas relações sociais. Esta organização geográfica pode se identificar com os fluxos espaciais (econômicos, populacionais, etc.) mas pode também entrar em contradição com eles, produzindo conflitos e tensões na gestão deste território, entre agentes como o Estado, a comunidade civil, o capital, dentre outros

Esta configuração do território nos mostra como devemos entendê-lo para além das demarcações fronteiriças e buscar relacionar o poder Estatal aos poderes que emanam das organizações provindas da sociedade, tendo em vista que “o fato político não está inteiramente refugiado no Estado. Com efeito, se o fato político atinge a sua forma mais acabada Estado, isto não implica que não caracterize outras comunidades” (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

Podemos compreender dialeticamente como os conceitos de território – caracterizado pelas relações de poder, e espaço – caracterizado pela dinâmica processual constitutiva da realidade, se materializam, não de modo opositivo pela sua gênese, mas pela lógica que imprimem na realidade.

Nas palavras de David Harvey, encontramos circunstâncias onde ambos os conceitos trabalham em conjunto, de modo a integralizar uma análise da realidade, de modo que “a acumulação do controle sobre territórios como fim em si tem claramente consequências econômicas” (HARVEY, 2005, p. 36), sobretudo relacionadas aos fluxos humanos e de capital, aos tributos, à circulação de mercadorias, dentre outros, que caracterizam uma lógica espacial; em outros casos, um controle político específico do território pode ser considerado um trunfo para a acumulação de capital e expansão dum modelo produtivo.

Em suma, podemos dizer que o poder político, vislumbrado em diferentes esferas e escalas, condiciona os fluxos culturais, econômicos, migratórios e informacionais; mas é correto também dizer o contrário, de modo que estas relações sociais influenciam e transformam o controle territorial. Com isto, afirmamos que relações próprias de território e espaço geográfico estão imbricadas na concretude.

Esta abordagem poderia banalizar o conceito de território a partir do momento em que se pensa que cada um dos territórios sobrepostos existentes não se relaciona e, em muitos casos, depende da existência das esferas territoriais tradicionais ou superiores, sobretudo do Estado. Estes territórios existem em função duma organização anterior e superior – do ponto de vista da força de ação destes agentes.

Isto provocaria uma visão exagerada e distorcida de que, invariavelmente, os territórios nacionais encontram-se sobrepujados por disputas territoriais locais organizadas. Isto é uma possibilidade e fato em muitos países que vivem guerra civil ou disputas históricas pelo controle político, como estará latente em nosso estudo; mas não representa a maioria ou totalidade dos Estados nacionais.

Em geral, os diferentes grupos e instituições que constituem um território amplo, carregam também consigo muitas semelhanças, como a língua, a estrutura política em que se inserem, dentre outros; deste modo, estes atores sociais que constituem os territórios, não existem necessariamente em contraponto aos outros grupos ou à unidade territorial do Estado.

Estas diferentes concepções acerca do território em si e da formação dos territórios nacionais tornam ainda mais necessário compreender este conceito junto a outros, como o de territorialidade.

O conceito de territorialidade não nasceu dentro da Geografia, no entanto, o ornitólogo britânico H.E. Howard definiu-a primeiramente como “a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defende-lo contra os membros de sua própria espécie” (HOWARD apud RAFFESTIN, p. 159). Em essência, este pensamento não é completamente antagônico ao que os estudiosos do território atestam, sendo, na verdade, incorporada a complexa sociabilidade humana a este corpo teórico externo à Geografia.

Segundo Edward Soja (SOJA, 1971), expressam-se três aspectos primordiais da territorialidade: senso de identidade espacial concreta, senso de exclusividade do uso deste espaço e senso de coletividade na interação humana.

O geógrafo Soja versa que a territorialidade corresponde a “(...) um fenômeno comportamental associado com a organização do espaço em esferas de influência ou de territórios claramente demarcados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou por agentes outros que assim os definam” (p. 19).

O autor continua exemplificando: “(...) ao nível individual, por exemplo, uma das mais claras ilustrações da territorialidade humana pode ser encontrada na forma como no Ocidente se estabeleceu a propriedade privada da terra” (SOJA, 1971, p. 19).

Claude Raffestin nota dois pontos que restringem a elaboração de Soja sobre a territorialidade. Em primeiro lugar, o francês observa que “o elemento essencial a reter é a relação com a alteridade”, isto é, compreender a ação humana não apenas sobre o “espaço modelado”, mas sim sobre “os indivíduos e grupos que aí se inserem” (p. 159).

O segundo aspecto notado refere-se à ilustração da territorialidade a partir da gênese da propriedade privada da terra no Ocidente, a qual restringe o próprio princípio de interação e coletividade entre os homens, de modo que o “sentido de que a relação com o território é uma relação que mediatiza as relações com os homens” (RAFFESTIN, 1993, ps. 159-160).

A partir destas observações de Raffestin, podemos dizer que a territorialidade caminha para além da relação homem-território, de modo que, mais do que as fronteiras físicas ou abstratas, são os aspectos culturais e as relações sociais que adensam os sentidos de pertencimento e posse sobre o terreno, num movimento que pode sobrepujar inclusive os limites territoriais. Neste mesmo sentido, a territorialidade é “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

De modo lógico, este sistema tridimensional, por demonstrar uma interação dinâmica, produz territorialidades variadas num mesmo território, a qual se refere aos diferentes usos, lógicas de domínio e estruturação social, e

também ao “quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 161); sendo assim, os territórios - classificados desde os mais instáveis aos mais estáveis de acordo com a direção burocrática do espaço, podem chocar-se com territorialidades ali presentes.

“Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste” (RAFFESTIN, 1993, p. 161), isso significa que a lógica de controle territorial influencia verticalmente no aspecto da identidade com o espaço, que constitui a territorialidade. Deste modo, viver num Estado-Nação moderno ou num Reino, numa província ou num cantão ou estado, numa vila ou num município, em zonas fronteiriças ou em disputa bélica, em territórios livres ou em quaisquer outras circunstâncias produz uma variação nas territorialidades presentes nestes espaços.

Como visto, território e territorialidade possuem uma imbricação, de maneira que nos é possível dizer que a configuração do território em torno do Estado-Nação produz uma territorialidade própria, mais ou menos artificial, tendo em vista integrar numa unidade nacional um espectro variado de grupos que possuem diferentes territorialidades, a fim da manutenção desta estrutura de poder político.

Tomando como exemplo um caso do Oriente Médio que ajuda a introduzir também este trabalho, Holtz e Franca (2019, 2021) identificaram a presença e construção da territorialidade assíria no norte do Iraque, nos arredores da cidade de Mosul em pequenas vilas campesinas, ao ponto de conquistarem a estruturação da Governadoria da Planície do Nínive, que intenta, ao menos em tese, proteger os assírios em sua terra natal; os autores também discorreram sobre a migração de parte dos assírios para os centros urbanos da região centro-sul, mais precisamente para a capital Bagdá, a partir dos anos 1960 e 1970, formando uma burguesia comercial e intelectual.

Nestes movimentos, enquanto na primeira região os assírios, em termos de identidade, se fortaleceram e mantiveram seus costumes preservados – língua, senso de ancestralidade, religião e ideais políticos, aqueles que migraram para a capital, pouco a pouco, foram absorvidos culturalmente pela cultura árabe, permanecendo praticamente apenas o cristianismo como aspecto diferenciador numa pessoa assíria frente um árabe – o qual na maioria, mas não na totalidade, dos casos é muçulmano (HOLTZ et FRANCA, 2021).

Os curdos assemelham-se em muito também aos assírios, pois possuem uma população que se identifica propriamente com sua cultura, língua e etnia, bem como historicamente reclama independência ou representatividade políticas frente os regimes a que estiveram submetidos. Também os curdos habitam contiguidades territoriais, de modo que, fala-se entre jornalistas, acadêmicos e comunidade internacional, para os 45 milhões de curdos, em um Curdistão em meio aos Estados do Oriente Médio (FERRAZ, 2016).

Entretanto, o quadro dos curdos não é monolítico, as reivindicações e posições políticas daqueles que habitam a Síria e o Iraque são completamente diferentes: enquanto os curdos da Síria hoje projetam um modelo de democracia direta, baseada na ecologia, no feminismo, no multiculturalismo e na dissolução do modelo tradicional de Estado-Nação (NASSER et ROBERTO, 2019), os curdos do Iraque desenvolvem uma política de independência de Bagdá, ao passo em que fortificam sua estrutura política em torno da identidade e dos interesses curdos, a despeito de outras minorias como os próprios assírios, desenvolvendo inclusive alianças comerciais e políticas neoliberais (FERRAZ, 2016).

A territorialidade típica do Estado tornou-se dominante em boa parcela das regiões do globo, a qual tende a diluir, se necessário, outras territorialidades em favor da unidade militar e política, como a existência e luta de assírios e curdos frente as nações árabes síria e iraquiana nos mostra, de modo a estabelecerem estes grupos resistências a um modelo hegemônico de territorialidade. A despeito das estratégias, discursos e intenções dos Estados, podemos concluir que, mais que um território de única territorialidade, depreende-se uma multi-territorialidade presente nestes espaços (HAESBAERT, 2011).

Nesse contexto teórico, e também como pano de fundo do problema proposta nessa dissertação, o estudo da formação nacional e do nacionalismo associou, desde o século XIX, esses fenômenos ao militarismo, à guerra, à irracionalidade, à assimilação forçosa e artificial, ao autoritarismo, ao etnocentrismo, à limpeza étnica e mesmo o genocídio; por outro lado, os diferentes movimentos nacionalistas estiveram também pautados pela autodeterminação e descolonização, pela legitimidade política, pela integração

social, pela religião civil, pela identidade, pela sobrevivência cultural, pelo patriotismo (BRUBAKER, 2017).

Anthony Smith (1983 [1971], p. 211-229) classificou os movimentos nacionalistas entre critérios formais de “intensidade” e “sucesso, e critérios subjetivos de “independência” e “singularidade”, alcançando um cruzamento de 39 tipologias de nacionalismos com lastro histórico ao redor do globo. Contudo as distinções possuem, em geral, um caráter mais simples e dicotômico, de modo que em grande parte dos casos há uma sobreposição de categorias de análise (BRUBAKER, 2017).

Tais definições ascendem de duas distinções: primeiro, a de nacionalismo do Estado, ou civil, e de nacionalismo cultural; e de nacionalismo Ocidental e nacionalismo Oriental, respectivamente (BRUBAKER, 2017). Dentre essas distinções sobrepostas, aquela que hoje possui maior eco é a diferenciação entre a compreensão civil e étnica de pertencimento nacional. Isso posto, restariam essencialmente dois tipos de nacionalismo: “o nacionalismo cívico, caracterizado como liberal, voluntarista, universalista e inclusivo; e o nacionalismo étnico, entendido como não liberal, atributivo, particularista e exclusivo” (BRUBAKER, 2017, p. 296).

Estes dois tipos de movimentos nacionalistas seriam baseados na cidadania comum ou na etnia comum. Tal distinção é projetada no território a fim de separar os nacionalismos suscitados na Europa ocidental e aqueles alavancados no Oriente. Esse discurso adquire um “ar neo-orientalista e emprestam-lhe à invocação de uma série dúbia de oposições conectadas – entre o universalismo e o particularismo, a inclusão e a exclusão, a civilidade e a violência, a razão e a paixão” (BRUBAKER, p. 296), num quadro assimétrico de comparação e julgamento da constituição das políticas nacionais dos diferentes estados, em função de sua localização geográfica e histórica.

Atualmente o uso dessa oposição cívico-étnico é mais comum para fazer distinções entre os Estados – ou entre os movimentos nacionais – do que entre regiões inteiras do mundo. Isso normalmente é feito ideologicamente para cancelar um nacionalismo cívico e naturalmente bom, dum nacionalismo étnico e não-ocidental, essencialmente ruim.

Segundo Brubaker (2017, p. 297), esforços têm sido feitos “a fim de se usar dessa distinção de maneira mais abstrata”, a fim de buscar compreender

as diferentes tendências e influências que um movimento nacionalista possui, que ratificar inequivocamente a vocação de uma nação e de sua construção política, de modo mais homogêneo ou dicotômico.

Ao invés de ser usada para caracterizar casos concretos, ela agora é mais usada para caracterizar “elementos” ou tendências analíticas opostas para mostrar como elas se misturam em diferentes maneiras e proporções em casos concretos. De fato, tão prevalente na literatura, é a noção de que estados individuais ou movimentos nacionais retratam uma mistura de elementos ou tendências civis e étnicas que constitui um tipo de “senso comum” teórico (BRUBAKER, 2017, p. 299).

Caracteriza-se, pois, uma evolução analítica a compreensão das proporções variadas e dinâmicas de influências “cívicas” e “étnicas”, em ritmos históricos distintos de sua própria constituição, de cada caso concreto de movimento nacionalista ou da ereção do próprio Estado (SMITH, 1986; BRUBAKER, 2017).

Hannibal Travis (2006) aponta o nacionalismo etnocêntrico como um vetor de genocídio de populações minoritárias, de modo que podemos, em analogia, rememorar os eventos ocorridos no Império Otomano e na Primeira Grande Guerra, com armênios, gregos e mesmo os assírios no Iraque, durante as décadas de 1970 e 1980, e a situação destacada nesse trabalho.

Por conseguinte, os nacionalismos focados na etnia promovem também resistências focadas na etnia, que por sua vez produzirão reivindicações fortemente vinculadas a sua autodeterminação sobre o território e sobre sua cultura-étnica, num movimento de retalhamento dos estados nacionais, de modo a produzir diferentes territorialidades e tentativas de autodeterminação.

Nessa esteira, Robert Sack (1986) define a territorialidade como um comportamento humano-social-espacial que expressa os variados graus de poder na sociedade; este comportamento, diz o autor, não é necessariamente maléfico nem naturalmente instintivo, é, todavia, uma estratégia humana para controlar, influenciar e dirigir coletiva e hierarquicamente o espaço em que se encontra, perpassando as variadas escalas geográficas.

O autor relaciona, tal como Soja, a propriedade à territorialidade, na medida em que sua posse significa uma hierarquia para o uso dos recursos dispostos neste espaço. Neste caso, a territorialidade se manifesta como uma delimitação espacial fluída e imaginária, dentro da qual se desenvolve uma comunicação, uma relação de poder, símbolos e códigos próprios que identificam os entes que habitam este território (SACK, 1986).

Em suas próprias palavras, a territorialidade é “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território” (SACK, 1986, p. 19)

Neste ponto cabe outra discussão, enquanto Soja e, principalmente, Sack colocam o território como produto duma territorialidade, retorna-se ao problema da banalização do território, haja vista que para cada territorialidade deverá haver um território.

Já Raffestin (1993) aponta um caminho diferente, que coloca o poder político e a territorialidade como vetores dinâmicos e interdependentes que modelam o território.

A territorialidade não se limita a um senso ou a uma mera abstração, na verdade, se faz presente na paisagem humana: um exemplo claro que ilustra nossa pesquisa são as igrejas, sinos, cruzeiros e trajes típicos dos assírios, que resgatam sua ancestralidade e condição de minoria étnica tanto no Iraque quanto na Síria (HOLTZ, 2019, p. 83-84)

Em segundo, além das marcas na paisagem, a territorialidade ganha concretude na reprodução social cotidiana das pessoas, tomando os curdos da Síria como exemplo: a tentativa de equalizar homens e mulheres no que diz respeito à direção dos territórios curdos, as curdas tem posição destacada nas decisões políticas, no peso de seus votos, na gestão e aplicação da ala feminina de seu exército, nos estudos superiores projetado pela Federação Democrática do Norte (FERRAZ, 2016), dentre outros exemplos que demonstram como a criação duma atmosfera calcada em valores específicos e próprios da sociedade expressam a concretude da territorialidade.

O território, portanto, e as suas respectivas disputas se inserem no espaço geográfico e em movimentos históricos, que modelam estes fenômenos. Como exemplo, para além-leste da Europa, desde os séculos XVIII e XIX, os Impérios

Britânico e Francês travaram uma disputa real pelo domínio territorial do Oriente Médio, cada qual ao seu modo: os primeiros optaram pela dominação militar e política dura, estabelecendo diretórios britânicos para administrar as colônias; os segundos se inseriram nas sociedades orientais, se debruçando sobre um “universo textual”, produzindo material científico e literário sobre elas, porém endereçado ao público europeu, com o intuito de dar nova forma a estas comunidades e torná-las mais receptivas às influências do Oeste (SAID, 1990, p. 62). Sobre isso, diz Said:

(...) o orientalismo fez muitas coisas, durante a sua época mais grandiosa, no século XIX, produziu estudiosos; aumentou o número de idiomas ensinados no Ocidente e a quantidade de manuscritos editados, traduzidos e comentados; em muitos casos, forneceu ao Oriente estudantes europeus solidários, genuinamente interessados em questões como a gramática sânscrita, a numismática fenícia e a poesia árabe. No entanto - e aqui temos de ser muito claros -, o orientalismo atropelou o Oriente. (...) A intimidade entre a política e o orientalismo, ou, para falar mais circunspectamente, a grande probabilidade de que as ideias sobre o Oriente originárias do orientalismo tenham uma utilização política, é uma verdade importante (...). (SAID, 1990, p. 105-106)

Contudo, durante dois séculos de imperialismo espoliador e violento, as potências do período se sujeitaram a extravios e exageros, o que provocou tensão entre as sociedades locais e seus respectivos colonizadores, de modo que, eventualmente, o modelo tradicional de expansão territorial dos impérios se esgotou, o que “simboliza uma importante mudança na configuração internacional de forças. A França e Inglaterra não ocupam mais o centro do palco na política mundial; o império americano tirou a ambos do lugar” (SAID, 1990, p. 289).

O pensamento orientalista proposto por Said, fruto do período pós-colonial, é análogo às teses decoloniais, as quais podem ser entendidas hoje como uma categoria político-analítica (CARNIEL, MATHIAS et LACRUZ, 2019). A teoria decolonial emerge no seio das reivindicações pelos povos nativos de descolonização na América Latina (MALDONADO-TORRES, 2008).

O reconhecimento de que o colonialismo não significa necessariamente uma separação ontológica entre a metrópole capitalista colonial e o mundo periférico colonizado, mas que o fenômeno da colonização erige rígidas hierarquias entre o estabelecimento de políticas e da cultura do Norte sobre o Sul (MIGNOLO, 2020), permitiu o surgimento da proposta de realização do “giro decolonial”.

O chamado giro decolonial pretende a elaboração de métodos e teorias que deem maior relevo aos sujeitos, conhecimentos e práticas que foram subalternizados pelo colonialismo. Conforme diz Paulo Robério Ferreira Silva:

A necessidade de uma epistemologia decolonial, desse modo, justifica-se, entre outras coisas, pela própria condição histórica que separa a metrópole da periferia global pós-colonial. A epistemologia moderna/colonial, em linhas gerais, não reconhece os conhecimentos oriundos do mundo que foi colonizado (SILVA, 2020, n.p.)

Segundo Connell (2012), as regiões colonizadas têm servido basicamente para a obtenção de informações e como estudos de caso para a aplicação ou contestação de teorias produzidas pelos centros hegemônicos do poder científico.

Nesta mesma esteira, em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, Said (1990) discute como as instituições ocidentais construíram uma versão do Oriente e a imbuíram no imaginário popular. Esta instância do Orientalismo foi formada por uma tríade – Academia/ Ciência, Artistas/Literatura, Estado/ Política – que age sinergicamente a fim de dominar intelectualmente o Oriente, mas acaba por oferecer bases para intervenções imperialistas físicas e militares.

Podemos apontar, pois, para dois quadros assimétricos mencionados no interior das teorias decoloniais e pós-coloniais: Norte-Sul e Ocidente-Oriente, cujos últimos estão em situação de subalternidade. Assim, Norte-Ocidente e Sul-Oriente guardam profundas semelhanças políticas, históricas, sociais e culturais respectivamente, de modo a caracterizarem-se como instâncias sobrepostas da geopolítica global atual.

Paralelamente, a criação dos Estados-Nações na Europa efervesceu a política ocidental, de modo que o antigo sistema colonial passou a ser questionado. Como consequência indireta, sucedem-se duas guerras mundiais que alteram o *status quo* das hegemonias europeias, abrindo portas para que novos atores ascendessem ao palco das disputas políticas no nível global (SAID, 1990).

Após a Segunda Grande Guerra, União Soviética e Estados Unidos foram os atores que disputaram a hegemonia do Oriente Médio: os soviéticos valiam-se da proximidade geográfica e da força militar que representava segurança aos países recém-nascidos na região, de modo que não houve uma campanha propriamente imperialista da União Soviética; já os estadunidenses, num primeiro momento, voltaram-se mais ao Oriente banhado pelo Oceano Pacífico, com o qual estabeleceu relações comerciais proveitosas; posteriormente, com o aumento da demanda por recursos energéticos, o Oriente Médio passou a abrigar pontos estratégicos para a manutenção da economia estadunidense, para o controle de extração, refinamento e transporte de petróleo e derivados, de modo a poder reger toda a economia mundial (SAID, 1990; HARVEY, 2005).

Existem dois tipos de configurações de poder que agem concomitantemente no Oriente Médio: uma exógena, que se refere às atuações diplomáticas e militares de potências globais nesta região, relacionadas aos interesses geopolíticos aí refletidos; outra endógena, que se volta às conformações das sociedades locais juntas de suas atuações culturais e políticas, que vêm a produzir, por sua vez, os sistemas políticos que organizam os Estados nesta região (SAID 1990).

Importa, pois, compreender como ambas as forças de coordenam. Segundo Harvey é necessário pensar sobre as estratégias geopolíticas no Oriente Médio “em uma perspectiva ainda mais ampla”, junto ao controle relativo do petróleo:

(Essa perspectiva) pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo. Em consequência, não deveríamos pensar só no Iraque, mas considerar a importância e a

condição geopolítica do Oriente Médio como um todo em relação ao capitalismo global. (HARVEY, 2005, p. 25)

Esse trecho escrito pelo geógrafo inglês demonstra um interesse geopolítico estratégico das potências capitalistas em todo o Oriente Médio, de modo que os olhares voltados à Síria em face da Guerra Civil não são meramente humanitários, mas se refletem em interesse econômico e em hegemonia política.

A palavra imperialismo ganhou novos significados e aplicações em relação ao seu sentido tradicional, de modo que é necessário debruçarmos um pouco sobre o conceito exato que estamos utilizando para explicar acontecimentos concretos no Oriente Médio. O imperialismo a que nos referimos é o de natureza capitalista, o qual manifesta-se em duas dimensões: o controle político e poder econômico.

O controle político significa o domínio dos recursos naturais, humanos e infraestruturais dentro de um território, bem como sua posterior mobilização em torno dum projeto geopolítico a partir dum Estado externo. O poder econômico, por sua vez, refere-se aos processos “moleculares” (HARVEY, 2005, p. 31) de acumulação de capital; isto está ligado às atividades produtivas dos diferentes ramos da economia que corroboram com uma expansão territorial do capital de sua respectiva nação. Estas dimensões do imperialismo capitalista podem agir sinérgica ou contraditoriamente, segundo diz Harvey (2005, p. 31), a “lógica territorial” e a “lógica capitalista podem diferir-se em muito”.

À primeira vista podemos pensar que os setores privado e estatal seguem caminhos opostos, entretanto, ao analisar eventos historicamente recentes no Oriente Médio, notamos como Washington e o setor capitalista estadunidense formaram um movimento coeso e dialético em favor duma expansão territorial.

Sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, as crises de superacumulação no Ocidente implicaram em excedente de trabalhadores, que aumentou, por seu turno, o desemprego e o excedente de capital, representado na lotação do mercado de bens de consumo impossíveis de serem vendidos sem perda do investimento total; estas circunstâncias desencadearam uma baixa produtividade proposital, a fim de readequar a relação entre oferta e demanda nos Estados Unidos (HARVEY, 1982).

Os excedentes citados, para reequilibrar a economia naquele momento, foram empregados: 1º) em investimentos de capital de longo prazo, postergando para um futuro a reentrada dos excedentes referentes a estes próprios investimentos ou em gastos sociais, a se dizer educação e pesquisa superior, saúde e urbanismo; 2º) investimento em mercados novos, tendo em vista agregar possibilidades produtivas e capacidades de mão-de-obra, além de necessitar de investimentos em “infraestruturas físicas e sociais” – as quais se inserem também na primeira opção acima (HARVEY, 1982, p. 622; 2005).

É interessante notar como as estratégias estadunidenses obedeceram respectivamente a uma reorientação temporal – adiamento da injeção de novos lucros na economia, e a uma reorganização espacial – abertura e criação de novos mercados ao redor do globo e reestruturação dos fluxos de capital.

O Oriente Médio, neste momento tornou-se trunfo para a política externa estadunidense, haja vista que ali estavam reunidas todas as características para a retomada da economia dos norte-americanos. Porém, este reordenamento espacial e temporal do capital liderado pelos Estados Unidos entrou em conflito direto com determinadas configurações político-territoriais no Oriente Médio: estados nacionais e territorialidades regionais e locais bem posicionadas historicamente. (COSTA, 2019; HARVEY, 2006).

As estratégias estadunidenses, contudo, encontraram enquanto rival a relação política histórica entre a Rússia e o Oriente Médio e, mais recentemente, a importância da economia chinesa. Dado isto, é preciso considerarmos que o ordenamento espacial das hegemonias dos sécs. XX e XXI está calcado na atividade militar e geopolítica que levam à “acumulação por desapropriação” ou espoliação (HARVEY, 2009, p. 77).

Esta relação entre Ocidente e Oriente criou um elo que conectou em “assimetria” estas regiões, colocando-os em posição de superioridade e inferioridade respectivamente. Entretanto, desde as obras de franceses, ingleses e alemães durante o imperialismo tradicional, essa posição já existia no imaginário popular e político da Europa (SAID, 1990, p. 274).

Esse cenário pode ser explicado pelo intelectual palestino Edward Said (1990); o autor relaciona as intenções políticas de expansão territorial dos antigos impérios europeus à produção acadêmica sobre o Oriente e, num movimento circular, à legitimação de intervenções militares, políticas e

exportação da cultura ocidental através de informações generalizantes, empobrecedoras e anacrônicas contidas nestas mesmas obras, as quais são produtos do afastamento intencional e positivamente valorado entre pesquisador e objeto.

Ou seja, num formato esquemático: os saberes produzidos pela Academia são reproduzidos por artistas, literários e demais pensadores que expressam uma diferenciação essencial e epistemológica entre Ocidente e Oriente; neste ponto, são criadas autoridades, peritos em temas sobre o Oriente, ou as chamadas orientalidades; estes, por sua vez, fornecem seu discurso aos departamentos de Estado para política internacional. Em síntese, obedecendo a este movimento coeso, o Orientalismo – como o autor o chama, se torna uma instância organizada que representa o Oriente no Ocidente para os ocidentais, remodelando-o arbitrariamente.

Convém compreender o sentido que Said dá ao termo “discurso”, já que este ajuda a compreender a síntese do Orientalismo, enquanto instância burocrática. A palavra é tomada no sentido em que Michel Foucault (2009, p. 52), o dá em “A Arqueologia do Saber”, isto é, de “(...) uma representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata”, sendo passível de instrumentalização política e ideológica, dada sua vulnerabilidade aos valores culturais vigentes”.

Deste modo, os três elementos dialógicos essenciais do Orientalismo – Academia/Ciência, Artistas/Literatura, Estado/Política, afirmam-se mutuamente como legítimos, sendo fundamentais para abordar criticamente as obras orientalista e, portanto, construir uma visão nova para os estudos neste eixo temático.

A busca por essa diferenciação metodológica e também discursiva nos novos estudos orientalistas, em face das tradicionais obras que, a despeito de suas utilidades descritivas, refletem claramente a relação de dominação erigida entre Oeste e Leste. Neste longo trecho, estão as palavras de Said (1990, p. 60-61)

Falar de uma especialização erudita como um "campo" geográfico é, no caso do orientalismo, bastante revelador, posta que é pouco provável que alguém imagine um campo que lhe seja simétrico,

chamado de Ocidentalismo, já aqui a atitude especial, talvez até excêntrica, do orientalismo torna-se aparente. (...) Mas o orientalismo é um campo que tem uma considerável ambição geográfica, e, posto que os orientalistas têm se ocupado, tradicionalmente, das coisas orientais (um especialista em lei islâmica, não menos que um perito em dialetos chineses ou em religiões indianas, é considerado um orientalista por pessoas que chamam a si mesmas de orientalistas), temos de aprender a aceitar um tamanho enorme, indiscriminado, juntamente com uma capacidade quase infinita para a subdivisão como uma das principais características do orientalismo - que se evidencia no seu confuso amálgama de imprecisão imperial e de atenção aos detalhes.

Para nós, é particularmente interessante compreender como o orientalismo é, nesse processo, uma outra dimensão do imperialismo capitalista descrito por Harvey em “O Novo Imperialismo”; deste modo, acrescentamos os aspectos culturais, históricos e imaginários do território à visão política e econômica do geógrafo, trazendo à tona aquilo que verdadeiramente é o orientalismo imperialista.

Podemos afirmar que na medida em que esse movimento imperialista e orientalista se desenvolve dentro duma dinâmica economicamente estrutural e politicamente super-estrutural, em termos duma tradição marxista, convém apontar também para outro âmbito em que as disputas territoriais e geopolíticas ocorrem: na relação socialmente expressa entre a multidão e o território (NEGRI et HARDT, 2001), isto é, no campo da “biopolítica” (NEGRI, 2003, p. 251)

Enquanto herdeiros duma mesma tradição intelectual materialista e marxista, notamos encaixes e complementações nos pensamentos de Harvey e de Negri. O ponto de partida para a obra do pensador italiano é estabelecer a Política e o seu respectivo poder como produto duma dinâmica social entre atores políticos que buscam dominar - Império, e atores políticos que resistem às investidas dominadoras - Multidão; nesse sentido, o poder político constituído, caracterizado pelo estamento burocrático, não se opõe à sociedade, antes o integra, o incorpora e o representa.

Desse modo, relacionando ambas as obras e fatos históricos, é possível compreender melhor a força e as dimensões das investidas imperialistas frente os povos do Oriente Médio nas últimas décadas.

No passo em que um estado capitalista (HARVEY, 2005) e soberano (NEGRI et HARDT, 2001), como os Estados Unidos da América, intervém na Síria, há além da ação militar tradicional, violenta e espoliativa, o atrelamento econômico desse país à economia estadunidense não só produtivamente – através de “processos moleculares” (HARVEY, 2004, p. 31) de obtenção de capital, mas também numa dimensão da reprodução social, por via do incremento da sociedade capitalista dominante a uma nova multidão, capaz de resistir à implementação molar de configurações político-econômicas alheias à constituição social original.

Conforme versa Andreotti (2005, p. 370), o “Império apresenta tanto a configuração do poder e da soberania atual quanto as condições e possibilidades de luta e resistência contra esse poder, bem como as diferenças entre os modelos de poder e resistência anteriores”; desse modo, além da concretude estancada do imperialismo capitalista apontada por Harvey, há uma fluidez morfológica e funcional do Império, em vias de eventualmente “desmaterializar o imperialismo” (ANDREOTTI, 2005, p. 369).

Em termos específicos a nossa pesquisa, na medida em que Estados ocidentais se valem do imperialismo capitalista no Oriente Médio, possibilitam uma aproximação de povos, como os curdos da Turquia e Síria, representados por Öcalan, com filosofias políticas originalmente ocidentais, como a democracia de base e o municipalismo libertário construídos a partir de autores americanos, a exemplo de Murray Bookchin (FERRAZ, 2016; ÔCALAN, 2016)

Na mesma direção, as ações das potências ocidentais durante a Primeira Grande Guerra culminaram na diáspora dos assírios por países da América e Europa; assim, décadas após a Terceira Revolução Industrial nos campos da comunicação e informação, é possível que essa mesma multidão assíria, conjurada em associações civis em diáspora nos nós das redes que formam a tessitura (RAFFESTIN, 1993, p. 152) do império, constitua uma força de resistência própria e cooperação com demais comunidades minoritárias no Oriente Médio, região periférica do sistema capitalista, na qual se configura uma tentativa de expansão do império e da hegemonia política liberal-ocidental.

3. A escala nacional de atuação dos assírios na Síria

Neste capítulo subdividido em seções com temas mais específicos, discorreremos sobre a organização civil dos assírios dentro da Síria, em meio aos conflitos de inserção e relação com o Estado, trazendo à baila pontos sobre a história recente da política doméstica do país, a formação das oposições ao regime baathista, o desenvolvimento da Guerra da Síria, as disputas em torno do imperialismo e as questões territoriais junto aos curdos no norte do país.

As escalas nacional e regional, neste caso, se entrelaçam devido ao caráter multifacetado dos atores políticos e à sobreposição territorial do Estado Sírio e da Federação Democrática do Norte.

3.1. Configurações políticas domésticas da Síria: breve histórico

Os assírios, desde o Império Otomano, ocupam as zonas rurais da Síria, de modo mais concentrado no vale do Rio Khabour, no nordeste do país, onde, durante as décadas de 1980 e 1990, muitos assírios imigrantes do Iraque, se estabeleceram. (COSTA, 2016) (ACN, 2016)

Em 1915, França e Grã-Bretanha assinaram o Tratado Sykes-Picot, que visava dividir entre si as terras do Império Otomano após o fim da guerra, com a finalidade de estabelecerem regimes que sustentassem a Europa na produção energética; deste modo, toda a atual porção da Síria foi subjugada pelas forças francesas (FARHAT, 2009).

Em 1918, todavia, os árabes já se rebelaram contra os otomanos, sendo estabelecido o Reino da Grande Síria, sob Faissal I ibn Hussein; no entanto, buscando fazer valer seu poderio militar e influência na região, rivalizando com a Grã-Bretanha, forças francesas respaldadas pela Liga das Nações depõem Faissal I em 1920 (FARHAT, 2009).

A partir deste momento, a França passou a estruturar a Síria de acordo com seus interesses, dividindo o país em quatro regiões de acordo com as crenças professadas pelos habitantes: Latakia a noroeste, composta por muçulmanos alauítas – ramificação do xiismo; Jabal Druze ao sul, de maioria drusa; Aleppo e Damasco no interior, de maioria muçulmana sunita (FARHAT, 2009).

Este quadro demonstra como, ainda no início do século XX, a Síria já correspondia a uma sociedade complexa e multicultural; sendo esta condição um dos principais desafios dos regimes subsequentes para que a nação prosperasse, sendo, no plano ideal, resguardados os direitos básicos de liberdade cultural e étnica.

Entretanto, é interessante notar que neste momento, propositalmente, aspectos puramente étnicos não foram levados em conta, haja vista que a Síria, durante os dois anos de reinado autônomo, pretendeu ser um expoente e modelo de nação árabe, mesmo com os fortes laços com o Líbano, importantemente caracterizado pela comunidade maronita (fenícios e cristãos) ao sul (FARHAT, 2009).

Deste modo, neste momento da história, qualquer caracterização de uma população local dentro da Síria enquanto assírios ou armênios, por exemplo, seria ocultada pela sua definição enquanto cristãos.

Os cristãos, de modo amplo, possuem um extenso e forte vínculo com a Síria, tendo sido local de florescimento do Império Assírio na Antiguidade, ponto de partida de diversas denominações cristãs e lar de profetas e santos reverenciados por estas Igrejas, além de inúmeros mosteiros e demais construções sagradas que preservam a identidade cristã na Síria, constituindo importantes símbolos e patrimônios das civilizações humanas. Além disto, os cristãos assírios e árabes possuíram importante papel na construção de cidades – como Aleppo, vilas e partidos – como o Bloco Nacional, pelo país, atuando, em muitos casos, em parceria e harmonia com comunidades xiitas, sunitas, curdas, entre outros (DIARBAKERLI, 2018).

No início do século XX, os cristãos constituíam cerca de um terço de toda a população síria sob domínio do Império Otomano; entretanto o genocídio sofrido por assírios e armênios durante os anos de 1920, reduziram este contingente populacional de modo que passaram a constituir uma pequena minoria no interior da Síria durante o reinado de Faissal I e da governadoria francesa (DIARBAKERLI, 2018).

Por não apresentar resultados tão satisfatórios quanto se esperava, o governo francês loteou jazidas de petróleo e gás para a iniciativa privada europeia, mantendo seu controle direto e indireto até a Segunda Guerra Mundial;

este período entre guerras não foi, porém, livre de conflitos dentro da Síria (SOUZA et al, 2017).

Em 1925 iniciou-se uma rebelião armada para expulsar mandatários franceses do país, sendo que apenas em 1928 a França conseguiu ratificar seu controle, às custas da criação de uma Assembleia Nacional, esta utilizada posteriormente pelo chamado Bloco Nacional para que floresce no seio da Síria um nacionalismo, chegando a promulgar uma Constituição própria que não reconhecia qualquer controle francês. As negociações com o governo francês prosseguiram em sucesso, até que em 1936, Paris impôs lei marcial em todo território sírio (FARHAT, 2009).

Com a Segunda Guerra se desenrolando a partir do antagonismo entre Alemanha e Aliados, a declaração de guerra em 1943 pelo Bloco Nacional Sírio contra os germânicos permitiu que Estados Unidos e União Soviética considerassem a Síria um país independente em 1944, sendo no ano seguinte convidada para participar da fundação da Organização das Nações Unidas (FARHAT, 2009), condição aceita pelos franceses em 17 de abril de 1946, após fracassos na tentativa de veicular Paris a Damasco.

Com a independência, a Síria era um estado de fato, porém mais no âmbito burocrático que social; as comunidades políticas eram ainda “fragmentadas” e as populações dispostas heterogeneamente em “estamentos” de modo que as suas diferenças estavam enraizadas pela política colonial francesa (COSTA, 2016, p. 25).

Em setembro de 1954 foram realizadas eleições livres e gerais na Síria, sendo que o resultado não agradou ao Partido Baath – Partido do Renascimento Árabe Socialista, que preferiu em não se alinhar ao Bloco Nacional nem ao Partido Comunista, optando por ligar-se ao governo egípcio; como fruto desta insatisfação de da nova aliança, criou-se a República Árabe Unida, que durou, no entanto, apenas 3 anos, entre 1958 e 1961.

Apesar desta atmosfera de autodeterminação e desenvolvimento de uma identidade nacional, a década de 1950 não foi nada amistosa para as comunidades assírias e árabe-cristãs na Síria. Nas palavras de Jamil Elias Diarbakerli:

Apesar de todos os fatos que refletem a posição de liderança da comunidade cristã na política e na vida nacional durante a década de 1950, isto não se traduziu em leis, incluindo possuir o mesmo tratamento legal que árabes muçulmanos. Muitas posições de responsabilidade política permaneceram proibidas aos cristãos, como a presidência do país, a posição de primeiro-ministro e os principais ministérios. Pela comunidade cristã a “prosperidade e florescimento” da sociedade não foi totalmente experimentada, uma vez que não foram tratados como um componente nacional étnico e religioso, o que exigia a preservação dos seus direitos básicos contidos em lei. Apesar disso, a comunidade cristã tecia relacionamentos fortes com a maioria muçulmana no comércio, indústria e política. (2018, p. 4)

Estes ataques claros às comunidades assírias e cristãs foram intensificados com a ascensão do Partido Baath ao poder na Síria, constituindo no país uma autocracia que não permitia a liberdade e multiplicidade de vozes e pensamentos políticos, a exemplo do que ocorria no Iraque:

Em março de 1963 um Comitê Militar, secreto, promoveu um golpe de estado, mas, devido a desavenças internas dentro do Baath a vitória beneficiou aos mais radicais encabeçados por Salah Jadid (1926-1993), um militar alauíta que fora transferido para o Egito quando da formação da República Árabe Unida. Ele e Hafez al-Assad (1930-2000), outro militar igualmente alauíta e mais dois oficiais, executaram uma tomada baathista do poder e retiraram a Síria da RAU. O passo seguinte foi a substituição de todos os oficiais não pertencentes ao Baath das forças armadas. (FARHAT, 2009, p. 3)

A ideologia difundida pelo Partido Baath resgatava o intuito da edificação de uma nação legítima e unicamente árabe, unindo-o a ideais socialistas e nacionalistas (SOUZA et al, 2017). Deste modo, assírios e demais minorias passaram a ser incorporados artificial e forçadamente pelo governo de Damasco à uma identidade árabe, nacional e unitária.

A proclamação da União Árabe entre Egito e Síria foi verdadeiramente “o desastre” (DIARBAKERLI, 2018, p. 5) para as comunidades assírias na Síria, já que Gamal Abdel Nasser, presidente egípcio, buscou junto ao Baath na Síria

nacionalizar todas as instituições civis cristãs ou comandadas por assírios em ambos os territórios.

Damasco junto de Cairo buscaram estatizar empresas e indústrias privadas que possuíam donos assírios ou cristãos, além de confiscarem e também estatizarem terras e produções agrícolas destas comunidades, num claro movimento de perseguição étnica e religiosa silenciosa, através de políticas públicas respaldadas por discurso e propaganda de cunho nacionalistas, o que, por sua vez, ganhava aceitação por setores mais radicais dentro das comunidades muçulmanas, maioria absoluta dos sírios (DIARBAKERLI, 2018).

Esta empreitada, a qual chamamos de arabização, ocorrida também no Iraque, imposta aos assírios, armênios, cristãos em geral e às demais comunidades não-árabes e não-muçulmanas, impactou profundamente na estruturação da sociedade contemporânea síria e no desenvolvimento destes povos no interior do país, sendo estas pessoas proibidas de falarem em suas línguas maternas em público, bem como de demonstrarem qualquer traço de sua cultura em seu comportamento cotidiano e edifícios; como resultado, houve um imenso número destes que foram pressionados a emigrarem para o Líbano e Turquia principalmente (DIARBAKERLI, 2018).

Como exemplo, o Colégio Católico Franciscano Dar al-Salam e demais escolas que contribuíram para a formação de assírios e de árabes no seio da sociedade síria foram estatizadas, passando por reformulações profundas que pretendiam laicizá-las para contribuírem na fomentação de uma cultura e identidade árabes por toda a nação (DIARBAKERLI, 2018).

A respeito deste período, escreveu Renata Parpolov Costa:

As minorias curdas, assírias, armênias, alauítas e cristãs foram atingidas com diversas leis e regras específicas. Um dos professores da Academia Militar de Hums, o coronel Jasim al-Alwan, relatou que o governo deu ordens expressas para que fosse dada a preferência à admissão de árabes sunitas na Academia, enquanto o número de membros oriundos de minorias étnicas e religiosas deveria ser reduzido ao mínimo. (2016, p. 29)

Hafez al-Assad passou a desempenhar o papel de chefe de Estado na Síria, consolidando seu poder através de um referendo em 1971, onde a Frente

Nacional Progressista, coalisão encabeçada pelo Baath, saiu vitoriosa frente ao Bloco Nacional. Para a população síria, Hafez neste momento detinha o poder por direito e não só de fato. Foi ainda o presidente reeleito em 1978, 1985 e 1992 (FARHAT, 2009).

Entretanto, a situação política na Síria provocou interesse entre potências internacionais e demais atores regionais, o que pressionou o governo a traçar claramente uma ideologia para políticas internas e também externas, abrindo um nicho para que uma oposição se formasse:

Com o início da Guerra Fria, e a divisão ideológica do mundo entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, inicia-se um período muito movimentado na Síria, em que também surge uma oposição ao governo al-Assad, a chamada Irmandade Muçulmana . Apesar de ser um Estado laico, al-Assad é alauita, uma corrente, mais moderada, derivada dos xiitas e, portanto, tem seu apoio. Porém, mais de 70% da população é sunita, fato que a Irmandade Muçulmana¹ aproveita para iniciar uma revolta armada contra o governo. (SOUZA et al, 2017, p. 2)

Hafez manteve o povo politicamente ativo, promovendo eleições para a Assembleia do Povo – denominação dada ao parlamento nacional sírio, a cada quatro anos. A Frente Progressista Nacional por todos estes anos se manteve hegemônica, compreendendo em suas fileiras pan-arabistas, socialistas e comunistas sobre direção do Partido Baath (FARHAT, 2009).

A minuta de Constituição preparada em 1973 pela Assembleia do Povo descrevia a Síria como um “Estado democrático, popular, socialista” (FARHAT, 2009, p. 4), o que provocou incômodo em parte da população e das lideranças muçulmanas, sobretudo sunitas, que pediam que o Islã fosse declarado como religião do Estado. Hafez argumentou que a Guerra Árabe-Israelense era uma luta contra os inimigos do Islã, o que foi aceito por esta faixa da população síria.

¹ A Irmandade Muçulmana é um grupo político e religioso da vertente islâmica sunita, que atua em diversos países do Oriente Médio, Ásia e África, defendendo que as regras do islamismo sirvam não apenas para ditar a forma de vida dos fiéis, mas também para guiar a sociedade e o Estado, além de lutar para estabelecer a sharia (leis do islamismo) como base para governos. A Irmandade Muçulmana também tem o objetivo de unificar os países de população muçulmana

As pressões exercidas por setores radicais do islamismo, de certo modo, provocaram instabilidades no governo Baathista, acusado de não zelar e promover tal como se esperava a *sharia*, em favor de um regime de inspirações laicas, que possuía uma política centrada na etnia árabe.

(Desde a década de 1950) o ativismo político da Irmandade Muçulmana síria foi dedicado a garantir ao Islã um papel formal no sistema político como “religião de Estado”. Esta discussão alcançou níveis tão violentos que foi banida por algum tempo do parlamento; apesar da contínua oposição a este projeto pela maioria dos blocos políticos, a Irmandade conseguiu fazer com que estes aceitassem que o Islã deveria, ao menos, ser a religião do chefe de Estado, ou seja, do presidente. (COSTA, 2016, p. 28)

Hafez se viu, pois, numa encruzilhada: acatar as reivindicações dos sunitas mais radicais e aplicar a *sharia* na Síria, expurgar os cristãos e muçulmanos considerados infiéis do país e gozar de estabilidade interna em detrimento de qualquer apoio internacional; ou prosseguir com sua ideologia nacionalista etnocêntrica, permanecendo com suas bases laicas, no entanto, entrando em rota de colisão com fortes setores da sociedade, ao passo em que poderia, ao menos em possíveis conflitos, angariar apoio regional e internacional devido à mínima tolerância às minorias religiosas.

O governo baathista prosseguiu com o segundo caminho, mesmo que os cristãos não tenham ratificados seus direitos neste período, as ideias da Irmandade Muçulmana representavam um perigo muito maior à sua existência e liberdade; sendo que, de fato, o radicalismo emanado por este grupo muçulmano causou controvérsia e discórdia mesmo entre os sunitas moderados (DIARBAKERLI, 2018).

Deste modo, a Irmandade se enfraqueceu perante o público geral, os assírios foram pressionados pelas circunstâncias a terem seu papel político cooptado e preenchido pelo governo baathista (DIARBAKERLI, 2018), ao passo em que Damasco se estabeleceu, ao menos em imagem, como uma capital donde emanava um regime tolerante e atento às causas nacionais e dos grupos que compunham o país; esta foi uma jogada estratégica para a manutenção do

poder por Hafez al-Assad, por mais que, neste momento, possamos dizer que foram os assírios apenas utilizados como ferramenta política.

Mesmo com o notório enfraquecimento, existiam ainda negociações no parlamento envolvendo partidários de Damasco e a Irmandade; todavia, em 1979, o incidente conhecido como “massacre da escola de artilharia de Aleppo”, onde mais de 80 cadetes, em sua imensa maioria alauítas, foram mortos ou feridos, colocaria sunitas e xiitas em rota de colisão, com repressões físicas violentas por parte das forças armadas à protestos dos sunitas nas ruas. Hafez acusou publicamente a Irmandade Muçulmana de coordenar o ataque, classificando-os como traidores da pátria e hereges (COSTA, 2016).

De fato, os militantes da Irmandade enfrentaram por três anos as forças de Damasco, culminando na morte de milhares de pessoas, fossem elas militantes ou não. Por fim, não foi possível desestabilizar o regime Baath, que recebeu grande apoio de comunidades minoritárias, como assírios e demais cristãos, porquanto a Irmandade, apesar do fracasso de sua insurreição, pôde alienar boa parte dos sunitas moderadas em relação às políticas promulgadas pelo regime Baath, distanciando-os cada vez mais de Damasco (COSTA, 2016).

Podemos dizer que este feito da Irmandade surtiu efeitos a longo prazo, haja vista que conseguiu imbuir no imaginário dos sunitas, imensa maioria da população síria, um ressentimento e um descontentamento silenciado em relação a um governo central que representa uma minoria muçulmana e possui apoio comedido de assírios, armênios e drusos, em detrimento do cumprimento estrito e obrigatório da *sharia* na esfera pública.

Esta semente plantada pela Irmandade veio a germinar e ter seu clímax já durante o governo de Bashar al-Assad, filho de Hafez, com o advento da Primavera Árabe. A situação enfrentada por assírios na Síria e no Iraque, apesar das semelhanças, possuía também diferenças substanciais em relação aos seus agentes perpetradores. Por mais que as estratégias de dominação de minorias étnicas fossem reflexo da mesma ideologia, os regimes Baath da Síria e Iraque não necessariamente possuíam relações amistosas. Nas palavras de José Farhat:

Com Michel Aflaq² (1910-1989) dirigindo o partido Baath a partir de Bagdá onde fixara residência, Assad assumiu uma atitude de frieza em relação ao regime Baathista do Iraque, então dirigido por Bakr e Hussein. Em 1978 Assad chegou até mesmo a se aproximar bastante do Iraque, mas esta aproximação acabaria se revertendo quando a Síria tomou partido do Irã durante a I Guerra do Golfo (Irã – Iraque). O relacionamento com o Iraque teve um outro revés quando Assad tentou, sem sucesso, persuadir Hussein a não atacar o Kuwait. A partir daí, a Síria se posicionou contra o Iraque e participou da coalizão encabeçada pelos Estados Unidos, enviando tropas para proteger a Arábia Saudita. (2009, p. 5).

Este fato impede que se conclua que a opressão sistemática, os meios silenciosos de arabização do povo assírio que levam, em última instância, ao desaparecimento do povo e à destruição de uma cultura sejam fruto de movimentos orquestrados a partir duma aliança geopolítica entre Damasco e Bagdá. Antes faz-se pertinente compreender como, em cada um destes países, forças endógenas e/ou exógenas fomentaram a repressão e o descaso proposital em relação aos assírios e à demais minorias étnicas (HANNA et BARBER, 2017).

No Iraque, as pressões exercidas sobre estas minorias se deram majoritariamente pela ideologia centralizadora baathista, num primeiro momento, e, em seguida, pelo confronto interno entre facções curdas com Bagdá (HOLTZ et FRANCA, 2021); enquanto na Síria, a mesma ideologia do partido foi o primeiro motor para a opressão aos assírios, enquanto o estreitamento de relações com o Egito causou a ratificação de políticas contra as minorias, num momento posterior, o sectarismo religioso promovido pela Irmandade Muçulmana influenciaram assírios e demais cristãos a serem partidários – ou se absterem de uma posição política definida (DIARBAKERLI, 2018), de Hafez al-Assad; posicionamentos que, invariavelmente, contribuíram para a incorporação artificial dos assírios à comunidade árabe síria.

É interessante notar como, no entanto, tanto no caso iraquiano quanto no sírio, há um elemento comum: a ideologia social-nacionalista do Partido Baath

² Michel Aflaq, formado pela Sorbonne, voltou à Síria influenciado pela esquerda e passou a lecionar em escolas sírias de prestígio. Com colegas seus formou o Movimento de Renascimento Árabe que se transformaria, com o fim da ocupação francesa, no partido Baath

que, além dos meios semelhantes de absorção cultural de minorias em prol de uma unidade nacional, promove o etnocentrismo árabe, respaldado pela hegemonia religiosa muçulmana. Esta condição está em consonância com a tese de Hannibal Travis (2006), que encontra no etnocentrismo o ponto em comum entre países que violam direitos humanos básicos, relacionando-o diretamente à ocorrência de genocídios nos séculos XX e XXI como principal fator motivacional.

A partir das décadas de 1980 e 1990, Hafez promoveu uma leve abertura econômica na Síria, permitindo investimentos estrangeiros na forma de empreendimentos mistos no setor agrícola, todavia isto foi acompanhado de regulações que visavam mobilizar capitais expatriados em investimentos públicos, que favoreceu a formação de elites econômicas leais ao regime Baathista. Com isso, floresceram agremiações de caridade de cunho religioso, que contribuíam para a existência mínima de um estado de bem-estar social (COSTA, 2016).

A respeito de dados sobre estes fatos:

Os números oficiais não fornecem uma identidade religiosa para essas organizações, mas no início dos anos 2000, entre as aproximadamente 100 associações localizadas em Damasco, ao menos 80% eram islâmicas sunitas – as outras eram xiitas, cristãs e seculares. (PIERRET et SELVIK, 2009, p. 610)

Muitos dos líderes sunitas de associações civis e beneficentes foram exilados durante a crise do início da década de 1980 entre Damasco e a Irmandade, porém uma década após isto retornaram para a Síria. Esta situação veio junto duma descompressão política, que tornou razoavelmente mais amistosas as relações entre xiitas-alauítas, sunitas e cristãos (COSTA, 2016).

Durante o fim da década de 1990, Hafez se encontrava com sua saúde bastante debilitada, entretanto, o regime permaneceu firme, sem oferecer oportunidades para adversários políticos tomarem o poder. Estas circunstâncias se deram, de acordo com Renata Costa (2016), por dois motivos: primeiro, a estrutura autoritária do governo, expressa através de rígidas redes de inteligência e de serviços secretos; segundo, pela respeito e culto promovidos

pelo Baath à imagem de Hafez; estas vias, zelavam pelo governo ocasionalmente, à medida em que se demonstrava força por parte das autoridades centrais; deste modo, a sociedade síria não se viu afetada profundamente pela então eminente morte do presidente.

Bashar al-Assad, segundo filho de Hafez, morava em Londres, onde estudava medicina, tendo voltado para a Síria com o agravamento do quadro clínico de seu pai. Há um certo consenso em relação à mídia especializada que Hafez, mais que expressou sua vontade que Bashar o sucedesse, preparou-o para que pudesse governar com estabilidade.

Todavia, conforme narra Costa (2016), é improvável que Hafez tivesse condições de ser mentor de Bashar, dada a severa perda de suas faculdades mentais e físicas conforme mais avançava em idade. De fato, isto ocorreu pela mística personalista criada em torno de Hafez, que desenvolveu em mais de 20 anos todos os aparatos sociais e de relacionamento para que tivesse sua autoridade reconhecida mesmo quando, de fato, não podia governar a nada ou ninguém.

Além de carecer de verossimilhança, esta narrativa corre no caminho oposto de como foi o modo de governar de Hafez, haja vista que, apesar de centralizar em si a maior parte do poder em uma autocracia, contava com a lealdade e aparato de suas elites militares, partidárias e econômicas, que constituía um círculo forte e rígido para que fosse levada adiante os planos do Partido Baath na Síria (COSTA, 2016).

Segundo a autora:

Este ponto de vista (personalista) sugere que Hafez al-Assad dirigiu a sucessão com mínima consulta às elites sêniores, definidas como indivíduos que ocupam posições de liderança junto às instituições estatais como “o comando regional do partido dirigente, ministros governamentais, chefes de agências de inteligência e generais sêniores das forças armadas”. A consequência natural dessa explicação é que tais elites servem apenas para executar os mandos e desmandos do autocrata, como se não tivessem nenhuma participação no processo de sucessão hereditária além da anuência. (STACHER, 2011, p. 198 apud COSTA, 2016, ps. 45-46)

Compreender a ascensão de Bashar à presidência síria através deste prisma parece-nos falho, como já explicado, não obstante, existem fatos que corroboram com a visão de que Bashar foi elevado à condição de chefe de Estado respaldado por uma estrutura política criada por seu pai e constituída de agentes que no jovem Assad viam estabilidade para o regime.

De fato, Bashar foi aprovado em 26 de junho de 2000 pelo parlamento sírio para ocupar a presidência, enquanto foi marcado um plebiscito para o dia 10 de julho, no qual Assad foi aceito por 97% da população (COSTA, 2016). Por si só, isto pode levar também a crer que não houve real debate dentro da cúpula Baathista sobre o sucessor e Hafez, entretanto, Mustafa Tlass, ministro da Defesa Síria durante o governo de Assad-pai, em depoimento contido na obra de Stacher diz o seguinte:

Com a morte de Assad, começamos a pensar que tanto eu como o vice-presidente Abdul Halim Khaddam, seríamos dignos de assumir o legado do presidente morto. Contudo, tendo em vista o fato de que todos nós já passamos dos setenta, tínhamos receio de uma situação em que todo ano teríamos que mudar o líder do país. Chegamos à conclusão de que Bashar era de fato digno de suceder seu pai: afinal, esta tinha sido a vontade de seu pai, Hafez al-Assad, a quem a Síria deve tanto. (STACHER, 2011, ps. 210-211)

Em seu discurso inaugural, Bashar tratou de temas bastante caros às minorias assírias e cristãs, bem como à toda sociedade síria. Em 17 de julho de 2000, o jovem Assad deu importância central à “modernização da Síria”, enfatizando sobre a importância de haver “democracia com responsabilidade”, onde se pudesse “respeitar a opinião do outro”, ao “elaborar críticas construtivas”. O discurso todo foi marcado por expressões que enfatizaram o progresso político, social e econômico na Síria, juntamente dum pensamento criativo fomentado por todo o país. (COSTA, 2016, p. 47)

3.2. Minorias étnicas na Síria e o Confederalismo Democrático

Com a presidência da Síria nas mãos de Bashar, criou-se um ambiente no qual as oposições ao regime puderam emergir, mesmo a despeito de uma

unificação entre estes partidários. A partir deste momento, diversos agentes e interesses passaram a animar a organização de uma frente antagônica melhor coordenada, sobretudo a partir das reivindicações de sunitas e curdos, além de grupos internacionais de direitos humanos e elites industriais urbanas (COSTA, 2016).

Assírios, caracterizados como “sub-representados” (COSTA, 2016, p. 48), dividiram-se entre aqueles que buscavam reivindicar de modo independente direitos básicos junto a Damasco e aqueles que se uniram em oposição junto de grupos maiores, como os curdos.

Efetivamente, houve um despertar da oposição política na Síria durante a primeira década do governo e Bashar. Já em 20 de setembro de 2000, o jornal pan-árabe al-Hayat em Londres publicou o Manifesto dos 99, fruto de discussões da chamada Associação da Sociedade Civil, agremiação clandestina formada por opositores ao regime Baath que iniciou suas reuniões durante o fim do governo de Hafez. No documento haviam as seguintes reivindicações:

- Fim do estado de emergência e lei marcial, em vigor na Síria desde 1963
- Emissão de perdão público a todos os presos políticos e àqueles que são perseguidos por suas ideias políticas, e permissão de retorno a todos os cidadãos deportados e exilados.
- Estabelecimento de um Estado de direito que reconheça a liberdade de reunião, liberdade de imprensa e liberdade de expressão.
- Liberação da vida pública das leis, constrangimentos e várias formas de vigilância impostas sobre ela, permitindo que cidadãos expressem seus diversos interesses dentro de um quadro de harmonia social e competição econômica pacífica que permita que todos participem do desenvolvimento e prosperidade do país. (COSTA, 2016, ps. 48-49)

Em resposta ao documento, amplamente assinado, Bashar “libertou 600 presos políticos”, fechou o presídio de al-Mazza, destino de condenados por crimes políticos, e liberou a utilização de antenas parabólicas, para o melhor desenvolvimento da comunicação interna na Síria (PERTHES, 2004, p. 113).

A posição de Bashar animou ainda mais a oposição que, no ano seguinte, publicou o Manifesto dos Mil, “realizado pela Comissão para o Renascimento da Sociedade Civil, além da abertura de associações tais como o Fórum Cultural

para os Direitos Humanos e o Fórum para o Diálogo Democrático” (ZIADEH, 2013, p. 64).

O Manifesto dos Mil, mais detalhado que o primeiro, criticou a ação do Partido Baath desde 1963, bem como o Movimento Corretivo estabelecido por Hafez al-Assad em 1970, conclamando a sociedade para uma profunda e ampla reforma política (COSTA, 2016). Havia no documento críticas ao sistema de partido único, aos privilégios políticos à uma elite militar e econômica, condensadas em oito principais reclamações:

Cancelamento da lei de emergência; liberdades políticas abrangentes; liberdade de imprensa; uma lei para regular eleições democráticas; m judiciário independente; direitos econômicos para todos os cidadãos; reavaliação da Frete Progressista Nacional, o grupo de partidos no parlamento sírio aliados ao regime; o fim da discriminação contra as mulheres. (WIKAS, 2007, p. 5)

Esta nova empreitada oposicionista desagradou completamente aos dirigentes do partido Baath, que lançaram notas públicas desqualificando o movimento de oposição (COSTA, 2016, p. 50), e pressionou Bashar al-Assad, que se viu entre tomar medidas energéticas, como recomendado pelos membros da elite partidária baathista ou prosseguir com políticas conciliatórias, tal como fizeram no ano anterior.

Bashar conseguiu tempo para conseguir controlar a efervescência causada por este atrito, denominada Primavera Damascena, porquanto levou este debate para instâncias burocráticas (ZIADEH, 2013), onde membros de associações políticas não autorizadas, como a Irmandade Muçulmana e o Partido Social-Nacionalista Sírio, podiam se expressar como independentes; o que postergou a promessa de reforma política do regime Baathista e da promulgação de lei para a formação de um bloco oposicionista à Frente Progressista Nacional no parlament. (PERTHES, 2004).

As principais reformas promovidas por Bashar al-Assad nos primeiros anos de seu governo tinham os esforços dispendidos na economia síria que, como escreveu Volker Perthes (2004), encontrava-se estagnada, com altíssimo desemprego entre os jovens e adultos, com serviços públicos e mão-de-obra saturados, ao mesmo passo que os investimentos públicos em setores vitais da

sociedade, como nas fazendas e indústrias estatais, diminuiu substancial e gradativamente durante os últimos anos de governo de Hafez.

Deste modo, para efetuar os planos de modernização da Síria e também para poder controlar manifestações políticas oposicionistas, o presidente devia utilizar a efetividade de seu governo em assuntos de importância suma e concreta para todas as comunidades sírias como argumento para sua permanência no poder, na mesma medida em que podia angariar a simpatia de setores neutros ou indecisos da população (PERTHES, 2004).

Renata Costa (2016, p. 51) comenta estes episódios:

Dessa forma, tornava-se imprescindível para a economia o encorajamento da iniciativa privada, que poderia contribuir tanto para desonerar o Estado como para gerar empregos. Para conseguir responder ao desafio, a solução encontrada pelo governo foi o treinamento de quadros dirigentes em línguas estrangeiras e tecnologia de informação, além do estabelecimento do Instituto Nacional de Administração, com a cooperação da *École Nationale d'Administration* francesa. O governo passou a introduzir aulas de computação nas escolas, bem como planejou a produção local de computadores pessoais para aumentar o número de pessoas conectadas à internet que, no início de 2003, eram apenas 1,45% da população. Entretanto, as mudanças ainda levaram certo tempo para ser incorporadas. (COSTA, 2016, p. 51)

Conforme a abertura econômica da Síria se desenrolava, sua economia tornava-se mais variada, ao passo que dependiam razoavelmente do comércio com países vizinhos (HADDAD, 2009); esta situação para o governo, no entanto, era um paradoxo, haja visto que, na medida em que abriam sua economia, abriam mão também da elite econômica que rondou os escritórios do Partido Baath e que, na prática, se refletia também em poder político; seguindo a mesma lógica, podia haver a chance de que o poder econômico descentralizado pudesse se tornar poder político descentralizado e, para além, transfronteiriço.

Bashar concentrava-se em assuntos técnicos referentes à sua gerência, de modo que, se a Primavera de Damasco foi um movimento político que refletiu a boa intenção de setores da sociedade síria em reativar a organização política das comunidades civis, batia à porta o Inverno de Damasco (COSTA, 2016).

Com o interesse do regime em não abrir espaço para demais alternativas políticas, Bashar preparou um pacote regulador das atividades dos fóruns civis de discussão política: por exemplo, o assunto e a lista de participantes das reuniões deveriam ser repassados às autoridades com quinze dias de antecedência para que fosse avaliada a legitimidade do encontro; esta medida coincidiu com a acusação do governo sírio de que os participantes destes fóruns, em geral, colaboravam com agentes externos em detrimento do interesse nacional (COSTA, 2016).

Essas circunstâncias, ao inflarem medo nos opositores do setor civil, acabaram por silenciar qualquer movimento que pretendia tomar corpo e combater de fato o regime baathista, sendo a Comissão para o Renascimento da Sociedade Civil e o Fórum para o Diálogo Democrático as únicas entidades a permanecerem ativas após o Inverno Damasceno (COSTA, 2016).

Segundo narra Ziadeh (2013, p. 68):

As prisões começaram com a detenção do deputado Mamum al-Humsi em agosto de 2001 e a sua subsequente decisão de entrar em greve de fome. Detiveram Ryad at-Turk, secretário geral do escritório político do Partido Comunista Sírio em setembro de 2001 depois de ter aparecido em um programa da TV al-Jazira, chamado "Sem Fronteiras". Ativistas iniciaram o Fórum para o Diálogo Nacional com uma conferência no dia 6 de setembro de 2001, na qual Burhan Ghalioun, que havia chegado de Paris, era palestrante convidado. No início de seu discurso intitulado "Futuro das Reformas e Mudanças na Síria: por um Novo Contrato Nacional" ele sugeriu começar um novo capítulo na vida sociopolítica síria. (...) As autoridades sírias revidaram com a prisão do deputado Ryad as-Sayf em setembro, assim enfurecendo o Fórum para o Diálogo Nacional, o qual prometeu continuar com suas atividades.

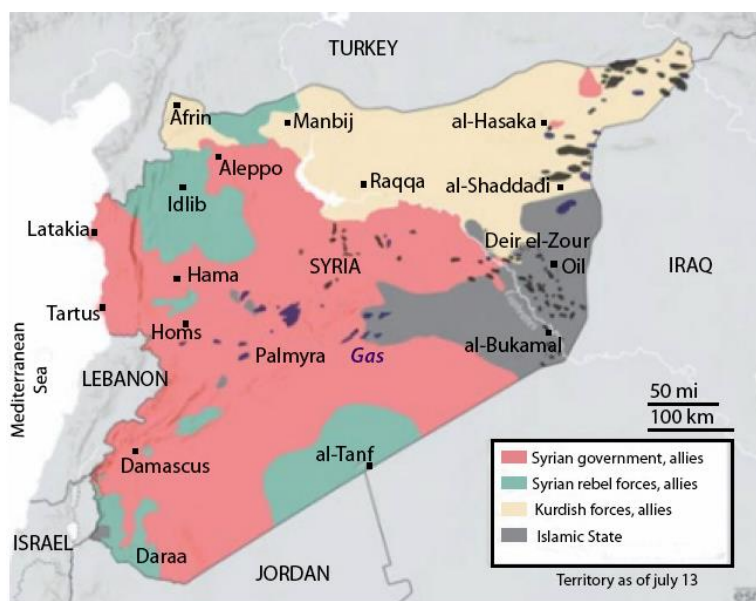
A série de medidas restritivas impostas por Bashar foram concomitantes ao ataque terrorista às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, o que retirou a devida visibilidade desses acontecimentos para a comunidade internacional, ao passo em que Bashar al-Assad promovia reestruturações econômicas bem vistas pelas potências internacionais e regionais (ZIADEH, 2013).

Assim, o regime Baath reconquistava força e autoridade perante seu público, principalmente em relação às comunidades rurais e minoritárias, como assírios, armênios, turcomanos, drusos e demais pessoas leigas, já que os movimentos políticos de oposição eram sobretudo urbanos e promovidos por intelectuais (COSTA, 2016).

Em função da invasão ao Iraque pelos Estados Unidos, cerca de 80.000 assírios se deslocaram com sucesso para a região nordeste da Síria (TRAVIS, 2006), se estabelecendo nas vilas tangenciais ao Rio Khabour, região na qual já habitava número importante e organizado de curdos (ULLOA, 2017, p. 3).

A região do Rio Khabour localiza-se na porção noroeste do território sírio, onde, nos dias atuais, a Federação Democrática do Norte, instância governamental dos curdos, rege a vida social. Este governo regional dos curdos abriga cerca de 7 milhões de curdos, dos 36 milhões totais pelo mundo, é também chamado de Curdistão do Oeste, de acordo com o mesmo parâmetro utilizado para chamar Curdistão do Sul a porção iraquiana sob domínio curdo. Por estes motivos, faz-se pertinente pincelar, ainda sim de modo preciso, como se configura o poder territorial nesta porção do território da Síria, para que, inseridos os assírios neste quadro geral, possamos compreender melhor a realidade que ali se concretiza.

Mapa 2 - Controle territorial do Curdistão do Oeste na Síria atualmente



Nota: Em rosa, governo sírio e aliados; em verde, rebeldes sírios e aliados; em amarelo, forças curdas; em cinza, EI.

Fonte: NASSER et ROBERTO (2019, n.p.)

Em meio ao medo e às ponderações internas feitas pela oposição, os curdos, desde 2002, mantêm uma posição crítica e austera em relação ao governo de Bashar al-Assad. Em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o PYD – Partido da União Democrática, promoveu uma manifestação em frente ao prédio que abriga o parlamento em Damasco. Basicamente, os manifestantes requeriam que fossem os curdos reconhecidos como a segunda etnia do país, além de serem incorporados à sociedade não mais através da arabização, mas que seus costumes e sua identidade permanecessem vigorantes (COSTA, 2016).

O PYD, no entanto, neste momento não gozava de prestígio perante o governo e nem mesmo em relação à comunidade curda em sua totalidade. Isso ocorreu sobretudo pelos vínculos existentes entre o partido sírio e o PKK – Partido dos Trabalhadores Curdos, nascido como organização nacionalista e marxista-leninista, atuante na Turquia desde a década de 1970, país no qual promoveu uma extensa luta beligerante contra o governo, motivo pelo qual foi listado por uma série de Estados, inclusive pelos Estados Unidos da América, como organização terrorista (GAUTHIER, 2009).

O nacionalismo curdo era visto como essencialmente anti-árabe, sendo que muitos curdos ascenderam social e politicamente abrindo mão da identidade curda em favor da árabe (ZIADEH, 2013). Deste modo, a causa curda na Síria deveria tomar novos rumos, por questões estratégicas e também pela necessidade de uma bem-vinda autocrítica.

Para compreender esta virada ideológica ocorrida nas fileiras do PYD, é necessário compreender como o PKK e seu líder, Abdullah Öcalan, transformaram seus pensamentos políticos. Com a polarização mundial entre Estados Unidos e União Soviética durante a segunda metade do séc. XX, os partidos de esquerda mundiais tenderam a se alinharem aos soviéticos, mais ainda aqueles que se encontravam próximos geograficamente da União, caso dos países do Oriente Médio, por receberem em maior grau a influência sociocultural deste conglomerado.

Sendo assim, era natural que a alternativa a ser buscada pelos curdos, um povo que sofria neste período com a opressão do regime turco, buscasse alternativas nacional-socialista, sobretudo reivindicando a criação de um Estado independente, para que fosse assegurada a segurança de seu povo.

Já durante a década de 1990, recluso na Síria, Öcalan, que via a queda da União Soviética e sobre isto refletia, passou a desenvolver uma crítica às políticas socialistas ortodoxas, voltadas à conquista e centralização do poder político no Estado. Deste modo, a partir de uma tríade paradigmática, formada pelo patriarcado, pelo capitalismo industrial e pelo Estado-Nação, sinergicamente imperante no globo desde, ao menos, o século XVIII, o líder curdo traçou um modelo político alternativo baseado naquilo que é diametralmente oposto: a libertação feminina, a ecologia e a democracia de base (ÔCALAN, 2016).

Öcalan, ao propor esta nova abordagem, chamou-a de Confederalismo Democrático, como uma opção aos conflitos territoriais do Oriente Médio ocorridos em torno do Estado-Nação:

O Confederalismo Democrático é um modelo social, político e econômico de autoadministração de diferentes povos, liderado pelas mulheres e pela juventude. Tenta expressar de forma prática a vontade do povo através de uma visão da democracia como um método em vez de um objetivo. É uma democracia sem Estado. (FERRAZ, 2016, p. 19)

É importante notar que, para os curdos sírios, o Confederalismo Democrático é tomado como um estilo de vida, isto é, este pensamento político não se limita apenas em transformar as esferas burocráticas da sociedade, mas promover um renascimento cultural e social em torno de princípios democráticos e sociais-libertários.

Por mais que este modelo sociopolítico tenha desenvolvido a partir dos dilemas do Curdistão do Norte, na porção sul da Turquia, foi no Curdistão do Oeste “que uma histórica oportunidade emergiu para colocar o Confederalismo Democrático em prática” (FERRAZ, 2016, p. 19). Esta oportunidade histórica a que o autor se refere é a Guerra Civil da Síria, iniciada em 2011; entretanto, a atuação política de curdos na Síria não foi nula até essa data.

Os procedimentos burocráticos no Curdistão do Oeste ocorrem da seguinte maneira: cada comuna elege delegados para os conselhos; os conselhos das aldeias enviam delegados para as cidades, nas quais o respectivo

conselho envia outros delegados às metrópoles, e assim segue-se a mesma lógica (FERRAZ, 2016, p. 19).

Com estas ações, busca-se garantir que cada habitante, por mais distante e pequena que seja sua vila, a despeito de qualquer que seja sua formação educacional ou profissional, tenha sua voz reverberada no centro das discussões políticas que o envolvem diretamente, junto das reivindicações e propostas que se sucedem.

As comunas e conselhos, por mais que sejam autônomos, interligam-se na confederação, de modo que não se percam os princípios elementares da constituição deste modelo político (FERRAZ, 2016).

Outro traço interessante desta abordagem alternativa de democracia moderna é que as instâncias superiores da confederação não representam de fato maior poder ou oportunidade para que personalismos surjam, antes constituem espaços nos quais são levados à frente as decisões tomadas na base da sociedade. A respeito disso, acrescenta o autor:

Enquanto as comunas são áreas de solução de problemas e organização da vida cotidiana, os conselhos criam planos de ação e políticas para coesa e coordenação. No início da revolução³ e nas novas áreas libertadas, as assembleias precisam primeiramente erguer conselhos populares e somente depois começaram a desenvolver as estruturas de base mais descentralizadas na forma de comunas. As comunas trabalham para a construção de uma sociedade oral-política” feita por indivíduos conscientes que compreendam como resolver questões sociais e que possam tomar conta do autogoverno cotidiano como responsabilidade comum, em vez de submeterem-se às elites burocráticas. (FERRAZ, 2016, p.20)

Outra importante premissa articulada por Öcalan é a de “nação democrática”, em contraponto ao Estado-Nação monocromático. A nação democrática é representada através da existência de um contrato social e de princípios éticos fundamentais, ambos comuns a todos os povos que compõe a nação; esta ideia sustenta o direito de todas pessoas, de diferentes grupos

³ O termo “revolução” tem sido aplicado comumente à experiência do Confederalismo Democrático no Curdistão do Oeste, sendo tomado este fenômeno como Revolução de Rojava – Curdistão do Oeste na língua curda (ULLOA, 2017, pág. 4)

étnicos e religiosos, linguísticos, de diferentes identidades políticas e intelectuais possam livremente expressar-se, a fim de que, por meio dos debates em comunas e conselhos, possa-se atingir um consenso nos respectivos assuntos referentes às comunidades e à sociedade em geral. “Quanto mais diversa for a nação, mais forte sua democracia. Os diferentes grupos e seções ficam com a responsabilidade de se democratizarem de dentro para fora”. (FERRAZ, 2017, p. 21)

Ôcalan, entretanto, advertia que:

(...) não se deveria negar o Estado sírio em sua totalidade, desrespeitando as fronteiras reconhecidas, sem dúvida uma diferença marcante em relação às posturas anteriores do PKK quando pregava claramente a criação de um Estado curdo completamente independente. O objetivo principal seria o de repensar as estruturas e as instituições estatais existentes, buscando novas formas de organização política não mais baseadas em critérios étnicos ou religiosos e que trabalhassem em conjunto com a ideia de autogoverno de modo a equilibrar democracia participativa e democracia representativa (NASSER et ROBERTO, 2019, n.p.)

Segundo Ferraz (2016, p. 21), “em Rojava, curdos, árabes, sírios cristãos, armênios, turcomanos e chechenos tentam criar uma nova vida juntos”, de modo que, o conceito democrático de uma nação constitui um mecanismo ideológico de supressão de opressões às sociedades naturalmente diversificadas (NASSER et ROBERTO, 2019, n.p.).

Acerca deste cenário, Balanche atesta o seguinte:

A expansão territorial ocorrida depois das vitórias sobre o EI em Kobane e Tell Abyad, ligando os cantões do leste, garantiu ao PYD uma região com mais recursos e população mais numerosa a ser governada. Nesse sentido, à medida que Rojava se expandia, a população deixava de ser homoganeamente curda, tornando-se mais heterogênea em termos étnicos. Atualmente, nos cantões orientais de Jazira e Kobane, a população curda está em torno de 55%. Em Afrin, por outro lado, no cantão mais afastado, a população é majoritariamente curda. Entretanto, cabe destacar que os mapas oficiais do PYD indicam que o cantão de Afrin poderia incorporar,

eventualmente, outras cidades, o que diminuiria a porcentagem de curdos para apenas 30% (BALANCHE, 2016 apud NASSER et ROBERTO, 2019, n.p.)

É interessante notar que os assírios também na Síria, a exemplo do que ocorrera no Iraque, podem ser genericamente denominados como sírios cristãos, o que não reflete a gama variada de tipos étnicos e suas religiões, ou seja, muitos árabes juntamente de assírios são fiéis à Igreja Ortodoxa Siríaca, enquanto outros assírios seguem a Igreja Católica Caldéia e, principalmente, muitos dos refugiados vindos do Iraque participam da Igreja Assíria do Oriente (COSTA, 2016).

O Confederalismo Democrático conta com vasta oposição no governo de Damasco e em boa parte da Síria, em geral, isso ocorre pela fragmentação estabelecida pelo regime baathista no país que, ao mesmo tempo em que promovia a cultura árabe como vínculo de união na Síria, buscava dividir os grupos étnicos de modo que experiências em busca de unidade e democracia fossem desencorajadas, assim sendo, paradoxalmente o país viu-se em real fragmentação (NASSER et ROBERTO, 2019).

Entretanto, existem outros motivos que corroboram atualmente com a oposição ou desconfiança em relação aos curdos na Síria. Nas palavras de um árabe sírio, participante da administração do Curdistão do Oeste:

O sistema de autonomia democrática em nossos três cantões⁴ balança a preocupa o mundo inteiro porque o sistema capitalista não quer liberdade e democracia para o Oriente Médio, apesar de todas as suas pretensões. É por isso que todos atacam Rojava. As diferentes formas de Estado exemplificadas pela República Árabe da Síria de Assad e o Estado Islâmico são dois lados da mesma moeda enquanto eles negam e destroem o mosaico de diversidade de nossa região. Porém, mais e mais árabes do resto da Síria vêm a Rojava para aprender mais sobre a autonomia democrática, porque veem uma perspectiva para a liberdade aqui (FERRAZ, 2016, p. 23).

⁴ “Cantão” é o termo utilizado pelos curdos da Síria para definirem as regiões do Curdistão do Oeste para fins de localização e burocracia. Os três denominados cantões são: Kobani, Afrin e Jazire; referem-se às províncias sírias de al-Hasakah e Aleppo. (ULLOA, 2017, pág. 4)

O depoimento acima pode referir-se ao imperialismo estadunidense empreitado em favor do sistema econômico capitalista, que visa, dentro de uma abordagem geopolítica, anexar os territórios médio-orientais à cadeia produtiva dos norte-americanos, em detrimento de aspirações sociopolíticas locais, por meio de redes tecnológicas e sociais, a fim de garantir a hegemonia global dos Estados Unidos (HARVEY, 2004).

Justamente devido aos interesses internacionais dentro do Oriente Médio, a Federação Democrática Do Norte possui basicamente três braços armados: primeiro, os *asayish*, responsáveis pelo policiamento das estradas e vilas curdas (LOUGHRY et DUNCAN, 2008), o YPG – Unidades de Proteção Popular, formada por soldados treinados para situações de guerra e, mais interessante, o YPJ – Unidades de Proteção da Mulher, milícia adjacente ao YPG, formado todavia apenas por mulheres, desde as soldados até toda a hierarquia de planejamento e controle. Elas combatem, ombro a ombro aos homens, as forças de Damasco, ataques da al-Qaeda e, mais recentemente, o Estado Islâmico – EI (FERRAZ, 2006).

Além do papel militar, estas unidades paramilitares estão em total consonância com os princípios do Curdistão do Oeste, concretizando um meio eficiente para enfrentar uma cultura opressiva no Oriente Médio referente às mulheres e às minorias (NASSER et ROBERTO, 2019). O YPJ foi criado em 2012 e conta hoje com cerca de 8.000 combatentes voluntárias, na faixa etária dos 18 aos 40 anos (FERRAZ, 2016).

De acordo com Renata Costa (2016, p. 70 apud SINCLAIR et KAJJO, 2011):

As demandas dos curdos poderiam ser separadas em três categorias: culturais, linguísticas e políticas. Os direitos linguísticos resumiam-se na demanda do reconhecimento e descriminalização da língua curda e o direito de ensiná-la e aprendê-la nas escolas; os direitos culturais, na permissão para preservar a identidade cultural curda, promovendo festivais e celebrando a literatura, música e dança curda; os direitos políticos, na busca do reconhecimento constitucional dos curdos como minoria étnica na Síria.

Há também questões estratégicas importantíssimas para Damasco no Curdistão do Oeste; por exemplo, na região do cantão de Jazira, na governadoria de al-Hasakah que cobre cerca de 40% do território sírio, produz-se 65% dos cereais no país e 75% do petróleo e gás natural; condições que desencadeiam sensíveis questões fundiárias no nordeste sírio. Em contraponto, por tratar-se de uma região habitada sobretudo por minorias étnicas, como os curdos e assírios, o que significa ter havido menor atenção do governo de Hafez, é também a região que possui o “menor desenvolvimento humano, maior proporção de pobreza e taxa de analfabetismo” (COSTA, 2016, p. 69 apud ABABSA, 2015, p. 201).

A importância da oposição curda ao regime de Assad passou a se concretizar em meados de 2004, após 3 anos de sucessivos, organizados e assíduos protestos contra Damasco e por respectivas retaliações violentas por parte das forças de Bashar, que acarretaram mortes de inocentes, além do endurecimento restritivo de leis para aquisição de terras por curdos na fronteira com a Turquia (COSTA, 2016).

Dessa forma todo o cenário estava pronto para que esta oposição se tornasse uma insurreição; assim sendo, em um esforço de superar os antagonismos étnicos inflados pelos anos de Hafez, a oposição árabe a Damasco que “colocava 300 pessoas nas ruas”, trouxe junto ao centro do debate político a causa dos curdos, cuja representação “levavam milhares” de pessoas aos protestos. Em 2005, os grupos árabes de oposição, como a Irmandade Muçulmana, banida da Síria em 1982, coligaram-se aos curdos, havendo a partir deste momento colaboração de ambos os lados (COSTA, 2016, ps. 72-74).

3.3. A geopolítica da Síria a partir da Guerra Civil

Através de um discurso centralizador e nacionalista, que conclamava a população a reagir contra forças estrangeiras, separatistas e radicais que ameaçavam a estabilidade da Síria, Assad conseguiu consolidar sua posição de chefe da Síria, deixando de estar isolado, uma vez que, neutralizados seus adversários, contou com o apoio da elite religiosa sunita moderada, que gozava de amplo prestígio perante a sociedade e possuía meios de disseminação de

conteúdos em massa muito mais eficientes daqueles que a oposição a Bashar dispunha (COSTA, 2016).

Bashar al-Assad manteve-se firme no poder da Síria, entre repressões mais e menos violentas, discursos em prol do desenvolvimento duma Síria renovada e moderna, até meados de 2011 (COSTA, 2016), ano em que a já esgarçada paciência de setores da sociedade de fato se esgotou através do encorajamento promovido pelos povos árabes do norte da África (RICCI, 2016).

A Primavera Árabe teve sua gênese com revoltas populares na Tunísia que reivindicavam em geral o direito à ação política oposicionista, às liberdades individuais e de expressão, que vinham anexas às demandas sociais de uma população empobrecida em com poucas perspectivas de efetiva e positiva mudança (RICCI, 2016).

Ironicamente, em janeiro de 2011, Bashar em entrevista ao *Wall Street Journal*, declarou que “a Primavera Árabe assinalava uma nova era na qual os líderes deveriam levar em conta as demandas do povo” (COSTA, 2016, p. 91); para tanto, utilizou a própria Síria como exemplo desta conexão entre o governo e a população.

Porém a situação real da Síria era de decepção com as políticas sociais promovidas por Bashar que, mesmo com as aberturas e propostas de modernização, não havia conseguido alçar a população camponesa de baixa e média classes às posições mais favoráveis dentro da comunidade urbana, tendo inchado, na verdade, as cidades grandes e médias de uma massa que contava apenas com péssima qualidade de vida (COSTA, 2016).

Inflados pelas deposições dos presidentes da Tunísia e do Egito em janeiro de 2011, um grande número de pessoas protestou nas ruas da capital contra o governo de Damasco, utilizando a mesma pauta até então utilizada em outros países; entretanto, a má calculada repressão de Assad, que utilizou as Forças Armadas para prender e torturar um grupo de estudantes, intensificou a onda de protestos, sendo neste momento reclamada a renúncia de Bashar, cuja família mantém-se no poder há já quatro décadas (COSTA, 2016; RICCI, 2016; SOUZA et al, 2017).

Não obstante, Bashar ordenou que fossem feitos disparados de armas de fogo contra a população em novas manifestações, o que levou civis à morte,

tornando ostensivos os protestos, ao ponto de caracterizarem-se como uma rebelião civil (SOUZA et al, 2017).

Esta situação provocou nova efervescência na oposição síria ao regime baathista: “No dia 28 de fevereiro, a Declaração de Damasco publica um anúncio no site de notícias oposicionista All4Syria, demandando reforma política, fim do estado de emergência e fim do ostracismo aos grupos oposicionistas” (COSTA, 2016, p. 92).

Os confrontos permaneciam, mesmo que desequilibrados pelo poder violento das forças de Assad, mortes, prisões e torturas tornavam-se comuns na Síria, em uma vã tentativa de conter o ímpeto libertário ascendente no país. Diversas figuras da elite religiosa sunita desqualificaram a rebelião, argumentando que o povo estava sendo manobrado habilmente por forças estrangeiras, haja vista a facilidade com que se incorporaram às manifestações. Entretanto, o povo, após orações nas mesquitas tradicionais da Síria, saía pelas ruas em protesto, o que causou severa advertência provinda das autoridades sunitas, que caracterizaram os manifestantes como maus muçulmanos (COSTA, 2016).

Deste modo, a baliza fornecida pela elite sunita a Bashar al-Assad, que o permitiu governar de modo mais estável em períodos anteriores de forte tensão, já não possuía mais a mesma força e eficácia em dominar a população síria, antes provocou mais descompasso entre a demandas populares e o poder político no país.

Com isto, a massa que protestou contra o regime, tornou-se mais complexa: a Síria é uma país com íntimo vínculo ao Islã, sendo assim, mesmo as pautas políticas possuem na maioria das vezes um fundo religioso; com a ruptura entre a elite sunita moderada e a população, abriu-se caminho para que setores sunitas radicais, representados por exemplo pela Irmandade Muçulmana, pudessem trazer à tona problemáticas referentes à aplicação do Islã à política nacional síria, de modo que foi angariado apoio de setores intelectuais e militares da sociedade descontentes com o caráter laico do governo de Bashar, figura fiel de uma minoria muçulmana xiita (COSTA, 2016).

Assad então fez concessões políticas e legais aos religiosos mais radicais e aos curdos, que neste momento não haviam protagonizado episódios centrais no conflito, de modo que a facilidade com que foram as benfeitorias feitas aos

curdos demonstraram que esta questão se tratava apenas de boa vontade e não de escassez de recursos, o que por sua vez não trouxe os curdos de modo algum para o lado de Damasco (COSTA, 2016).

O drama provocado pelas ações do governo nas ruas agravou-se, ao passo que dezenas de civis eram mortos em cada manifestação: eram utilizados tanques, cidades eram sitiadas, sistemas de abastecimento básico eram cortados, atiradores de elite eram utilizados contra a população desarmada, logo os olhares da comunidade internacional debruçaram-se sobre a insurreição na Síria:

As manifestações continuam durante toda a primavera, cada vez mais numerosas, sempre com muitas mortes e detenções. A atenção internacional voltou-se sobre a Síria: Barack Obama e Catherine Ashton apresentam suas notas de repúdio à violência nas manifestações; e os Estados Unidos da América e a União Europeia começam a anunciar a possibilidade de sanções econômicas (COSTA, 2016, p. 96).

De fato, na metade de 2011 passou-se a discutir uma operação internacional para intervir na Síria e investigar independentemente as ações do regime baathista; isto deu munição para que o discurso sobre o avanço do imperialismo ocidental sobre a Síria fosse novamente propagado pelos situacionistas, mas a desconfiança de grande parte da sociedade continuava maior que os argumentos em favor do governo. Apenas Damasco e Aleppo continuaram a ser os redutos de Bashar (COSTA, 2016).

O regime apostou no argumento de que atuava violentamente contra gangues armadas presentes nas manifestações; verdade é que, de acordo com relatos:

(...) os franco-atiradores vêm do regime. Realmente aconteceu que alguns sunitas levaram armas para se defender, mas elas nunca foram apontadas para o peito de um único alauíta sequer (...) Os sunitas em Bāniyās⁵ insistiram mais tarde em anunciar que Bāniyās não tinha

⁵ Cidade síria no noroeste do país

salafistas⁶, que as pessoas de Bāniyās nunca lutaram contra o exército, e que foram as forças de segurança (do regime) que foram aos bairros alauítas e lhes disseram que se eles quisessem armas, eles poderiam trazer-lhes algumas (COSTA, 2016, p.102 apud YAZBEK, 2012, p. 43).

Esta narrativa corrobora com a acusação largamente difundida de que o governo de Damasco infiltrava seus partidários em manifestações e proporcionava que extremistas se filiassem à oposição neste conflito, de modo a evitar qualquer apoio internacional à causa (SOUZA et al, 2017). Além disto, estes discursos de Assad inflaram o sectarismo religioso na Síria, de modo que pode o governante pôde abraçar para si minorias assírias, armênias e alauítas no conflito, impedindo-os de juntarem à maioria sunita, comumente tomada como “ameaça islâmica” (COSTA, 2016, p. 103).

Com o agravamento destas circunstâncias em função das ações das milícias de Assad, o sectarismo tornou-se uma realidade na Síria, causando um caos ainda maior dentro do multicultural país; logo, muitos protestantes passaram a atacar também violentamente as forças de Damasco, num movimento que transformou o massacre unilateral em confronto civil armado.

Neste contexto, os mais prejudicados foram assírios e demais minorias, que, devido ao pequeno número e carente organização civil, viam-se pressionado por todos os agentes majoritários a tomarem suas respectivas pautas, de modo que qualquer resposta negativa ou mesmo a abstenção eram motivo de ameaças e desqualificações cunhadas pelo caráter religioso destas comunidades (COSTA, 2016).

Ao passo em que o conflito se desenrolava, eram noticiadas as mortes de soldados de Assad além dos já recorrentes desaparecimentos de manifestantes opositoristas; com a ratificação do caráter paramilitar da oposição, surgia a alcunha de Exército Livre da Síria, composto por desertores sunitas (SOUZA et al, 2017) das Forças Armadas – tempo depois soube-se que muitos generais sunitas sírios foram subornados com dinheiro saudita para juntarem-se aos

⁶ Apoiadores do salafismo, vertente sunita que prega uma *jihād* contra o herético Ocidente. Escola islâmica sunita constituída no séc. XIX, é hoje análoga ao wahabismo, complementando os esforços políticos e uma consciência geopolítica aos preceitos sociais e religiosos dos wahabitas.

opositores de Assad (FERRAZ, 2016, p. 84), e por milícias locais formadas por civis, que, a despeito da falta de unidade aparente, conseguiram pressionar intensamente os soldados de Bashar (COSTA, 2016).

No exterior, a imagem do conflito foi moldada pelos antigos opositores de Bashar dos idos de 2000, que se exilaram em países da região ou na Europa e nos Estados Unidos; para tanto, mesmo que tivessem pequena relevância no confronto de fato, conseguiram atrair olhares de chefes de Estado e de jornais de alcance massivo no mundo todo:

A oposição no exílio foi muito ativa na formação da imagem midiática da insurreição, bem como na tentativa de construção de uma imagem confiável e relevante aos olhos dos sírios anti-regime. Assim, três congressos são realizados entre os membros da oposição: o primeiro em Bruxelas, o segundo em Damasco e o terceiro em Istambul (COSTA, 2016, p. 107).

Estas ações coordenadas puderam mover ainda mais os esforços diplomáticos das potências regionais do Oriente Médio e das globais a fim de intervirem na Síria. Deste modo, Catar, Arábia Saudita, Turquia, Irã, Rússia, Estados Unidos, França, milícias curdas e libanesas galgaram os primeiros passos em direção às suas futuras filiações na Guerra Civil.

A maior parte dos civis, estivessem eles na Síria ou fossem refugiados, deixou de tomar partido, já que a péssima qualidade de vida havia ainda piorado com a guerra, vivendo os habitantes sobre escombros de edifícios, convivendo com o medo da destruição e privados de liberdade e de abastecimentos básicos, de modo que o conflito não era mais visto como travado por lados que buscavam desenvolvimento e justiça no país, mas sim que visavam estabelecer poder no país, fosse com a sobrevivência dum antigo regime ou com a instauração de um sistema contaminado por interesses estrangeiros (COSTA, 2016).

Em meados de 2012, a situação da Síria era a seguinte:

Mapa 3: Domínios e áreas em disputa na Guerra da Síria, 2021

Quem controla o quê?

- Exército sírio e forças aliadas
- Forças Democráticas Sírias (milícia curdo-árabe)
- Turquia e grupos rebeldes afins
- Grupos jihadistas e presença militar turca



Fonte: Liveuamap e El País/11-03-2021

O GLOBO

Fonte: Liveup/ El País/ O Globo.

Efetivamente, atores internacionais passaram a atuar na Síria em meados de 2012 mesmo que através de apoio financeiro e logístico: a Arábia Saudita passou a patrocinar e armar o Exército Livre, também caracterizados como rebelde; e o Hezbollah enviou suas tropas experientes e altamente treinadas em confrontos civis – haja nota à atuação do partido na Guerra Civil Libanesa anteriormente (SOUZA et al, 2017).

Neste momento, carentes de qualquer posicionamento tradicional e com uma ideologia e estrutura políticas bem definidas, os curdos passaram a ter uma atuação militar independente na guerra, rompendo com a autoridade de Damasco e confrontando todos aqueles que ameaçassem a soberania de seus territórios; e assim a guerra tornou-se ainda mais complexa, abrangendo questões internas e externas à Síria (FERRAZ, 2016).

A esta altura, a guerra já era declarada e ocorria extensamente, ao passo em que as estratégias de ambos os lados se concretizavam; os rebeldes lançaram ofensivas em Damasco e Aleppo, duas maiores cidades e contingentes

populacionais da Síria e redutos do regime baathista; em contraponto, as Forças Armadas buscaram arrasas as periferias destas cidades, a fim de obrigarem as populações a fugirem para as zonas rurais ou mesmo emigrarem, para que não fosse possível ao Exército Livre cooptar mais civis (SOUZA et al, 2017). Já as forças de Damasco concentraram-se em zonas camponesas de maioria xiita, cristã e drusa, com apoio tático do exército russo, deixando para trás as destruídas zonas urbanas (FERRAZ, 2016); pode-se pensar que esta ação, além de estratégica, significou também uma reaproximação do Partido Baath Sírio com suas raízes rurais e comunitárias.

A instabilidade social e política causadas pela guerra corroboraram com a proliferação de células A terroristas na Síria, como a al-Qaeda e, posteriormente, seu braço mais radical, a al-Nusra; todas inspiradas por reformismos dentro do sunismo heterodoxo, como o salafismo e, no caso do Estado Islâmico, o wahabismo⁷.

A Guerra da Síria constituiu-se concretamente também em contextos globais entre 2012 e 2013, de modo que Rússia e Estados Unidos passaram a monopolizar os suportes aos seus respectivos protegidos: Damasco e Exército Livre; sendo que uma vitória significaria aumento de lastro de influência e, talvez, controle da região.

Podemos dizer que a Síria estava sob atento olhar de Washington desde que Bashar subiu ao poder, pois era, além de Coréia do Norte e Irã, um dos três “Estados terroristas” enumerados por Geoge Bush (FERRAZ, 2016, p. 83). A invasão ao Iraque em 2003 criou o precedente perfeito para uma ação internacional na Síria (e em qualquer outro lugar do mundo) encabeçada pela Casa Branca: instabilidade social, confronto armado, um líder/ditador opressivo, atmosfera anti-democrática, etc.

⁷ Wahhabismo, wahabismo, uaabismo ou vaabismo (em árabe: الوهابية) é um movimento do islamismo sunita, criado no século XVIII e geralmente descrito como ortodoxo, ultraconservador, extremista, austero, fundamentalista e puritano. Propõe-se a restaurar aquilo que, na sua visão, seria o culto monoteísta puro. Seus seguidores muitas vezes opõem-se ao termo wahhabismo, por considerá-lo pejorativo, preferindo ser chamados de salafitas ou muwahhid. A denominação do movimento refere-se ao líder religioso e teólogo Muḥammad ibn ‘Abd al-Wahhāb (1703 -1792), criador de um movimento revivalista na região remota e pouco povoada de Négede no centro da Arábia Saudita. Defendia a purificação do islamismo para devolvê-lo às suas raízes do século VII, por meio de uma purga de práticas tais como o culto popular dos santos, de santuários e a visitação de túmulos de entes queridos, que eram generalizadas entre os muçulmanos, mas que Wahhab considerava como idolatria ou inovações incompatíveis com os preceitos islâmicos. Fonte: Wikipedia.

Em 2014, Barack Obama ordenou que a CIA – Agência de Inteligência Americana, treine os soldados do Exército Livre, além de lhes oferecer apoio material (SOUZA et al, 2017); este episódio é bastante interessante, pois Obama retirava, desde 2008, gradativamente seus soldados do Iraque sob aplausos de toda a comunidade internacional, suportado por um discurso de não interferência direta em assuntos internos destes países.

Em contraponto, Vladimir Putin, presidente russo, manteve uma posição clara e direta: apoiar de modo total Assad e seus aliados. O chefe de Estado russo emitiu o seguinte depoimento para que não restassem dúvidas:

Ali só existe um exército convencional legítimo. É o exército do presidente da Síria, Assad. E a ele se contrapõe, segundo a interpretação de alguns dos nossos parceiros internacionais, a oposição. Mas, na realidade, na vida, o exército de Assad luta realmente é com organizações terroristas. Inicialmente o objetivo era de preparar 5 a 6 mil combatentes, depois – 12 mil. No fim das contas, revelou-se ter sido preparado um total de 60 mil, enquanto apenas 4 ou 5 mil pessoas lutam com armas em mãos, e todos os restantes simplesmente passaram para o Estado Islâmico com as armas norte-americanas. Em segundo lugar, ao meu ver, a prestação de ajuda militar a estruturas não legítimas não responde aos princípios do direito internacional e à Carta das Nações Unidas. Nós apoiamos exclusivamente estruturas governamentais legítimas (SOUZA et al, 2017, ps. 5-6).

Dada esta disposição dos atores, se constituía um eixo Moscou – Teerã – Damasco, e um outro Washington – Riade – Exército Livre, configurava nos dois casos um modelo de aliança composto por uma potência global, uma potência regional, um agente local da guerra respectivamente (RICCI, 2016). Orbitavam estes agentes de modo mais autônomo ou mais vinculado: Federação Democrática do Norte, EI, al-Nusra (FERRAZ, 2016).

Ancara, sede do governo turco, mantinha-se independente, com ações escusas que ora favoreciam, ora prejudicavam Damasco ou os jihadistas sunitas ou os curdos, ao passo em que buscava relações diplomáticas no mínimo amenas com Moscou e Washington (FERRAZ, 2016).

Em 2012, quando as forças do Exército Sírio se encontravam fracas e Bashar buscava conter a rebelião, as terras mais ao norte do país foram cedidas para a Federação Democrática do Norte, o que causou tensões entre Damasco e Ancara, que posteriormente atacou bases curdas e do EI indiscriminadamente. Isso ocorreu pelo clima antagônico histórico entre curdos e turcos na Turquia, através da ação armada do PKK e da proximidade deste com o PYD (FERRAZ, 2016).

Em 2014 era possível notar uma reconstrução do Exército de Damasco, em muito pelos apoios do Hezbollah, do Irã e da Rússia, estando eles prontos novamente para combater os rebeldes. Neste período, o EI também conquistou grande número de territórios, iniciando pelo sul da Síria, indo em direção à fronteira do país com o Iraque, até alcançar a fronteira com a Federação Democrática do Norte. A partir daí o Exército Livre começou a perder sua força mesmo quando o número de seus combatentes aumentava. O motivo para isso era a veiculação da parceria entre membros dos rebeldes com grupos terroristas wahabitas.

Mais tarde foi comprovada uma ajuda direta maior que se sabia ao Exército Livre. A pina Orientalidades, em 11 de julho de 2018, publicou a seguinte notícia e foto⁸:

Figura 1: Armamentos do Exército Livre da Síria apreendidos, 2018



⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/OrienteEspiritual/posts/1096619463837622>

Fonte: Orientalidades

Com a conquista dos últimos territórios rebeldes no extremo sul da Síria, já nas fronteiras com Israel e Jordânia, o Exército tem descoberto uma série de equipamentos de produção ocidental que faziam parte do armamento dos jihadistas. Na foto, por exemplo, APILAS anti-tanques de produção francesa. Também foi reportado que até um tanque britânico foi encontrado. Estas se tornam em provas seguras do apoio logístico e militar da França, Reino Unido, EUA e aliados à causa "rebelde", muito além de um apoio político.

O EI conseguiu impor graves danos às comunidades postas em sua trajetória, de modo que, era uma força paralela à Guerra da Síria, não tendo Assad como seu alvo, mas sim toda a sociedade considerada infiel para o radical wahabita, onde se inseriam xiitas, sunitas moderadas e ortodoxos e outros cristãos; este pensamento fez com que, ao invés de um foco estratégico político, o EI preferisse conquistar aldeias de minorias cristãs e xiitas, produzindo um efeito dramático e propagandístico que trouxe preocupação de Bashar pelos atos perpetrados em território sírio, mas que eram secundários frente a urgência do combate ao Exército Livre (COSTA, 2016; SOUZA et al, 2017).

Souza (et al, 2017, p. 8) traz um novo conceito para abordar a atuação do Estado Islâmico:

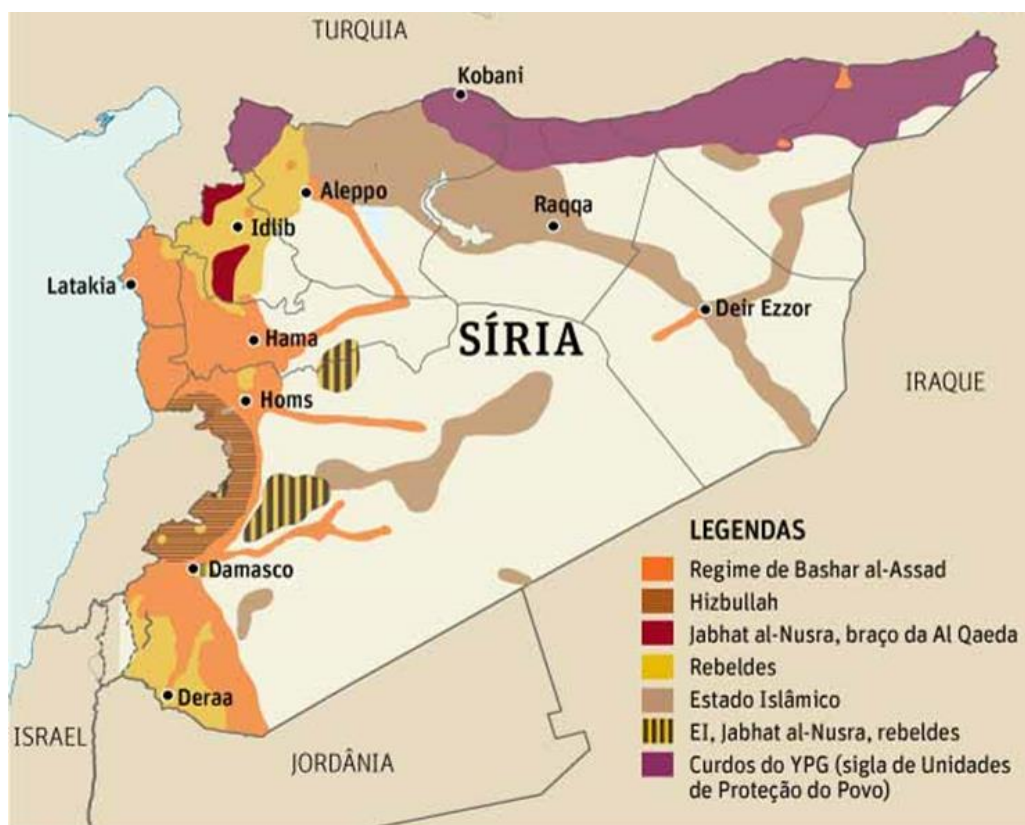
Cabe, nesse ponto, fazer uma distinção entre o conceito de terrorismo e a prática realizada pelo Estado Islâmico, o horrorismo. O terrorismo, como sabemos, é quando se tenta promover a dominação pelo terror; é quando se busca impor/implantar seus objetivos ou princípios (sejam políticos, religiosos ou econômicos) através da pressão, violência ou coerção. A autora Cynthia Weber introduz o conceito de horrorismo nas discussões sobre as Relações Internacionais contemporâneas, principalmente no que tange às ações do ISIS. Como uma forma de exacerbar as ações terroristas, o horrorismo surge como uma prática de desumanização, onde há a violação extrema das condições físicas e psíquicas de vítimas que já se encontram vulneráveis. Nesse sentido, o horror ofende a condição humana fazendo com que as vítimas experimentem situações de violência repugnantes como a desfiguração corporal e diversas formas de tortura, nos momentos em que mais necessitam de salvamento. De maneira mais didática, o

terrorismo causa o medo, sendo assim, a primeira tentativa de sobrevivência do indivíduo é a fuga, o movimento. Por outro lado, o horror causa o pavor, o trauma, onde o indivíduo fica paralisado diante da cena de horror e não consegue escapar; é então, a imagem do corpo mutilado. (SOUZA et al, 2017, p. 8)

As políticas de todo o regime baathista na Síria foram, desde os anos 1980, condenados por radicais wahabitas e salafistas, enquanto o Exército Livre possuía elementos destas linhas muçulmanas em suas fileiras, de modo que, se fosse ser prestado apoio militar e político a um dos agentes, seria coerente que os jihadistas aproximassem-se de setores radicais do Exército Livre.

Em meados de 2016, a divisão da Síria entre os agentes da guerra e paralelos era a seguinte:

Mapa 4 – Domínios e áreas em disputa na Guerra da Síria, 2016



Fonte: Institute for the Study of War

Fonte: CAVOK: Asas da Informação/ Institute for the Study of War

Conforme nos mostrada o mapa, os curdos da Síria formaram um cordão para barrar o avanço do EI e também da al-Nusra na Síria (SOUZA et al, 2017),

conseguindo grandes vitórias frente os jihadistas: os curdos em geral praticam o sunismo de vertente moderada, que, em muitos casos, sincretiza traços da religiosidade cristã; logo, para o EI, além do inimigo militar à frente contra a instauração de um califado, os curdos eram também alvo prioritário para extermínio (FERRAZ, 2016; NASSER et ROBERTO, 2019).

Esta atuação dos curdos interessou aos Estados Unidos, já que se inviabilizava um apoio irrestrito ao Exército Livre com as suspeitas fundadas de que haveria algum grau de cooperação entre estas forças armadas e os terroristas, enquanto a posição estadunidense era total e intransigentemente contrária a Damasco e à pessoa de Bashar al-Assad.

A Federação Democrática do Norte reúne quase todos os aspectos que tornariam um apoio dos Estados Unidos aos curdos útil e de forte apelo público e internacional de cariz sociocultural liberal: combatem Damasco, combatem terroristas muçulmanos e seu sectarismo religioso, propõe uma sociedade democrática, equilibrada e multicultural entre as diversas comunidades étnicas, possuem também histórico de opressão sofridas por Estados do Oriente Médio, além de terem se afastado do marxismo-leninista, tornando-se mais progressistas e voltados à democracia de base; este fato, por mais que pareça ser inconciliável com o histórico e recorrente neoliberalismo imperialista dos Estados Unidos, podia debater com as propostas de Barack Obama – um presidente do Partido Democrata.

4. A ESCALA LOCAL DE AÇÃO DOS ASSÍRIOS

Em 2016, os curdos ratificaram sua intenção de se tornarem uma Federação Autônoma, o que foi prontamente rechaçado por Damasco e seus aliados, contrários ao prestígio que os curdos haviam conquistado pelo combate ao EI e por ter adotado em 2014 uma constituição democrática que garantia as liberdades culturais, étnicas e religiosas a todos os povos do Curdistão do Oeste (ULLOA, 2017), o que interessava de fato aos assírios que vivem, sobretudo, nesta região.

Na província de al-Hasakah, a cidade de al-Qamishli serve de “capital” (P. 4) para o Curdistão do Oeste, no entanto, historicamente a população que ali habita é assíria, além de terem sido eles próprios o principal vetor da construção do centro urbano após o genocídio da Primeira Grande Guerra. (ULLOA, 2017)

A Anistia Internacional, em outubro de 2015, publicou um relatório no qual estão expressos diversos atos de destruição pela Federação Democrática em áreas de maiorias árabe, turcomana e, “subnotificados” (ULLOA, 2017, p. 4), assírios. No documento, a entidade internacional diz o seguinte:

A Anistia Internacional conduziu pesquisas em áreas sob controle da Administração Autônoma no norte da Síria, visitado 14 cidades e vilas nas governadorias de al-Hasakah and al-Raqqa e entrevistando 37 pessoas que experimentaram diretamente os abusos perpetrados pelas forças de segurança da Administração Autônoma. (...) A Anistia Internacional também entrevistou habitantes de Ras al-Ayn e da vila de Tel Diyab em Ras al-Ayn, nas zonas camponesas, que relataram que eles foram retirados de suas casas à força pelo YPG e pelos asayish, a força policial curda, e que suas propriedades foram destruídas ou confiscadas, através do que era a eles – e não a comunidade inteira – um tratamento particular. Enquanto a maioria dos residentes afetados por essas práticas ilegais são árabes e turcomanos, em alguns casos, por exemplo na multiétnica cidade de Suluk, habitantes curdos também foram impedidos pelo YPG e pelos asayish de retornarem às suas casas. (BENENSON, 2015, p. 6)

Podemos dizer que ocorridos por parte de curdos na Síria entre eles próprios, que possuem uma estrutura política de oposição interna, e também

contra árabes, os assírios foram um obstáculo pequeno para as forças da Federação, a se dizer pelo menor número de populações, como também pela falta comparativa em relação à política e ao poderio militar (BENENSON, 2015).

Segundo o relatório, há em al-Hasakah um padrão de higienização étnica, que não se refere somente ao assassinato de outras etnias, mas à intimidação e à pressão para que estas incorporem-se à identidade dominante e afiliarem-se às instituições civis e políticas curdas (ULLOA, 2017)

As principais ameaças aos assírios após a Revolução de Rojava, sobretudo em al-Hasakah, são duas, primeiro: o duplo recrutamento militar, já que muitos dos homens entre 20 e 30 anos completaram seus treinamentos obrigatórios junto ao Exército Sírio, aos quais inclusive têm sido leais na história recente (OEHRING, 2019), haja vista os perigos aos assírios percebidos através de discursos de oposição, como da Irmandade Muçulmana, serem maiores, no entanto, por encontrarem-se em território atualmente controlado por curdos, muitos deles são forçados a integrarem as forças do YPG (ULLOA, 2017).

Assim, se sustenta a distorcida informação dada por instâncias curdas de que junto a eles combatem outras minorias, como assírios; segundo: a multiplicação de taxas e impostos é um dos males a que assírios têm experimentado no nordeste sírio (OEHRING, 2019), são obrigados a responderem ao governo central de Damasco, pagando os impostos ordenados, no entanto, sendo a Federação considerada pelos curdos um território independente, são cobradas taxas à população da região por mercadorias e manutenção de serviços sociais (ULLOA, 2017).

Deste modo, os assírios veem-se encurralados: se tomam definitivamente partido de Damasco, o risco de intensificação das repressões aumenta exponencialmente, ao passo que, prestando total apoio à Federação, dão carta branca para que o processo de absorção cultural assíria pelos curdos continue, assim, abrindo mão de suas identidades.

Nas palavras de Silvia Ulloa (2017, p. 6):

O duplo serviço militar e a carga monetária afetam todos os cidadãos que precisam atravessar o regime sírio e as fronteiras da Administração Autônoma. Estas questões não são exclusivas para os

assírios, mas os afetam desproporcionalmente, já que a maioria de sua população reside em uma governadoria dividida entre os dois regimes.

A situação de conflito entre Damasco e a Federação tem realçado os problemas estruturais das cidades da região, havendo falta de abastecimento de energia, produtos e água (ULLOA, 2017), o que por seu turno favorece novas ondas emigratórias de assírios.

Durante 2015, a região de Khabour foi rota do EI, de modo que, impossibilitados de se defenderem, quase a totalidade dos assírios fugiu, deixando para trás suas propriedades, animais, móveis e objetos de valor pessoal e monetário; com o combate aos jihadistas, a região se viu livre dos wahabitas, no entanto, ao retornarem para suas casas, encontraram suas casas saqueadas, fato que foi parcialmente responsabilizado aos soldados do YPG. (ULLOA, 2017)

Ademais, membros da Federação propuseram em setembro de 2015 uma lei que daria direitos totais aos membros do YPG sobre propriedades abandonadas por pessoas em busca de refúgio. O Partido da União Democrática – PYD, argumentou que esta lei tinha como finalidade “proteger” as propriedades abandonadas ao serem utilizadas pela administração do Curdistão do Oeste, de modo que seriam dadas funções sociais a elas. (ULLOA, 2017, p. 7),

Os assírios foram radicalmente contra a lei, já que ela própria restringia o direito à restituição de posse aos verdadeiros donos daquelas terras. Assim, organizações cristãs lançaram notas oficiais públicas condenando a lei e dando relevo aos desafios enfrentados por não-curdos: duplo recrutamento e dupla taxação (ULLOA, 2017; OEHRING, 2019).

Apesar do combate e rejeição ao instrumento legal, propriedades e empresas assírias continuaram a ser tomadas por forças curdas: “a Ashur Motors, empresa de micro-ônibus, por exemplo, foi publicamente expropriada pela auto-administração curda em janeiro de 2016, sob o pretexto de que seus negócios haviam diminuído devido à guerra”. (ULLOA, 2017, p. 7)

Não apenas ameaças aos direitos pessoais sobre as propriedades acometeram os assírios, mas também ataques às instituições propriamente assírias. Em julho de 2015, as forças do YPG ocuparam uma escola assíria em al-Hasakah, no centro da cidade; a despeito das reivindicações dos

administradores do colégio, a milícia curda não ofereceu qualquer resposta sobre a ocupação e sua respectiva duração. Em 2016, na região do Rio Khabour, o mesmo exército tomou três aldeias assírias para que servissem como campos de treinamento (ULLOA, 2017).

As forças curdas variaram a gama de atos para desencorajar os assírios a estabelecerem uma postura altiva frente o regime da Federação, sendo cometidas ações pontuais sobre figuras de autoridade assíria. Nas palavras da autora:

Em fevereiro de 2015, milicianos curdos prenderam um padre na cidade de al-Malikiyah – também conhecida como Derik por curdos e assírios. O padre Gabriel Dawud estava visitando a cidade em nome da Igreja Ortodoxa Siríaca para relatar a situação dos assírios na cidade. Presos junto com Dawud estavam outros nove indivíduos (...) O motivo de sua prisão foi invadir uma área curda, embora tanto as forças sírias quanto as curdas tenham sido notificadas antecipadamente da visita do padre, a fim de evitar complicações. O padre e os outros nove indivíduos acabaram sendo libertados após várias horas de detenção. O incidente parece ser outra tentativa de intimidar os assírios e restringir seus movimentos em áreas controladas pelos curdos, bem como impedir o escrutínio da situação dos assírios. (ULLOA, 2017, p. 12)

No entanto, além da dominação física, os curdos têm buscado uma dominação social e cultural dos assírios, semelhantemente ao que fizera o Império Otomano durante o início do século XX, também Saddam Hussein no Iraque e Hafez al-Assad na própria Síria, nas palavras de Silvia Ulloa (2017).

O maior exemplo disso são as reformas estruturais na política educacional da Federação Democrática do Norte, o PYD instituiu a obrigatoriedade do ensino da língua curda em caráter oficial nas escolas públicas e privadas (FERRAZ, 2016), substituindo o árabe; deste modo, não só se trocou simplesmente o agente regulador central da educação, como se agravou a opressão aos assírios, já que foi proibido o ensino do neo-aramaico em instituições privadas e em escolas mantidas pela Igreja (ULLOA, 2017).

O PYD, no intuito de substituir o conteúdo ideológico prescrito pelo regime baathista, buscou reestruturar as disciplinas humanas no sistema educacional:

Professores assírios no norte da Síria têm reclamado sobre o conteúdo histórico e geográfico apresentados pelo PYD às escolas, contendo imprecisões apresentadas como fatos nos textos. Essas imprecisões incluem nomes de locais assírios sendo alterados para nomenclaturas curdas; a esposa do rei bíblico Nabucodonosor sendo descrita como uma mulher curda; e mapas que encolhem países como Irã, Turquia, Síria e Iraque em favor de um “Grande Curdistão”. (ULLOA, 2017, p. 8)

Estes fatos revelam uma tentativa sistemática de sobrepujar a cultura e a etnia assíria em favor do poder social e político curdo, através de uma narrativa historiográfica dissonante da realidade. Enquanto o PYD alega buscar “libertar” (P. 8) as escolas das amarras apertadas pelo regime baathista em todo o Estado da Síria por 40 anos, há apenas a substituição de um antigo currículo por uma versão que, embora alternativa, é tão monocromática, alienadora e opressiva quanto a anterior, segundo versa Silvia Ulloa (2017, p.7-9).

O portal Orientalidades, no dia 28 de junho de 2018⁹, publicou a seguinte notícia e imagem sobre a resposta dada pelos assírios às autoridades curdas:

Figura 2 - Cristãos protestam contra fechamento de suas escolas na Federação do Norte da Síria, 2018



Fonte: Orientalidades

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/OrienteEspiritual/posts/1149863581846543>

Em Al-Qamishli, no nordeste da Síria, sob controle curdo na Federação Democrática do Norte, cristãos siríacos e armênios protestam agora, com a presença de sacerdotes, bispos e até do Patriarca Éfrem II, contra o fechamento de escolas cristãs. Como já tínhamos dito, os curdos, tanto no Iraque quanto na Síria, estão organizando uma forte perseguição às comunidades cristãs. Assírios, Armênios, Caldeus, etc. são pouco simpáticos ao espírito separatista dos territórios do Curdistão.

Ainda em relação à conflituosa presença do governo de Assad e da Federação na região, as escolas públicas destes locais tiveram suas atividades suspensas, de modo que as aulas do ano de 2015 iniciaram-se apenas em setembro; do mesmo modo, em 2016 e 2017 houve dúvidas sobre a possibilidade de as crianças assírias frequentarem os colégios públicos da região (ULLOA, 2017).

A Agência Fides reportou, em setembro de 2016, como milícias curdas continuamente intimidavam a população assíria no Curdistão do Oeste, incluindo despejamentos e saques às casas e às igrejas das cidades. O caso mais grave, no entanto, foi a tentativa de assassinato ao Arcebispo Católico de al-Hasakah, Jacques Behnan Hindo, que relata ter sobrevivido com dificuldade a um pretencioso tiroteio em uma área sob domínio das forças da Federação, sendo que a localização mais próxima de um posto jihadista se encontrava a mais de 20km de distância (ULLOA, 2017, p. 12).

Em 6 de setembro de 2018¹⁰, a Orientalidades comentou o ocorrido da seguinte maneira:

Acabamos de receber a notícia que Dom Jacques Behnan Hindo, Arcebispo de Hassaké-Nisibi, na Síria, foi alvo de um atentado. Ele não corre risco e passa bem. A autoridade católica tem se levantado contra o fechamento das escolas cristãs na Federação Democrática do Norte da Síria. É necessária uma ação contundente contra essa escalada do terrorismo curdo.

¹⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/OrienteEspiritual/posts/1154119778087590>

O mesmo portal Fides¹¹ relatou um ano antes que Jacques Behnan Hindo havia tomado para si a responsabilidade de organizar os serviços sociais da cidade em relação à saúde pública, moradia e alimentação, coordenando uma equipe de mais cerca de 130 pessoas, das quais 100 ao menos eram muçulmanas, numa clara demonstração da importância e preocupação da comunidade assíria com a reconstrução da vida social nas cidades durante e após os eventos da Guerra da Síria, prezando pela cooperação inter-religiosa, a exemplo do que ocorreu em Mosul, no Iraque, mais ou menos ao mesmo tempo (HANNA et BARBER, 2017).

A escalada opressiva sobre os assírios não teve trégua, às vésperas das festividades de Ano Novo de 2013, foram deixadas mochilas com explosivos em três restaurantes tradicionais da rede assíria Wusta, no centro de al-Qamishli; os ataques resultaram em 16 mortes, dentre os quais 14 eram assírios. Os porta-vozes do YPG imediatamente atribuíram o ato ao EI, todavia haviam suspeitas grandes em relação a isso, já que o *modus operandi* do terrorismo do EI inclui responsabilização pública em favor do pretense califado (ULLOA, 2017).

Não obstante, ataques semelhantes continuaram a ocorrer. Silvia Ulloa (2017, ps. 13-14) descreve e comenta sobre a forma com que as forças curdas trataram os assírios em seus antigos redutos:

Novos ataques em 2016 atingiram os assírios na região de Qamishli, com perpetradores igualmente ocultos. Granadas atingiram restaurantes e igrejas assírias em 7 de março e em 15 de maio. Ambos os ataques resultaram em ferimentos leves e não pareceram ter um alvo claro, mas foram destinados a ameaçar e afugentar os assírios. Um ataque maior ocorreu em 21 de maio de 2016. Três assírios foram mortos por atentados suicidas nas proximidades de um dos restaurantes que foi o local dos atentados de dezembro. (...) Amuda, uma cidade em Al-Hasakah, é outra cidade da província que costumava ter um presença assíria significativa, mas agora é esmagadoramente curda, com apenas uma família assíria no local nos últimos anos. Esta família assíria tinha restaurantes e cafés de sucesso, mas sobre eles vieram ameaças das autoridades curdas, a

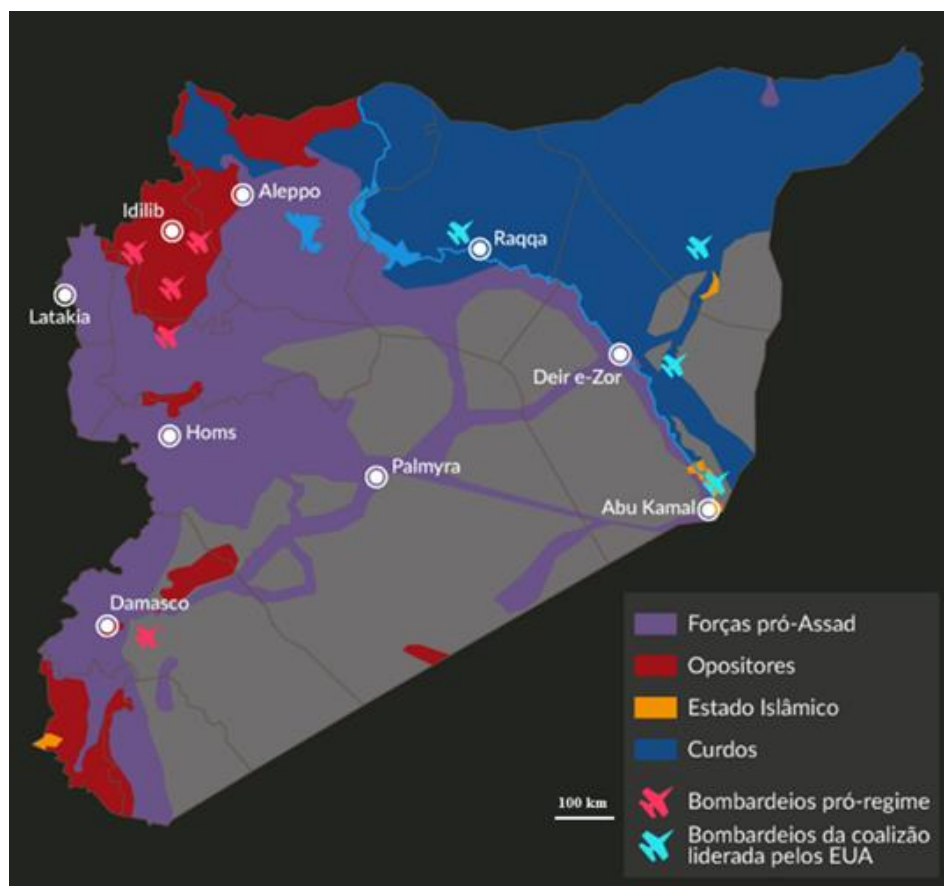
¹¹ Ver:
http://fides.org/pt/news/40398-ASIA_SIRIA_O_Arcebispo_Hindo_se_torna_quase_prefeito_de_Hassake

fim de desistirem de seus negócios, o que o chefe da família se recusou a fazer. Em maio de 2015 um de seus restaurantes foi bombardeado, sem vítimas humanas, mas resultando na destruição completa da estrutura. A família vendeu imediatamente as empresas e se mudou da cidade, com medo de mais violência ou de ameaças. A situação desta família ilustra o padrão claro de intimidação e violência enfrentada pelos assírios que desafiam ambições curdas, não só aqueles que ocupam fileiras em legítima defesa, mas também aqueles que simplesmente existem nessas áreas em que as autoridades curdas têm interesse.

Outros incidentes interessantes para nossa análise são as ações coordenadas do YPG em provocação ao EI. Silvia Ulloa (2017, ps. 12-13) narra que o jornal alemão *Die Zeit* relatou como os aldeões de algumas poucas vilas assírias do rio Khabour buscaram neutralidade no conflito entre os curdos e os jihadistas, de modo que pagaram tributos para que os combatentes do EI não destruíssem o local.

Na cidade de Tel Hermiz, os assírios foram ordenados pelos combatentes do EI a arrancarem as cruzes de sua igreja e não tocarem os sinos; menos de uma semana após isso, soldados do YPG chegaram à cidade e instruíram os cristãos a restituírem a cruz e soarem os sinos, de modo que estariam seguros sob a proteção curda. O que se sucedeu foi a entrada do EI na cidade, seguida da morte de vários líderes da comunidade e o sequestro de ao menos 270 assírios (ULLOA, 2017).

Mapa 5 - Domínios e áreas em disputa na Guerra da Síria, 2017



Fonte: EXAME – Gabriela Ruic/ Institute for the Study of War

A pina Orientalidades veiculou em 6 de junho¹² um comentário referente aos rumos da Guerra da Síria que, segundo os administradores, passaria a ter outro foco e diferentes graus de atuação dos antigos atores que iniciaram o conflito em 2011:

Agora que a Síria conseguiu vencer aos seus inimigos externos, chegou a hora do combate *ad intra*, dentro do jogo de um país pacificado. Aumenta o posicionamento político na região sob o controle curdo em busca de autonomia. Isso se fortalece ainda mais com a defesa de alas conservadoras israelenses em favor da criação do Curdistão no Oriente Médio. Nesse cenário, será fundamental o papel dos cristãos sírios. Aqueles que vivem dentro do território controlado pelos curdos são os mais fortes aliados do governo de Damasco e opositoristas a uma autonomia e/ou separação. Os EUA estarão divididos. Se por um lado inclinados à fragmentação da autoridade de

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/OrienteEspiritual/posts/1063659987133570>

Bashar al-Assad, por um outro lado sabendo que o fortalecimento da causa curda na Síria traria consequências na Turquia, no Irã e especialmente no Iraque. Na foto, a Catedral de São Jorge, em Al-Hasakah, no coração do Curdistão sírio, uma cidade formada por curdos, assírios e armênios que desconstrói o mito da unidade étnica da região.

A Federação Democrática do Norte neste momento é o único ator capaz de se equiparar em poder a Damasco dentro do país, constituindo inegavelmente um poder paralelo que corresponde a um terço de todo o território sírio ao menos (FERRAZ, 2016; COSTA, 2016).

Todavia, para parcela militante da população assíria no país, há ainda incongruências no plano político dos curdos e sua respectiva propaganda. Conforme versa Silvia Ulloa (2017, p. 15):

A retórica e a Constituição inclusivas do PYD e o sucesso de sua milícia contra o Estado Islâmico mereceram elogios e apoio da mídia ocidental e dos seus espectadores. Apesar da insistência do PYD em anunciar que estão abertos a uma população multiétnica e de auto-representação, em comparação às ditaduras regionais e aos grupos muçulmanos radicais, continuam a ser um partido curdo nacionalista e autoritário em seu núcleo. Seu tratamento aos assírios e às outras comunidades não-curdas que apresentam obstáculo a uma região curda unificada é um reflexo deste *ethos*.

Do ponto de vista geopolítico e estratégico, é mais que compreensível a opção atual de Washington por apoiar diretamente os curdos, que possui todas as suas bases na Síria em território da Federação¹³, haja visto que estabelecido o Curdistão do Oeste como poder paralelo a Damasco, continua o governo sírio envolto em conflitos, que abrirão inúmeras possibilidades de intervenção norte-americana, ao passo que, se futuramente os curdos se rebelarem contra a influência estadunidense, poderão os mandatários estadunidenses utilizarem-se retoricamente de dois precedentes – Iraque e a própria Síria, para então os combater.

¹³ Ver: <http://navalbrasil.com/os-eua-estabeleceram-20-bases-militares-no-norte-curdo-da-siria/>

Trump assinalou que a retirada das tropas, que deveria ser feita integralmente em um mês, ocorreria lentamente¹⁴, a exemplo da retirada das tropas do Iraque por Obama; isto ocorreu em resposta – não tão satisfatória, à pressão exercida pelos senadores mais conservadores do Partido Republicano, que creem haver eminente ameaça terrorista no país; apesar do comunicado do presidente estadunidense, Donald Trump, em 5 de agosto de 2018¹⁵ noticiado pela *Orientalidades*, de que:

Os EUA estão retirando com caráter imediato todas as suas tropas do território sírio. Tropas estavam estacionadas na Federação Democrática do Norte da Síria. As forças serão reunidas em Hasakah em preparação para sua transferência para a base de al-Assad no norte do Iraque.

Enquanto isto, povos inteiros sofrem com novos confrontos que não deveriam dizê-los respeito.

A tendência de os assírios assentarem-se em redutos, como as planícies do rio Nínive, o vale do rio Khabour ou o planalto de Úrmia, no Irã, revela a intenção destas pessoas constituírem seus territórios, sejam eles contíguos ou não; mesmo os mecanismos criados pelo povo, no contexto de agressões sectárias, para defenderem sua cultura, sua religião e suas cidades demonstram que há um espaço específico a defender, há algo que existe de íntimo e próprio para estas pessoas, de modo que nos leva a crer que há, mesmo que em estágio embrionário, um território de fato a se defender e a erigir.

Segundo relatam Hanna e Barber (2017), desde 2014, com a crescente campanha do EI, assírios e curdos se uniram para defenderem seus territórios no Iraque:

(...) no início de 2014 os assírios juntaram-se às milícias curdas no Iraque para protegerem-se do *Daesh*, já que o norte todo do país eram alvo dos jihadistas, enquanto os dois povos eram vistos como inimigos religiosos; acoplaram-se a eles brigadas coordenadas pelo governo central de Bagdá. Após a derrota do *Daesh* e a recuperação, por

¹⁴ Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/trump-agora-anuncia-retirada-lenta-da-siria-10385030.html>

¹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/OrienteEspiritual/posts/1125060000993568>

exemplo, da cidade de Mosul, pouco a pouco vão sendo reconstruídas as cidades, enquanto no mesmo ritmo as pessoas restituem suas vidas; a partir disso, mais a seguir veremos qual a atuação situação social e política nesta região, de modo que parecerem surgir pontos de inflexão que sugerem uma cooperação entre estes povos. (HANNA et BARBER apud HOLTZ, 2019, p. 84)

Na Síria o que ocorreu foi, porém, bastante diferente. Desde o início do conflito civil no país, as cidades assírias em torno do rio Khabour e em al-Qamish iniciaram a formação de milícias para protegerem-se do EI e de outros possíveis rivais, caracterizando uma tentativa também de demonstrar a autodeterminação assíria sobre a área (ULLOA, 2017).

Dentre estes grupos, destacam-se dois: a Guarda de Khabour – *Natore d’Khabour*, e as Forças de Proteção de Gozarto¹⁶ – GPF. Com o desenvolver da Guerra da Síria, estas milícias fortaleceram-se ao ponto que, temendo movimentos de independência, as forças curdas do YPG confrontaram diretamente os assírios (ULLOA, 2017).

Esta situação de tensão resultou em vários incidentes violentos, além de uma verdadeira “erupção” entre os curdos e assírios. Um dos casos que mais salta aos olhos é o assassinato de David Jendo, líder da Guarda de Khabour. Em abril de 2015, pela noite ele foi sequestrado da casa de Elias Nasser, correligionário da milícia assíria, por um grupo de soldados do YPG, sob a alegação de irregulares reuniões secretas contra o regime da Federação Democrática (ULLOA, 2017, p. 11).

Nasser, mesmo ferido, sobreviveu e testemunhou o fato, de modo que a culpa invariavelmente foi direcionada a cinco milicianos curdos, os quais foram supostamente presos pelo PYD. O regime federativo insistiu tratar-se de um fato isolado e independente das ordens dadas pelos superiores. Apesar disto, Nasser reconheceu alguns dos soldados curdos, caracterizando-os como “repetidos assediadores da Guarda de Khabour” (ULLOA, 2017, p. 11).

A sobrevivência de Nasser foi preponderante para que o caso não tivesse sido enterrado pelas autoridades curdas, atribuindo o fato ao EI, estratégia comum, segundo os assírios, com o intuito de proteger a reputação da

¹⁶ Nome que os assírios dão à porção norte/nordeste da Síria, a qual os curdos chamam de Rojava.

Federação. Um dos motivos mais aparentes para o assassinato de Jendo, segundo os colegas, foi a recorrente e pública denúncia do soldado assírio aos saques efetuados pelo YPG às propriedades de assírios (ULLOA, 2017).

Após o assassinato de Jendo, carentes de uma autoridade que preenchesse o vácuo simbólico da figura do líder da Guarda, os curdos pressionaram fortemente os assírios a vincularem sua atuação ao YPG, deixando de ser uma organização independente (ULLOA, 2017).

Em pouco mais da metade do ano de 2015, a Guarda de Khabour anunciou a intenção de cessarem sua empreitada, em forma de protesto e rejeição às intenções e pressões curdas, temendo inclusive que membros da Guarda pudessem ser cooptados ou subornados. Nas palavras da Ulloa (2017, p. 11): “a desmobilização da Guarda de Khabour é um sinal das restrições impostas aos assírios que buscam organizarem-se de forma independente”.

Conforme narra Ulloa, em janeiro de 2016, ocorreu um tiroteio no bairro chamado Wusta, predominantemente assírio, em al-Qamishli. Na cidade, membros das Forças de Gozarto estabeleceram postos de controle no bairro e no centro da cidade.

As forças do YPG entraram em confronto com os assírios, encarando a medida da milícia uma afronta à autoridade curda na região. Civis no bairro entraram no tiroteio contra os soldados do YPG, o que representa o forte apoio popular dado aos milicianos assírios. Por fim, após horas de confronto, um soldado das Forças de Gozarto foi ferido, enquanto três soldados do YPG foram mortos, além de mais um ferido (ULLOA, 2017).

Sobre estes fatos comenta a autora: “Organizações assírias na diáspora protestaram após este evento, sendo considerado o ato do YPG uma tentativa de ampliar seus domínios e uma tentativa hostil de impedir a autodeterminação assíria em uma área já predominantemente assíria” (ULLOA, 2017, p. 11).

Os conflitos continuaram, todavia; em abril, nos dias 20 e 22, um carro das Forças de Gozarto foi interceptado a caminho do aeroporto de al-Qamishli, sendo retido o veículo e presos os três combatentes que nele se encontravam; dois dias após o ocorrido, outro miliciano assírio foi preso enquanto se dirigia ao centro de treinamento das forças assírias (ULLOA, 2017).

No dia 26 do mesmo mês, os quatro combatentes assírios foram libertos, evento que foi amplamente divulgado pelos curdos como uma realização em prol

da unidade entre os povos, informação e comentários ratificados por figuras assírias apadrinhadas pelo PYD; caracterizando por isso um movimento claro que busca alçar novas autoridades e grupos assírios sob a chancela da Federação Democrática, em detrimento dos já formados grupos independentes da comunidade assíria (ULLOA, 2017).

A Federação Democrática afilia determinados grupos assírios, formados artificialmente, de modo a os garantir proteção e prestígio na sociedade curda. Essas organizações são apontadas frequentemente como a prova de mútua colaboração entre curdos e demais minorias étnicas, dando a eles autonomia (ULLOA, 2017).

A principal “milícia mista” da Síria é o Conselho Militar Siríaco, um braço armado do Partido da União Síria; este grupo anunciou sua intenção de se juntar ao YPG no fim do ano de 2014, de modo que, em conjunto, estes atores alegam representar os interesses assírios (ULLOA, 2017).

Entretanto, as ações e a própria existência dessa união provam-se controversias ao notar-se que na província de al-Hasakah haviam já milícias assírias independentes estabelecidas e em consonância com a população, conforme comenta Silvia Ulloa (2017, p. 15): “Assírios em al-Hasakah também têm uma história de organização política anterior mesmo à Guerra Civil da Síria. Um dos mais antigos partidos políticos assírios – a Organização Democrática Assíria, possui sua sede em al-Qamishli”.

Estes fatos narrados por assírios – que são maioria das referências utilizadas nesta dissertação - vinculados às suas respectivas organizações em diáspora revelam um viés específico desta parcela da população assíria; contudo, esses eventos também foram tratados por autores de origens diversas.

O principal canal de reportagem dos fatos da vida política e social ocorridos continuamente na Federação Democrática do Norte da Síria é a revista *Rojava Information Center - RIC*.

O Rojava Information Center (RIC) é uma organização de mídia independente baseada no norte e leste da Síria. O RIC é composto por funcionários locais e voluntários de em toda a Europa e América do Norte. Alguns de nós têm experiência em jornalismo e ativismo midiático e viemos aqui para compartilhar nossas habilidades, e outros se juntaram trazendo outras habilidades e experiências para a equipe.

Faltam relatórios claros e objetivos em Rojava, e os jornalistas muitas vezes não conseguem fazer contato com civis comuns e pessoas no chão. Criamos o RIC para preencher essa lacuna, com o objetivo de fornecer a jornalistas, pesquisadores e ao público em geral em formação. Trabalhamos em parceria com instituições civis e políticas, jornalistas e ativistas de mídia em toda a região para conectá-los com as pessoas e informações de que precisam (RIC, 2020, p. 5).

O título da edição de setembro de 2020 é, em tradução nossa: “Depois do Estado Islâmico: Garantindo um futuro para cristãos e outras minorias no norte e leste da Síria”. No documento é descrito que a comunidade cristã, composta principalmente por cristãos siríacos, assírios e armênios, era de 300.000 pessoas antes da eclosão da Guerra Civil Síria em 2011, de acordo com pesquisa publicada pelo Centro de Pesquisa Estratégica Síriaca. Estima-se que esse número tenha caído para 100.000 até 2020 (RIC, 2020)

Os motivos para a diminuição da população, entre a limpeza étnica e a imigração forçada, subsistem na própria atuação do EI e também das Forças Armadas da Turquia (TAF) e seus grupos satélites (RIC, 2020).

Diz a reportagem:

A comunidade cristã enfrenta o perigo imediato que os entrevistados descrevem como limpeza étnica pela TAF e de suas milícias unidas, sob a bandeira do Exército Nacional Sírio, que está na verdade sob controle turco. Na ofensiva mais recente, as milícias controladas pela Turquia – muitas das quais subscrevem uma ideologia jihadista – avançaram para os perímetros de um tradicional coração cristão, o Vale do Khabour (RIC, 2020, p. 2).

É interessante notar que a RIC reconhece a região do Vale do Khabour como uma região tradicionalmente assentada por assírios, porquanto também prospecta a existência duma “pluralidade étnica” com histórico de ocupação comum (RIC, 2020, p. 1). Porém, “a coleta e fornecimento de dados demográficos exatos e confiáveis sobre indivíduos, grupos étnicos e religiosos no Oriente Médio em geral e na Síria em particular tem sempre sido e continua sendo um desafio” (OEHRING, 2019, p. 75).

O documento de setembro de 2020, em sua introdução, corrobora com a os escritos do capítulo anterior da presente dissertação sobre a inserção dos assírios e demais cristãos na Síria durante a segunda metade do século XX, porquanto insta que “(...) as minorias cristãs eram livres para estudar sua língua apenas privadamente, [assim] sua identidade foi mantida viva através da prática religiosa e da transmissão oral da tradição e da cultura (RIC, 2020, p. 10).

De modo sistemático “muitos grupos minoritários foram privados do direito de expressarem publicamente suas identidades ou se envolverem em práticas culturais ou religiosas” (RIC, 2020, p. 10).

Ainda segundo os autores, era comum que assírios se alçassem em cargos públicos do estado Sírio e se filiassem ao Partido Baath, atingindo prestígio e cargos de alto nível no governo central (RIC, 2020).

A partir desse cenário, podemos notar um quadro de divisão histórica de assírios entre aqueles viventes em centros urbanos, constituindo uma pequena elite de trabalhadores qualificados, situados principalmente em Aleppo e Damasco (RIC, 2020); e aqueles assentados em pequenas vilas no Vale do Rio Khabour, constituindo um modo de vida campestre ou semi-urbano (COSTA, 2016).

Em relação à problemática suscitada pelo nacionalismo árabe do Partido Baath referente às manifestações políticas e culturais públicas, o modelo proposto pelo Confederalismo Democrático intenta, primariamente, propor o amplo “direito à expressão linguística e direitos de propriedade” (RIC, 2020, p. 25).

A respeito disso, comenta Berivan Khaled, co-presidente do Conselho Executivo da FDNS:

Quando éramos jovens, vivíamos com bons sentimentos de vizinhança entre os curdos, árabes, sírios e turcomanos. Mas o estado autoritário criou diferenças entre nós, e nos forçou a dar passos para trás. Curdos e árabes encaravam-se uns nos outros com desconfiança. Após a revolução, a unidade desenvolveu-se entre todos os povos da região, viver juntos, lutar juntos, lutar juntos em uma frente e se conectar um ao outro. No sistema da FDNS, qualquer um de nossos departamentos que você procurar, você nunca encontrará um departamento completamente composto por pessoas de uma etnia ou

religião. Cada co-presidente, cada vice-presidente, é de uma origem diferente: tantas origens quantas são as raças em nossa região. Tudo isso além dos partidos políticos que representam os grupos étnicos individuais. Nosso sistema foi construído com base na nação democrática e na unidade que existe aqui não é apenas algo que está escrito em nosso contrato social, forçando todos essas nações a participar da FDNS: ao contrário, essa cultura é a cultura do norte e leste da Síria (RIC, 2020, p. 26)

Acerca das denúncias por parte de Ulloa (2017) sobre a tomada de posse das propriedades móveis e imóveis de assírios por parte das milícias curdas, os autores da RIC discorrem sobre os avanços quanto à legislação pertinente à proteção da propriedade em Rojava. “Em regra, os direitos de propriedade no Norte e a Síria Oriental são “por uso”. A FDNS não realiza desapropriações de propriedade, e qualquer residente tem o direito de manter sua propriedade para uso como antes da guerra” (RIC, 2020, p. 26).

A problemática se estende justamente pela necessidade e abandono das terras pelos assírios em função das ofensivas violentas do EI; deste modo, as propriedades assírias desocupadas teriam sido reordenadas para a Administração Política ou militar da FDNS (ULLOA, 2017), transformando-as em “terra de cultivo cooperativo, por exemplo, ou como posto militar, escritório administrativo ou casa da mulher” (RIC, 2020, p. 26).

A RIC argumenta que isso não se aplicaria, uma vez que tal lei não se aplica a propriedades assírias. “Em reconhecimento às dificuldades e perigos especiais que causaram a fuga de tantos cristãos diante do avanço do EI, a FDNS consagrou proteções especiais” (RIC, 2020, p. 26).

Segundo os autores, a FDNS criou um comitê especial com cristãos do Vale do Khabour, a fim de regular a lei de propriedade por uso e o seu reestabelecimento aos proprietários originais, o que significa que “as terras, casas, propriedades dos cristãos e as igrejas são mantidas em confiança até o momento em que podem retornar à região” (RIC, 2020, p.26).

Em outra seção do documento, os autores também delineiam:

As reclamações sobre o uso de bens cristãos pela FDNS após sua fuga da região foram resolvidas a contento de todas as partes entrevistadas pelo RIC através da introdução da lei especial delineada acima,

consagrando proteções especiais para os lares, propriedades e terra para mantê-los em suspenso até que eles retornem, e estabelecendo um comitê de cristãos locais para supervisionar este processo. Em geral, a relação entre as comunidades cristãs e a FDNS tem caracterizado por uma participação entusiástica em alguns trimestres e distância em outros (RIC, 2020, p. 46)

Em relação à possibilidade de organização política e social dos assírios de modo independente à FDNS, a RIC expõe que tal minoria se divide em dois partidos principais, responsáveis pela sua representação: *Assyrian Democratic Party* – ADP, e *Assyrian Democratic Organization* – ADO (RIC, 2020, p.32).

O ADP foi formado durante o regime baathista, estando historicamente mais próximo de Damasco, apoiando-o amplamente, do que o partido rival – a ADO. Após o estabelecimento de autonomia da FDNS em 2012, a ADP abriu escritórios formais em Til Temir, Heseke e al-Qamishl, com o intuito de organizar e representar os assírios para a garantia de seus direitos religiosos e de expressão cultural frente os curdos (RIC, 2020).

Apesar de possíveis tensões entre os assírios integrantes deste partido a organização curda, as relações do ADP junto à FDNS e ao PYD “melhoraram gradualmente ao longo dos anos”, ao ponto em que o ADP passou a participar do Siryan Democratic Council – SDC, uma ala da FDNS responsável pela integração pluralista das etnias e ramos religiosos nas comunas curdas, e “recentemente manifestou apoio ao seu projeto político de federalismo e autonomia regional” (RIC, 2020, p.33).

Conforme narra o porta-voz do ADP, o sr. Shaxmun Kako, o povo assírio “não quer organizar sua vida em torno de líderes tribais, que é a prática da população árabe circundante” (RIC, 2020, p.34). Esta declaração mostra como o ADP se abriu ao diálogo pelo desenvolvimento do projeto político da FDNS como uma alternativa viável à organização cotidiana e social no Norte da Síria.

Já o ADO é um partido constituído como membro do Conselho Nacional Sírio, um órgão internacionalmente reconhecido pela oposição frontal ao regime baathista, hoje coalizado junto ao Conselho Nacional Curdo – ENKS, um partido minoritário dentro da FDNS (RIC, 2020).

De acordo com o contrato social da FDNS, “todas as minorias religiosas e grupos étnicos têm o direito à auto-representação e às suas próprias forças de

autodefesa”. Existem várias dessas forças, a maioria das quais está unida sob o guarda-chuva da SDF – formada pela união entre o Conselho Militar Siríaco & Sutoru e a Guarda de Khabour & Nattoreh (RIC, 2020, p. 39).

Conforme narra a reportagem:

Estabelecido em 8 de janeiro de 2013, o Conselho Militar Siríaco (comumente conhecido por sua abreviatura siríaco-aramaico MFS, para Mawtbo Fulhoyo Suryoyo) mantém uma relação estreita com o Partido da União Siríaca. Tem participado tanto em operações defensivas no coração sírio em ofensivas contra o EI e al-Nusra no norte e leste da Síria, com forças do MFS participando da operação para resgatar Yazidis do genocídio do EI em Sinjar em 2014. As forças do MFS também estiveram envolvidas em confrontos contra o Exército Árabe Sírio em Heseke. Em 2015, o MFS tornou-se membro fundador da SDF. O comandante de MSF Kino Gabriel é agora o principal porta-voz da SDF. Sutoru é a força policial siríaca no cantão de Jazira, onde trabalha em conjunto com a força policial geral Asayish do cantão, patrulhando a etnia cristã áreas (RIC, 2020, p. 39).

A Guarda de Khabour se erigiu baseada na unidade entre as diferentes etnias nesta região “em resposta ao surgimento de inimigos comuns, particularmente al-Nusra e o Estado Islâmico”, cujo principal escopo é a proteção específica das vilas dentro do Vale do Khabour (RIC, 2020, p. 40).

A partir da reportagem da RIC, a Guarda de Khabour mantém há algum tempo a “coordenação militar com o MFS, (...) estão afiliados ao ADP, juntamente com a Nattoreh, uma força de segurança interna equivalente à Asayish”. Assim, quando em fevereiro de 2017 a Guarda de Khabour se juntou ao SDF, foi “traçada uma linha nos históricos conflitos entre a MSF e o YPG”. (RIC, 2020, p. 40).

A Guarda de Khabour, por ocasião de sua junção ao SDF, passou a estruturar seu aparato militar em consonância com as preconizações da FDNS. Como exemplo, existe a divisão feminina dos guardas do Khabour: Madeleine Khamis, uma mulher comandante do os Guardas do Khabour diz o seguinte:

Infelizmente, nossos números são pequenos porque somos poucos assírios restados no Vale do Khabour, apenas cerca de 650. Além

disso, nossa sociedade não é completamente como a sociedade curda, pois as mulheres assírias são mais conhecidas por serem mães de famílias do que soldados (RIC, 2020, p. 41).

Madeleine Khamis faz referência ao protagonismo alcançado pelo YPJ, as unidades femininas do YPG – o exército curdo da FDNS, cujas ações no âmbito da Guerra Civil da Síria frente Damasco e o EI foram veiculados e discutidos por todo o globo.

A partir dessas referências é possível dizer que, a FDNS intenta criar em seu bojo estruturas hierárquicas equivalentes entre os diversos povos que compõem o norte da Síria, sobretudo quanto à representação político e à estruturação dum cabedal militar. Contudo, a constituição cultural é notavelmente diferente em relação ao papel da mulher na sociedade, às influências político-ideológicas e à magnitude da própria estrutura organizacional dos povos.

Figura 3 - Madeleine Khamis com distintivo assírio bordado à farda



Este cenário provocou durante certo período uma série de “conflitos entre os assírios e os curdos”, nas palavras dos autores da RIC, “que merecem atenção” (RIC, 2020, p. 44).

Como já tratado neste texto, muitos órgãos, instituições e membros assírios “mantém laços políticos e econômicos com o governo de Bashar al-Assad”, o que leva a uma “coexistência neutra, embora desconfortável entre as forças assírias e cristãs ligadas a Damasco presentes em al-Qamishil” (RIC, 2020, p. 44). Dessa forma, nas regiões periféricas da cidade controladas por

Damasco, os partidários da FDNS encontram resistência, num movimento reciprocamente verdadeiro (RIC, 2020).

O Conselho Militar Siríaco desde a eclosão da Guerra Civil trabalhou em “estreita colaboração com o YPG e mais tarde como membro fundador do SDF”; porém, a Guarda de Khabour manteve-se até 2016 contrária à “assimilação” de seus esforços pela posição “guarda-chuvas” do SDF (RIC, 2020, p. 44).

O episódio do assassinato de David Jendo foi sensível para a alteração deste cenário. Os assassinos de Jendo e seus cúmplices foram culpados pelo sistema legal da FDNS e condenados à prisão por 20 anos, auxiliados por uma comissão independente dedicada aos direitos humanos que considerou este um julgamento justo e transparente para os órgãos de observação internacionais (RIC, 2020)

Após o grave fato, houve uma divisão dentro da Guarda de Khabour entre os partidários que optaram por lutar ao lado da MFS e do YPG em frentes contra o EI e as unidades que recusaram tal aproximação, se limitando à proteção das vilas de origem assíria da região (RIC,2020).

Nas palavras dos autores:

Essa fenda acabou sendo curada, no entanto, com a formação de 2019 do Conselho Militar Siríaco-Assírio, momento em que a principal força de segurança da FDNS, os asayish, entregou o controle de uma série de postos de controle às forças da Guarda de Khabour. Gendo agora é comemorado como um mártir pelo MFS, SDF e YPG, em um símbolo de melhoria das relações entre essas forças e os Guardas Khabour. A única milícia cristã não aliada com o SDF é agora o Sootoro, ligado ao governo sírio em al-Qamishl (RIC, 2020, p. 45).

Apartadas do âmbito militar, as principais críticas dirigidas pelas organizações assírias à FDNS referem-se à “imposição do currículo escolar oficial curdo nas escolas privadas do Norte da Síria”, sustentadas com verba pública provinda do Estado Sírio e do Arcebispado regional (RIC, 2020, p. 46).

Em setembro de 2018, a FDNS firmou acordo com o Arcebispado Ortodoxo Siríaco para que “nas duas primeiras séries dessas escolas fosse instituído o currículo siríaco da FDNS”, enquanto entre a terceira e a sexta série,

os alunos “aprenderiam o currículo siríaco aprovado por Damasco” (RIC, 2020, p. 46)

Nas escolas públicas mantidas integralmente pela FDNS, é oferecida formação na “língua materna” para cada turma de alunos, de modo que o árabe, o curdo ou o siríaco são ensinados como segunda língua aos de diferentes origens étnicas (RIC, 2020).

Segundo notícia veiculada, que baliza os seguintes parágrafos, pelo jornal Rûbaw¹⁷ – sediado no Curdistão Iraquiano, em referência cruzada ao texto publicado pelo portal Orientalidades e aqui descrito anteriormente, a manifestação de assírios e demais cristãos contra a adoção do currículo oficial da FDNS provocou tensões internas à organização dos assírios.

A mídia oficial estatal síria destacou que “centenas” foram às ruas para protestar contra a invasão e controle dos asayish sobre várias escolas, impondo um currículo distinto do aprovado pelo Ministério da Educação sírio, o que traria problemas quanto ao reconhecimento dos estudos dos estudantes perante o Estado, informou o Rûbaw.

O portal Rûbaw ainda publicou que:

(...) segundo o *Assyrian Policy Institute*, uma agência de notícias pró-assíria com sede nos Estados Unidos, informou que “milícias” do YPG e Sutoro, uma milícia assíria no Conselho Militar Siríaco aliado ao YPG, entraram em escolas assírias privadas e expulsaram seus administradores e professores. As supostas escolas são administradas pela Diocese da Igreja Ortodoxa Siríaca, de acordo com o instituto (RÛBAW, 2018, n.p.).

Autoridades da FDNS e demais organizações aliadas argumentaram que buscam apenas implementar um currículo e língua siríaca, ao mesmo tempo que

¹⁷ Disponível em: <https://www.rudaw.net/english/middleeast/syria/300820181>. Acesso em 06 de julho de 2022.

acusaram os manifestantes, dentre os quais contavam-se pais, professores, padres e bispos, de serem a “quinta coluna” do regime de Assad.

Em comunicado oficial pelas autoridades curdas é dito, sob argumento que a identidade das minorias étnicas, sua língua e cultura foram absorvidas e assimiladas, por ocasião do currículo nacionalista do Partido Bath, que arabizou a sociedade síria:

Um de nossos objetivos, nós, o Partido da União Siríaca, é estabelecer nossos direitos culturais constitucionalmente e que a língua siríaca se torne uma língua nacional que seja usada em todos os campos, especialmente no ensino de nossos filhos através de sua língua materna. (...) Isso fez com que a personalidade do nosso povo não tivesse criatividade, crescimento, valores e vontade que nossos antepassados tinham”. (...) O aluno tem que aprender sua herança, cultura, história e símbolos através desses currículos e com a língua siríaca. (RÛBAW, 2018, n.p.)

Dos fatos e narrativas neste capítulo, quanto à caracterização da territorialidade assíria, cabem as seguintes considerações. Acerca das visíveis distinções geográficas entre os setores assírios, “é clara a distinção” entre as comunidades urbanas de al-Qamishli e demais grandes centros urbanos onde Damasco manteve o controle em partes da cidade durante a Guerra, de modo aos assírios buscarem a proteção de Damasco (RIC, 2020, p. 46); já por outro lado, as comunidades das vilas do Vale do Khabour que “têm participado com mais entusiasmo no projeto político no Norte” da Síria (RIC, 2020, p. 46).

Assim, é possível classificarmos que as comunidades assírias urbanas, pequeno burguesas e de classe-média, ao reconhecerem a legitimidade do Partido Baath e seus governantes, de certo modo, aceitam uma espécie de arabização moderada.

Já os assírios concentrados em vilas ao redor do Vale do Khabour, num ambiente ruralizado, guardam mais fortemente seus costumes, sua língua e sua identidade, estando organizados de modo independente, mas gradativamente se relacionam e afinam laços com a FDNS, ao passo que o projeto de Rojava intenta preservar tais bases plurais da sociedade síria.

As principais instâncias de representação da territorialidade assíria são três; primeiro, a religião cristã, enquanto um fenômeno cultural que marca a paisagem de seus símbolos e ritos e permeia a sociedade com seus valores e também através da Igreja, um ente organizador da comunidade e da geografia da área do Norte a Síria – controlando escolas e eu currículos, e se fazendo presente em manifestações políticas populares.

As milícias assírias e sua formação, seu histórico e seus expoentes também consignam um raio de ação e expressão da territorialidade das comunidades assírias, uma vez que concreta e materialmente defendem um espaço socialmente organizado pelos assírios, inclusive entrando em rota de colisão com demais atores geopolíticos posicionados no Norte da Síria.

Em terceiro lugar, os partidos e organizações civis apresentadas no texto são vetores de representações dos assírios em diversas câmaras de decisões políticas locais, regionais, nacionais e internacionais – levando ao público suas reivindicações referentes à praxe da vida cotidiana, das leis referentes ao recrutamento miliar, à taxaço, ao currículo escolar, às leis quanto à propriedade privada, dentre outros.

Tais organizações são reconhecidas por árabes, curdos, estados nacionais locais e internacionais, o que leva a considerar objetivamente a existência da territorialidade assíria no norte da Síria – esta que se fragmenta geograficamente e em torno das posiçoões políticas disputadas nas circunstâncias expostas, mas que encontra centro na língua falada, no cristianismo amplamente abraçado e no reconhecimento de seu tradicional assentamento na região do Vale do Rio Khabour.

5. A ESCALA GLOBAL DE AÇÃO DOS ASSÍRIOS

Desde 2011 a Síria se encontra em situação de guerra civil, na qual forças políticas, civis e militares se enfrentam nas cidades e no campo a favor e contra a manutenção do regime de Bashar al-Assad. Entretanto, a complexidade do conflito possui mais que uma dimensão nacional ou civil; na Síria questões étnicas e religiosas são entrelaçadas à guerra. Há, além disso, uma forte questão territorial em disputa, envolvendo diversos interesses e atores locais, regionais e globais visando conquistar espaço e uma posição mais favorável no território sírio.

Esta guerra ratifica o caráter complexo da geopolítica atual no mundo todo, de modo que as heranças da ordem da Guerra Fria se configuram, hoje, além duma bipolaridade entre Leste-Oeste, ganhando um caráter interno aos Estados-Nações, fragmentando-os em disputas étnicas ou faccionárias pelo poder político, devido, “em parte, à emergência de novos atores (não-estatais) que influenciam nas questões nacionais e internacionais” (LUCENA, 2017, p. 53) e, outrossim, à potencialização da ação civil global pelas tecnologias de comunicação.

Isto significa que a Guerra da Síria deve ser compreendida em seus contextos escalares (SMITH, 1992), global, regional, local. Na perspectiva global, há uma disputa entre potências mundiais do Ocidente e do Oriente, como Rússia (diretamente) e China (indiretamente) – pró-regime de Assad, e Estados Unidos e União Europeia – pró-oposição ao regime de Assad (LUCENA, 2017).

Dentre os agentes internacionais, os Estados Unidos são a nação com maior potencial imperialista, porquanto “não podem favorecer a versão "leve" do império ou esperar praticá-lo sem custos”, assumindo “um papel mais sério e mais permanente, para manter-se presente a longo prazo a fim de concretizar grandes objetivos de transformação” (IGNATIEFE, 2003 apud HARVEY, 2004 p. 13), sendo capazes do maior dispêndio de forças militares e econômicas, tendo como fim a manutenção de sua hegemonia geopolítica no Oriente Médio.

A Rússia, apesar de não possuir uma máquina econômica equiparada aos estadunidenses, possui força militar gigantesca e mantém uma participação direta na guerra maior que a dos norte-americanos. Na região existem também países que buscam fazer oposição às ações estadunidenses, sobretudo aqueles

governados por partidos xiitas, caso de Líbano, Irã e da própria Síria (LUCENA, 2017).

Esta posição privilegiada dos Estados Unidos possui também um componente histórico favorável, iniciado a partir da Guerra Irã-Iraque (HARVEY, 2004; PETROSIAN, 2006), e ratificado conforme as palavras do ex-presidente estadunidense George Bush, reunidas por Harvey em sua obra:

Empregaremos toda a nossa posição de força e de influência sem precedentes para construir uma atmosfera de ordem e de abertura internacionais em que o progresso e a liberdade possam florescer em muitas nações. Um mundo pacífico de crescente liberdade atende aos interesses americanos de longo prazo, reflete os ideais americanos imorredouros e une os aliados da América... Buscamos uma paz justa", escreveu ele, no momento mesmo em que se preparava para a guerra, "em que a repressão, o ressentimento e a pobreza sejam substituídos pela esperança da democracia, pelo desenvolvimento, pelos livres mercados e pelo livre comércio", tendo estes últimos "provado sua capacidade de tirar da pobreza sociedades inteiras". Os Estados Unidos, afirmou, "vão promover a moderação, a tolerância e as exigências não-negociáveis da dignidade humana — o Estado de direito, os limites ao poder do Estado e o respeito às mulheres, à propriedade privada, à livre expressão e à igualdade perante a lei". Hoje, concluiu, "a humanidade tem nas mãos a oportunidade de oferecer o triunfo da liberdade sobre todos os seus inimigos seculares. Os Estados Unidos recebem de bom grado sua responsabilidade pela liderança dessa grandiosa missão". (HARVEY, 2004, p. 14)

Holtz e Franca (2021) identificaram esta política do Estados Unidos particularmente em relação aos assírios e curdos no Iraque através do USAID, um fundo financeiro estadunidense para ajuda humanitária global; "o vice-presidente Mike Pence, em outubro de 2017, prometeu que os Estados Unidos ajudariam diretamente os cristãos do Iraque", porquanto o "USAID anunciou mais de US\$ 178 milhões em assistência externa dos Estados Unidos para apoiar cristãos e outras minorias religiosas no Iraque em 16 de outubro daquele ano" (BREITBART, 2018 apud HOLTZ, 2019 p. 72).

Porém, essa potência, continuamente desde a década de 2000, já não garante o mesmo prestígio dentro da região, sobretudo por "uma gradativa

redistribuição do poder econômico global, ao passo que há a continuação da disputa geopolítica” (MORAIS DA SILVA, 2018, p. 16).

Assumindo a hegemonia contemporânea como o “exercício da liderança dentro do imperialismo capitalista” (OSÓRIO, 2008 apud MORAIS DA SILVA, 2018 p. 33), tal posição não garante o estancamento das dinâmicas regionais e globais pela ascensão geopolítica, através de atores que não se alinham ideológica e politicamente aos Estados Unidos (CALLINICOS, 2015).

Em termos específicos, o exercício de hegemonia pelos EUA perpassa metas estratégicas, expressas nas palavras do diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, citado na obra de Moniz Bandeira:

Manter sua hegemonia militar em todas as regiões do globo, por meio da presença de forças terrestres, navais e aéreas (...); manter sua hegemonia sobre o acesso a recursos naturais no território de terceiros países, assim como sua hegemonia e seu controle sobre as vias de acesso a esses recursos, essenciais ao funcionamento da economia americana (...); manter sua hegemonia política através do controle, tanto quanto possível, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, (...) com estreita cooperação com as potências ocidentais (...), reservando-se o direito de agir unilateralmente sempre que os interesses dos Estados Unidos assim o exigirem (...) (MONIZ BANDEIRA, 2013, p. 20-21).

Os Estados Unidos, a fim de garantirem sua hegemonia, primeiro, promoveram a descolonização e o estreitamento de laços políticos via abertura unilateral de mercados periféricos com o capital financeiro estadunidense (ARRIGHI, 2006); e, segundo, a acumulação de capital mediante políticas de Estado materializadas na espoliação tornou-se central para o capitalismo global e para os Estados Unidos, conseqüentemente a hegemonia global norte-americana passa por uma crise, cujo marco, mais pontualmente, recai na retórica “cada vez menos aceita pela comunidade internacional” (MORAIS DA SILVA, 2018, p. 38) do início do século XXI de “combate ao terrorismo, imediatamente seguido pela perspectiva da guerra com o Iraque, que permitiu ao Estado acumular mais poder” (HARVEY, 2004, p. 23-24).

Na mesma esteira, a entrada dos Estados Unidos no território sírio por ocasião da Guerra Civil deve ser apreendida “no contexto geopolítico mundial contemporâneo de disputa de poder entre as grandes potências mundiais no Oriente e no Ocidente” (LUCENA, 2017, p. 54).

Isso significa, no âmbito global, uma posição baseada “nos interesses e valores básicos compartilhados entre Europa e Estados Unidos, tendo a OTAN como braço militar” (LUCENA, 2017, p. 54), apoiando os opositoristas de Bassar al-Assad, e entre Rússia e China, apoiando independente e respectivamente, militar e economicamente seus aliados pró-regime baathista no Oriente Médio, “primeiro por força da aproximação histórica sírio-russa e depois no contexto estratégico de oposição do oriente eurasiático (...) à visão geopolítica ocidental e, principalmente, contra a unipolaridade americana” (LUCENA, 2017, p. 59).

O apoio dado pela Rússia ao regime de Assad, mais que meramente militar, se verifica também no cenário diplomático dos fóruns legais e internacionais, como exemplo, por ocasião de debates no Conselho de Segurança da ONU:

(...) os russos vetaram, com o apoio da China, todas as Tentativas propostas pelos membros permanentes ocidentais (Estados Unidos, França e Inglaterra) de aprovação de resoluções para eventuais “intervenções humanitárias” na Síria e ou de condenação das autoridades sírias por prováveis violações dos direitos humanos no conflito. (LUCENA, 2017, p. 61)

Uma derrota de Bashar al-Assad no conflito seria do ponto de vista material bastante nociva à geopolítica de Moscou, uma vez que a Rússia perderia acesso à Base Naval de Tartus e à Base Aérea de Latakia, na costa mediterrânea da Síria, que permitem operações militares e comerciais dos russos pelo Oriente Médio (LUCENA, 2017); todavia, havendo prevalência dos atores ocidentais e pelos seus afiliados, emergiria outra questão que influenciaria negativamente os assuntos internos, tanto da Rússia quanto da China, e que diz respeito diretamente às minorias étnicas do Oriente Médio, uma vez que:

Se a Síria viesse a se desintegrar semelhantemente ao que ocorreu com a Iugoslávia e a União Soviética, nascendo novas unidades político-territoriais independentes de acordo com os respectivos grupos étnicos (alauítas, drusos, sunitas, etc.), seriam um exemplo para os povos de regiões que almejam uma maior autonomia, tanto na Rússia (República da Tchetchênia), quanto na China (Província de Xinjiang). (TOMÁS, 2014 apud LUCENA, 2017, p. 61)

Dentre os atores constituintes da Guerra da Síria no âmbito do Estado-Nação podemos enumerar: o próprio governo de Damasco; as comunidades civis sunitas mais radicais, como a Irmandade Muçulmana, em oposição a Damasco, e as autoridades sunitas moderadas, que serviram aos propósitos do governo central, coordenando a população através da mídia, de modo a relacionar os opositores de Bashar ao imperialismo ocidental; comunidades étnico-religiosas minoritárias, como os xiitas, alauítas, curdos islâmicos, assírios e demais cristãos árabes, que, cada uma ao seu modo, buscaram sobreviver – literal e culturalmente - a ambas as partes majoritárias da guerra (COSTA, 2016).

Esse quadro corrobora com as palavras de Sebastião Cruz (2011, p. 26), uma vez que superada a bipolaridade da Guerra Fria, os conflitos geopolíticos:

(...) tendem a se manifestar sob novas configurações, fragmentando-se e ganhando frequentemente conotações étnicas e/ou raciais, com corolários sombrios: atrocidades sistemáticas contra populações civis, “limpeza étnica”, genocídios, movimentação interfronteiras de massas humanas para escapar a esse destino (o problema dos refugiados).

A partir dessas resistências estabelecidas, a que mais ganhou relevo foi o projeto político curdo de Rojava, tanto pela magnitude da área sob auspício deste povo, quanto pela novidade referente à administração do território e à visão política expressa no Confederalismo Democrático (FERRAZ, 2016).

Nessa região vivem também os assírios, que expressam também condição uma étnica-cultural, territorialidade e perspectivas de mundo diversas aos curdos de modo que a identidade dos assírios representa uma vontade política (HABASH, 1999) e, portanto, territorial, uma vez que possui força para marcar a paisagem e permear a sociedade de seus traços.

De modo mais particular, essa identidade social dos assírios se dá, em parte, à arquitetura religiosa e ancestral dessa população e, de outra maneira, a aspectos como o idioma, as “Igrejas e suas doutrinas, diretrizes e atuações sociais” definidas pelas associações políticas de assírios, que fundamentam a reivindicação “de uma administração assíria autônoma (na província iraquiana das Planícies do Nínive), ou mesmo um Estado Assírio” no Iraque (HOLTZ, 2019, p. 81-83).

Contudo, enquanto os assírios se assentam em diferentes países, estabelecem diferentes meios de reprodução social, de modo que não é possível falar duma coesão estrita e total dos assírios, havendo na verdade comunidades assírias divididas, primeiro, pelos estados nacionais e, em segundo turno, em suas agremiações civis regionais, com seus respectivos pensamentos político-sociais; assim, há uma série de aspectos que “impedem a total integração dos assírios em uma causa política coesa e que possua força numérica e ideológica, dentre os quais o principal é a fragmentação política e espacial da comunidade (em sua totalidade) em torno das denominações religiosas a que são fiéis” (HABASH, 1999, n.p.).

Em face dessas questões e desafios, Khoshaba P. Jasim, intelectual assírio em diáspora na América, em maio de 2002, por ocasião da 1ª Conferência Assíria Mundial sediada em Moscou, tratou sobre o papel dos assírios organizados ao redor do mundo:

Quanto à posição dos assírios dispersos na diáspora, suas contribuições a este respeito (da causa assíria) vêm através de sua participação como cidadãos ativos nas políticas locais de seus países, mas também como assírios ligados aos seus irmãos indígenas através dos ingredientes nacionais, que são: história comum, língua, etc.; eles são obrigados a fornecer apoio moral e material para promover sua reivindicação em nível internacional: nas Nações Unidas, UNPO - Nações Não Representadas e Organização do Povo, e domesticamente através de seus governos, como fazemos nos Estados Unidos. (JASIM, 2002, n.p.)

George Habash, outro intelectual assírio em diáspora, desta vez no Reino Unido, caminha nessa mesma direção à medida em que constata a dificuldade de expressão e veiculação das necessidades e ideias pelos assírios a nível

nacional, de modo que propõe “a formação de um parlamento assírio em exílio com urgente necessidade¹⁸” (HABASH, 1999, n.p.), haja vista que os assírios, enquanto “povo e nação, não são representados por não possuírem um Estado¹⁹” ou região autônoma que lhe valha (HABASH, 1999, n.p.).

Habash em “*What do the Assyrian People Want?*” esboça quais as prerrogativas dessa pretensa instância política transnacional de assírios:

O órgão eleito e representativo na forma de Parlamento será mandatado pelo povo assírio de acordo com uma estrutura que será definida:

- O Parlamento será a mais alta autoridade e um poder legítimo para falar pela Nação Assíria e agir em todos os níveis, sejam internos, regionais e internacionais.
- A composição do Parlamento será proporcionalmente definida pelos representantes das organizações e partidos assírios.
- O Parlamento representará todo o povo assírio em todo o mundo. Seções serão estabelecidas dentro dos países em que há comunidades assírias para tratar de assuntos regionais.
- O Parlamento será sediado nos EUA, enquanto a principal potência, ou em qualquer país ocidental neutro como a Suíça, por exemplo. (HABASH, 1999, n.p.)

O autor propôs que o parlamento se estabelecesse nos Estados Unidos, país que mais possui assírios em diáspora, de modo a buscar alianças com Estados com posição influente no Oriente Médio (HABASH, 1999; JASIM, 2002)

Porquanto intelectuais assírios se organizavam politicamente e publicavam escritos no início do presente século tratando sobre a necessidade de veículos e instâncias para representação, em diáspora, pelo globo dos assírios no Oriente Médio, um parlamento assírio unificado ou uma frente ampla e uníssona não são ainda realidade.

Entretanto, os assírios em diáspora, dentro de seus países de residência, têm estruturado associações civis a fim de produzir material ideológico sobre as questões políticas de seus compatriotas no Oriente Médio, ao passo em que se

¹⁸ “(...) a call for the formation of a Parliament in exile is urgently needed”. Tradução nossa.

¹⁹ “The Assyrians are people and nation. These people and nation are not represented because they are stateless”. Tradução nossa.

estabelecessem conexões políticas materiais com representantes políticos e atores estatais desses mesmos países centrais, ou produzir reportagens e investigações, apurando fatos ocorridos na Síria, no Iraque, Turquia e outros países do Oriente. Deste modo, mantém-se e veicula-se a identidade cultural dos assírios em diáspora através de eventos culturais.

Por tratar-se da região que mais abriga assírios fora do Oriente Médio, ateremo-nos à análise das ações em diáspora pelas organizações assírias na América e na Europa. Em artigo publicado pela *Assyrian Academic Society*, fundada em 1983 e sediada em Chicago, e veiculado pela *Assyrian International News Agency*, John Michael e Sherem Jasim (1997, n.p.) explicam as conexões dos assírios nos EUA com sua terra natal:

Como um todo, a comunidade assíria apoia financeiramente refugiados assírios na Jordânia, Iraque, Turquia, Grécia, Rússia e Geórgia, bem como em outros países. Organizações de caridade oficialmente registradas, como a *Assyrian Aid Society*, levantaram fundos para alimentos e remédios, bem como para a construção de escolas e reconstrução de aldeias assírias no norte do Iraque. Outras instituições de caridade lançaram uma campanha de arrecadação de fundos para projetos de desenvolvimento de redes de abastecimento de água na Síria. Individualmente, a grande maioria dos assírios com parentes no exterior envia ajuda de acordo com sua capacidade financeira.

Durante as décadas de 1970 e 1980, os EUA receberam um importante número de imigrantes assírios provindos principalmente do Iraque, depois da Síria, do Irã e de outros países do Oriente; os dados disponíveis, apesar de possivelmente obsoletos, por datarem do final dos anos de 1990, apontam para um cenário demográfico no qual “metade dos assírios estava empregada nos EUA”, no mesmo passo em que “a maioria dos assírios residentes nos EUA tem ensino superior”, além duma “crescente parcela” de assírios em busca de “pós-graduação em medicina, direito, ciência da computação, educação e ciências” (MICHAEL et JASIM, 1997, n.p.).

Os autores ainda discorrem sobre um problema enfrentado por parte dos assírios recém-chegados aos EUA quanto a sua integração à sociedade americana:

As estatísticas sobre o desemprego são enganosas, uma vez que muitos assírios qualificados ou altamente educados que fogem de países devastados pela guerra precisam passar anos certificando sua educação ou experiência anterior, enquanto outros são forçados a começar sua educação novamente. Histórias anedóticas familiares incluem professores universitários do Iraque trabalhando como funcionários não-qualificados da linha de montagem enquanto esperam para retificar seus currículos em instituições de ensino superior dos EUA. Além disso, dentro das fileiras dos desempregados, pode-se encontrar um médico treinado em residência aguardando a conclusão de uma série de exames do conselho e inscrições para programas de residência nos Estados Unidos. (MICHAEL et JASIM, 1997, n.p.)

O quadro desenhado por Michael e Jasim (1997, n.p.) aponta que os “assírios na diáspora estão principalmente preocupados em equilibrar a preservação de sua autoconsciência assíria distinta (incluindo linguagem, cultura e religião), com a assimilação na vida americana dominante”, através da observância do direito promulgado aos assírios de voto nos EUA, da estruturação de instituições religiosas e culturais assírias em solo americano, ações possíveis graças “ao zeloso esforço de unir os diferentes ramos teológicos” dos assírios, “enquanto a comunidade garante a unidade religiosa entre todas as igrejas cristãs” (MICHAEL et JASIM, 1997, n.p.).

Cabe dizer que a falta de unidade religiosa dos assírios, encarada por George Habash (1999) como um desafio para a proposição de um projeto político único e abrangente no Oriente Médio, foi, na mesma época, superado e transformado em trunfo pelos assírios em sua organização política em diáspora nos EUA, conforme narram John Michael e Sheren Jasim (1997).

No ano de 2018 foi fundada o *Assyrian Policy Institute* - API, sediado em Washington D.C. – EUA, cujo trabalho consiste em conscientizar o público sobre as questões enfrentadas pelos assírios “em suas terras ancestrais, orientando a política dos EUA em questões relacionadas aos assírios em países como Iraque e Síria e publicando relatórios oficiais que são valiosos para acadêmicos e legisladores” (HANNA, 2018, n.p.).

Factualmente, o presente instituto assírio produziu uma lista de reportagens por intermédio de fontes primárias sobre seus compatriotas no Oriente Médio – utilizadas inclusive com fonte dessa pesquisa, através de seus jornalistas e colaboradores e duma rede própria de financiamento e apoio de assírios em diáspora²⁰, organizados em torno de seus negócios locais e de suas formações acadêmicas.

Um dos trabalhos mais interessantes efetuados pelo *Assyrian Policy Institute*, do ponto de vista da análise político-geográfica do imperialismo e da hegemonia, é o acompanhamento das legislações estadunidenses que dizem respeito à política externa no Oriente Médio, bem como os pareceres publicados pelo diretório da associação, através de seu serviço público de advocacia.

Especificamente e em ordem cronológica, a primeira ação dessa natureza se deu por ocasião do projeto de lei nº 390, enviado introdutoriamente ao 115º Congresso Americano em janeiro de 2017²¹.

O projeto de lei:

(...) direciona as agências governamentais dos EUA a fornecer serviços humanitários, de estabilização e assistência de recuperação para naturais e residentes do Iraque e da Síria, em particular minorias étnicas em risco de perseguição ou crimes de guerra, por meio de entidades religiosas. Isto também orienta as agências a ajudarem a processar os suspeitos de tais crimes (1API, 2018, p. 1).

Chris Smith e Anna Eshoo, os responsáveis pela análise argumentaram contrariamente que o documento “falha em destacar a dimensão étnica do povo assírio e em grande parte reduz sua identidade ao seu caráter religioso”, o que diretamente “promove líderes religiosos como representantes políticos”, uma vez que, generalizados ao título de cristãos, se “exacerba o sectarismo interno entre os (diferentes ramos teológicos) assírios” (1API, 2018, p. 2).

Em continuação, tratando de implicações diretas aos assírios no Iraque, essa “designação contradiz a linguagem da Constituição iraquiana e propõe uma visão sectária desta comunidade baseada exclusivamente na religião, enquanto árabes e curdos são identificados como povos distintos com seus direitos e

²⁰ Ver: <https://www.assyrianpolicy.org/our-team/> <https://www.assyrianpolicy.org/funding>.

²¹ Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/house-bill/390/text>

prerrogativas correspondentes” (1-API, 2018, p. 2). No entanto, o projeto de lei americano está em consonância na linguagem estabelecida pela lei de cotas do congresso iraquiano, conforme narram Hanna e Joseph:

Tal como em diversos países, também o Iraque implementa em seu sistema político mecanismos para a inserção de grupos minoritários, a fim de os engajar. Desta forma, são destinados assentos cativos para representantes destas comunidades. (...) entretanto, a percepção dos participantes destas minorias, inclusive de assírios, é a de que o sistema é falho, haja visto que os eleitos não dispõem de recursos políticos para implementarem agendas específicas para minorias. Outra deficiência deste sistema ocorre com a marginalização dos parlamentares assírios quotistas, sendo menos respeitados e isolados pelos colegas de parlamento. (...) os parlamentares assírios acabam tentados a se aliarem aos partidos majoritários (...). O Parlamento Iraquiano (oficialmente chamado de Conselho de Representantes do Iraque), é composto por 329 assentos, nove dos quais são reservados para comunidades minoritárias. Cinco desses lugares minoritários são reservados para deputados “cristãos”. Enquanto yazidis, curdos, sabeans e shabaks recebem um assento cada (HANNA et JOSEPH, 2018, p. 10-11).

O projeto de lei nº 390 reconhece “os atos de genocídio cometidos pelo ISIS contra comunidades minoritárias no Iraque”, dar relevo a “processar indivíduos suspeitos de cometeram genocídio, crimes contra a humanidade ou crimes de guerra no Iraque e na Síria” e “apelar ao governo dos EUA para identificar, avaliar e responder a questões humanitárias” (1-API, 2018, p. 2).

Conudo, o *Assyrian Policy Institute* se mostrou, em conclusão, contrário à aprovação do texto sem correções, uma vez que “esta resolução simplesmente reafirma as políticas fracassadas que levaram à situação presente e, em última análise, apenas beneficia os atores que têm interesse em manter o status quo em relação à Planície do Nínive” (1-API, 2018, p. 3) – governadoria iraquiana criada em 2014 a fim de respaldar a minoria assíria, concentrada na Província de Mosul, no limiar entre os territórios governados pelo Curdistão do Sul, ao norte, e Bagdá, ao sul (HANNA et BARBER, 2017).

Apesar da posição do instituto o projeto de lei nº390 votada pelo 115º Congresso foi assinada pelo então presidente Donald Trump em dezembro de 2018²².

Em um outro episódio consoante, a postura crítica do *Assyrian Policy Institute* frente novo projeto de lei foi, contudo, diversa da anterior. Em fevereiro de 2018 foi enviado ao 115º Congresso Americano o projeto de lei nº 741, cujo objetivo era:

(...) apelar ao governo dos EUA para apoiar o retorno seguro das pessoas deslocadas para a planície de Nínive, o estabelecimento de uma província autônoma e a rápida reabilitação de áreas devastadas habitadas por minorias étnicas no Iraque. A legislação também destaca a importância de canalizar a ajuda dos EUA diretamente para grupos não sectários trabalhando na região (²API, 2018, p. 1)

Segundo os autores, porém, os pontos negativos do documento residem no fato desse “não reconhecer a retirada coordenada da Planície do Nínive” por parte dos *peshmerga*²³ sob mando do *Kurdish Regional Government* – Governo Regional do Curdistão, “desarmando os habitantes da Planície de Nínive em julho de 2014 e recuando (de suas posições de defesa) em agosto de 2014, antes do ataque do ISIS, sem notificar os moradores locais” (²API, 2018, p. 2).

De modo mais tácito, o projeto “não afirma explicitamente que as forças afiliadas ao *Kurdish Regional Government* devem ser excluídas militarmente do aparato de segurança permanente na Planície de Nínive”, uma vez que a apuração dos fatos ocorridos em 2014 e narrados no parágrafo anterior “impede a responsabilização e promove um clima de impunidade”, ao passo em que “os *peshmerga* desde então reafirmaram suas presenças na segurança de várias cidades na Planície de Nínive, sem o consentimento do local populações, apesar da profunda desconfiança dos assírios (...)” (²API, 2018, p. 2).

²² Ver informações adicionais ao referido parecer do projeto de lei: <https://www.assyrianpolicy.org/bill-tracker>. “On December 11, 2018, H.R.390 was signed into law by U.S. President Donald Trump. On October 11, 2018, H.R.390 was passed in the U.S. Senate. On June 6, 2017, H.R.390 was passed in the U.S. House of Representatives. Acesso em 30 de julho de 2021.

²³ Principal milícia policial curda cuja denominação significa “aqueles que enfrentam a morte”. (FERRAZ, 2016)

Contudo, o *Assyrian Policy Institute* apoiou o projeto de lei nº 741 de fevereiro de 2018, uma vez que:

A resolução avança uma agenda política que serve aos interesses dos assírios, yazidis e outras comunidades minorizadas; a maioria notavelmente, exige o estabelecimento de uma governadoria da Planície de Nínive administrada pelo Governo Iraquiano, que continua a ser a única solução duradoura para esses povos ameaçados. Também promove o secularismo, que é um passo crítico na redução do conflito sectário no Iraque (²API, 2018, p. 3).

Segundo os responsáveis pela análise do caso, os pontos positivos do projeto de lei residem nas expressões do “*status* indígena dos assírios étnicos no Iraque”, rejeitando as diferenças religiosas; “ênfatisa a importância da repatriação para a sobrevivência e longevidade de comunidades ameaçadas de extinção, como os assírios,” apelando à colaboração entre os EUA e o Iraque; ademais, o documento “reconhece o significado (histórico) das planícies do Nínive para a comunidade cristã assíria no Iraque”, porquanto ratifica a “importância das Unidades de Proteção da Planície de Nínive²⁴ como as únicas forças militares factualmente assírias e cristãs” (²API, 2018, p. 2).

Contudo, em 16 de fevereiro de 2018, o projeto de lei nº 741 direcionado ao 115º Congresso foi encaminhado ao Comitê de Relações Exteriores da Câmara; não obtendo demais prosseguimentos²⁵.

A título de exemplo, durante o biênio parlamentar americano de 2019-2020, o *Assyrian Policy Institute* publicou ainda dois pareceres em função de novos projetos de lei nos EUA.

A primeira publicação foi contrária ao projeto de lei nº 390, cujo intuito era expressar “o apoio da Câmara dos Representantes à repatriação de minorias religiosas e étnicas no Iraque para suas terras ancestrais”, por intermédio dos “Estados Unidos e seus parceiros internacionais para priorizar políticas e coordenar esforços para o retorno seguro dos povos indígenas deslocados de a

²⁴ Milícia assíria leal ao governo iraquiano. Ver mapa: (HANNA et BARBER, 2017, p. 3-4 apud HOLTZ, 2019, p. 2019)

²⁵ Ver informações adicionais ao referido projeto de lei: <https://www.assyrianpolicy.org/bill-tracker>. “On February 16, 2018, H.Res.741 was referred to the House Committee on Foreign Affairs; it subsequently died in committee.”. Acesso em 30 de julho de 2021.

planície de Nínive e Sinjar para sua terra natal ancestral” (¹API, 2019, p.1). A decisão institucional foi tomada em face da leitura de que se permitiria ao *Kurdish Regional Government* “explorar a instabilidade às custas dos assírios e yazidis (...) (através da) recriação das condições pré-2014 na Planície do Nínive” (¹API, 2019, p. 3).

Já o segundo documento foi favorável ao projeto de nº 537, cujo texto “apela ao governo dos EUA para que reconheça formalmente o genocídio assírio (1914-1923), durante o qual mais de 300.000 assírios foram sistematicamente mortos pelo Império Otomano e, posteriormente, pela República da Turquia” (²API, 2019, p. 1).

O *Assyrian Policy Institute* publica a cada dois anos relatórios de seus serviços de advocacia/ militância junto aos membros do governo americano e também do congresso, as bases das ações são descritas pelas seguintes palavras:

O *Assyrian Policy Institute* – API está ativamente engajando funcionários e representantes do governo dos EUA para promover políticas que se alinham com nossa agenda de pesquisa. Os esforços de pesquisa, educação e capacitação da API resultam em oportunidades para ajudar também os formuladores de políticas a entenderem melhor as condições políticas enfrentadas pelos assírios no Oriente Médio e a chance de elaborarem soluções políticas publicadas nos relatórios da API. ²⁶

Na Europa, a organização assíria que contorna maior relevo é a *Assyrian Confederate of Europe* – ACE, criada em abril de 2016 como uma instância “guarda-chuvas” para as associações assírias nacionais dentro dos países europeus, evento anunciado formalmente no Parlamento Europeu em Bruxelas na Bélgica. Os principais objetivos da confederação são “promover a identidade e cultura assírias na Europa, representar os assírios da Europa na política e na mídia e apoiar os esforços na Assíria pela democracia e pela igualdade de direitos” (ACE, s.a., n.p.).

²⁶ Disponível em: <https://www.assyrianpolicy.org/advocacy>. Acesso em 30 de julho de 2021

As duas principais e diretas ações da ACE são, primeiro, a manutenção dum canal²⁷ de informações jornalísticas e editoriais opinativos sobre diversos assuntos que envolvem o reconhecimento de assírios ou a ação de estados no Oriente Médio; e, segundo, a produção de reportagens²⁸ por intermédio de fontes diretas sobre os assírios no Oriente Médio, como exemplo, os materiais: “*Erasing Assyrians*”, que reúne “informações sobre atrocidades sistemáticas cometidas contra assírios que viviam em áreas controladas pelo KRG” – no Iraque; “*Assyrians Under Kurdish Rule*”, cujo cerne é tratar “sobre atrocidades sistemáticas cometidas contra os assírios da Síria”; e “*Human Rights Report 2018 - Struggling to Breathe: the Systematic Repression of Assyrians*”, produzido anualmente a fim de documentar “evidências de abusos de direitos humanos cometidos contra assírios em todo o Oriente Médio no ano de 2018”.

Os elementos supracitados que caracterizam um aspecto importante da política externa dos EUA – enquanto o país com maior potencial imperialista (Harvey, 2005), são fundamentais para compreendermos os meandros das interações, influências e determinações hegemônicas e ocidentais na geopolítica do Oriente Médio, tendo em mente que:

Todo poder é produto de uma determinada dinâmica social interna e imanente, é uma relação que se estabelece entre forças. Portanto, o poder, e aquilo com o que ele se confronta, o que está fora dele e não obstante em relação a ele, devem ser apreendidos de forma relacional. Em suma, a política trata de uma relação entre forças que querem dominar e forças que resistem (ANDREOTTI, 2005, p. 370).

Dessa forma, adequando as ideias de Hardt e Negri (2001) aos fatos da realidade, as forças que querem dominar se mostram como uma forma de “soberania” (HARDT et NEGRI, 2001 apud ANDREOTTI, 2005, p. 369) uma vez que são utilizados primeiro e diretamente, mas não apenas, as instâncias políticas, burocráticas e legais para exercer o potencial de organização “sintagmática” do território (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41-143), papel exercido

²⁷ Disponível em: <https://www.assyrianconfederation.eu/press-releases>. Acesso em 30 de julho de 2021.

²⁸ Disponível em: <https://www.assyrianconfederation.eu/ace-reports>. Acesso em 30 de julho de 2021.

dentro da globalização e do capitalismo pelos EUA, conforme explorado no início desse capítulo a partir de autores como David Harvey, enquanto os assírios, em particular na nossa pesquisa, encarados como uma singularidade da multidão, buscam resistir à ação vertical, molar e molecular do Império.

Entretanto, a soberania pós-moderna se diferencia da moderna na medida em que o polo de poder político-econômico-cultural se deslocou da Europa para a América do Norte; a noção europeia/moderna de transcendência do poder em instituições superestruturais e abstratas, como o Estado/Rei e o aparato jurídico-legal/Igreja – acaba por definir um “modelo estriado e dialético” (ANDREOTTI, 2005, p. 370) de política.

Por outro turno, a noção americana/pós-moderna que legitima o poder do Império recai sobre a sua respectiva imanência, de modo que o poder está inteiramente dentro da sociedade civil e nela distribuído, “a política não se opõe à sociedade, mas a integra e completa” (ANDREOTTI, 2005, p. 370), inclinando o Império a se expandir, uma vez que os conflitos de ordem política e social são administrados em função de seus próprios componentes – em continua reprodução, e não numa instância superior.

Desse modo, “essa nova soberania não anexa ou destrói os poderes que encontra, como o imperialismo, mas volta-se para tais poderes, incluindo-os em sua rede” (ANDREOTTI, 2005, p. 370), de modo que nenhuma singularidade ou subjetividade lhe escapa, num processo de “descentralização e desterritorialização” (ANDREOTTI, 2005, p. 371) que, primeiro, os incorpora por meio da inclusão geral dos entes da multidão, segundo, os diferencia estratégica e organizadamente dentro do Império e, terceiro, os hierarquiza (NEGRI et HARDT, 2001, p. 230).

Tal processo é identificado na escala de ação global dos assírios em diáspora, a partir da composição, apreciação e legitimação das políticas públicas imperialistas dos EUA na própria terra ancestral dessa minoria étnica.

É possível sintetizar, portanto, relacionando a teoria à praxe, que o “Império é caracterizado pela fluidez de forma, um ir e vir de formação e deformação, geração e degeneração. É assim que a soberania imperial funciona, esta é sua própria essência. A multidão forma e gera, o Império deforma e degenera” (NEGRI et HARDT, 2001, p. 220-222 apud ANDREOTTI, 2005, p. 371).

6. Considerações finais

A narrativa que ora apresentamos buscou apresentar as expressões da territorialidade assíria no Norte da Síria, através do assentamento histórico dessa comunidade no país e em sua relação com o Estado e, mais recentemente, com a organização política curda, bem como mostrando as intersecções que existem entre os assírios em diáspora e seus semelhantes no Oriente Médio.

Ao trabalharmos sobre essas questões através do prisma metodológico proposto, é possível apontar para diversas formas de trabalhar a questão principal do trabalho.

A territorialidade dos assírios elaborada a partir da primeira escala de análise puramente geográfica permite que possamos diferenciar concretamente as comunidades dessa minoria e, por decorrência, distinguir as suas atuações políticas e sociais.

Os assírios no Iraque residentes na Governadoria das Planícies do Nínive, ao passo em que preservam traços de sua cultura ancestral (língua, trajes, costumes, aderência religiosa) e desenvolvem um modo de vida campesino, se diferenciam de seus compatriotas que migraram para a região centro-sul do país, na capital Bagdá – local onde constituíram uma comunidade urbana, pequeno burguesa e intelectualizada, que gradativa e parcialmente foi absorvida pela cultura árabe.

O pensamento político dominante entre toda a comunidade dos assírios bebe de tendências nacionalistas e provém dos setores viventes no norte do Iraque – Planície do Nínive, reivindicando como pano de fundo um Estado-Nação Assírio e, num plano próximo, ao menos uma região autônoma.

Situação diversa ocorre com a comunidade assíria do Vale do Rio Khabour, na Síria. Conforme narra esse texto, os assírios dessa região tendem ao reconhecimento do Governo Central de Damasco e de seu aparato estatal, porquanto tenham sido parte do mesmo processo de absorção cultural árabe pelo regime baathista sírio, que foi descrito no caso iraquiano – isto é, dispersos pela capital e demais cidades grandes e localizados em redutos de pequenas vilas numa região de milenar ocupação.

A escala enquanto nível geográfico permite, pois, a partir dos exemplos mostrados, diferenciar as comunidades urbanas e rurais, centrais e periféricas de assírios, bem como as distinções político-partidárias que ocorrem entre os assírios em um país e em outro.

O segundo nível de análise escalar como a hierarquização do espaço geográfico possibilita-nos compreender a sobreposição do território em nosso caso concreto. O partido baath detém o poder e o controle do território nacional da Síria, distribuído em províncias político-administrativas junto de seus próprios delegados que, por suas vezes, são governadas municipalmente por suas próprias autoridades – havendo aí um certo grau de autonomia e diferenciação, contudo num corpo coeso do Estado nacional.

Por outro lado, a Federação Democrática do Norte, construída pelos curdos, está inserida no domínio do Estado Sírio e contrapõe o Governo Central em valores, em pensamento e projetos políticos, em gestão do território. Ao mesmo tempo, as vilas assírias estão sobrepostas por estas duas instâncias político-administrativas.

Essa sobreposição territorial pode ser mais harmoniosa, no caso das esferas burocráticas de um Estado, ou conflituosa ao passo em que atores de diferentes estratificações sociais e origens culturais, religiosas e linguísticas sobrepõem-se no espaço e se confrontam por sua gestão e autodeterminação, conforme os eventos narrados nessa dissertação.

Compreender a escala como uma rede demanda interligar os atores em seus diferentes níveis, meio que possibilitou estudar as conexões entre os trabalhos dos assírios organizados civil e politicamente na diáspora – a partir dos estados hegemônicos, e suas reverberações à comunidade assíria na Síria.

Todavia, o trabalho dos assírios em diáspora sofre também influência da cena política interna e doméstica de nações como os Estados Unidos, país de grande potencial imperialista sobre todo o Oriente Médio. A partir dessa situação, são aplicados os conceitos de império – representado pelas forças de dominação em larga escala, e a multidão – representada pelas forças de resistência ao império.

Assim, as forças dominantes da geopolítica mundial ratificam seu poder, controle e influência através da via direta do imperialismo, do militarismo e da diplomacia, bem como pela via indireta da absorção cultural dos pontos de

resistência a esse sistema e da influência e conformação de suas produções políticas.

Por fim, a escala relacional – expressa pelo nível das relações humanas e sociais, em nosso trabalho se dá pelo enfoque no povo assírio, minoria étnica e religiosa, no estudo de eventos de magnanimidade histórica e política globais da contemporaneidade. Deste modo, evidenciamos as opiniões das pessoas que balizaram as fontes desse texto, num movimento de influência e arregimentação do debate público sobre a geopolítica atual.

Assim, mostramos como os atores não-hegemônicos são capazes de dividir o protagonismo com o Estado e demais instâncias sociais tradicionalmente verificadas.

Concluimos também que a população assíria se expressa territorialmente o norte da Síria, no contexto da Guerra Civil, através de sua língua falada – o aramaico; pela religião cristã minoritária na Síria; por sua organização social que mescla o campesinato em vilas e redutos e a atividade comercial em bairros de assírios em centros urbano; pelo apontamento de lideranças comunitárias responsáveis pela defesa dos interesses dos assírios dentro da Síria; pela organização de milícias de assírios para defenderem suas vilas e propriedades, que podemos chamar propriamente seus territórios; pela reivindicação de poderem constituir seus currículos e uma educação escolar tipicamente assírias.

Em complemento, tais expressões se refletem na paisagem humana – urbana e rural da Síria e demarcam claramente um raio de influência e autodeterminação dessa comunidade em seu espaço, de modo que ali os assírios constroem seus territórios.

As contradições e conflitos ocorridos entre assírios, curdos e o Estado são parte integrante da sociedade e história síria e dos próprios povos envolvidos. Esperamos, portanto, que este trabalho contribua para ampliar os saberes sobre os aspectos da história e da cultura dos assírios, da Síria e dos demais atores aqui citados, normalmente negligenciados.

Buscamos reunir um material bibliográfico diverso daquilo que é comumente transmitido pelos meios de comunicação tradicionais e pelos veículos ocidentais de informação pela internet, aliando estes dados às teorias desenvolvidas por autores clássicos da Geografia e da Filosofia. Assim,

apuramos a composição dum narrativa diversa e que valoriza atores antes esquecidos, por intermédio dum texto informativo e capaz de contribuir para o desenvolvimento do debate, merecido pela complexidade deste tema.

Glossário

Assírio: Etnia relativa à Assíria, antigo império do Oriente Médio.

Cristão: Adepto do Cristianismo, confissão religiosa ampla e geral, dentro da qual existem diversas denominações independentes.

Árabe: Etnia relativa à Península Arábica, região geográfica do Oriente Médio.

Curdo: Etnia relativa ao resultado da miscigenação dos povos medos e hurritas da Antiguidade.

Sírio: Qualidade referente àquilo que é próprio, pertence ou ocorre no país Síria.

Muçulmano: Adepto do Islã, confissão religiosa ampla e geral, dentro da qual existem duas vertentes principais distintas.

Sunita: Adepto do sunismo, vertente muçulmana majoritária que acredita que o califa (chefe de Estado e sucessor de Maomé) deve ser eleito pelos próprios muçulmanos

Xiita: Adepto do xiismo, vertente muçulmana minoritária que acredita que o profeta e sucessor legítimo da religião deve ser Ali (601-661), genro de Maomé, e seus descendentes.

Alauíta: Adepto da ramificação xiita heterodoxa-esotérica de mesmo nome, cujo cerne doutrinário é a deificação de Ali, genro de Maomé.

Wahabita: Adepto do wahabismo, ramificação sunita heterodoxa, cujo cerne doutrinário é a purificação da sociedade laical pelos preceitos fundamentais do Islã.

Sharia: Sistema jurídico do Islã. É um conjunto de normas derivado de orientações do Corão, falas e condutas do profeta Maomé e jurisprudência das

fatwas - pronunciamentos legais de estudiosos do Islã. Em uma tradução literal, Sharia significa "o caminho claro para a água".

Jihad: termo árabe que significa "luta", "esforço" ou empenho, considerado um dos pilares da fé islâmica, que são deveres religiosos destinados a desenvolver o espírito da submissão a Deus. O termo jihad é utilizado para descrever o dever dos muçulmanos de disseminar a fé muçulmana. Existem grupos extremistas que usam métodos violentos para transmitirem as suas ideias, sob a égide da jihad.

Etnia: Coletividade de indivíduos que se diferencia por sua especificidade sociocultural, refletida principalmente na língua, religião e maneira de agir; grupo étnico.

Referências bibliográficas

ABOONA, Hirmis. Assyrians, Kurds, Ottomans. Ed.I. Nova Iorque. Editora: Cambra Press. 2008.

ANDREOTTI, Bruno. A desmaterialização do Imperialismo: o conceito de Império de Antonio Negri. Proj. História, São Paulo, (30), p. 369-375, jun. 2005.

ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin; Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP 2006.

Assyrian Confederate of Europe - ACE. Connecting half a million Assyrians. Disponível em: <https://www.assyrianconfederation.eu/about>. Acesso em 30 de julho de 2021.

¹Assyrian Policy Institute – API. H.R.390 Sponsors: Reps. Chris Smith & Anna Eshoo. 2018. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/6ae567_957e6858375748228243c5d6a6934a59.pdf. Acesso em 30 de julho de 2021.

² Assyrian Policy Institute – API. H.Res.741 Sponsors: Reps. Jef Denham, Juan Vargas, Randy Weber, & Randy Hultgren. 2018. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/6ae567_79ac0093644c4430975973c738bd6361.pdf. Acesso em 30 de julho de 2021.

¹ Assyrian Policy Institute – API. H.Res.259 Sponsors: Reps. Jef Fortenberry & Anna Eshoo. 2019. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/6ae567_58894d8130ab483a830383fec9312018.pdf. Acesso em 30 de julho de 2021.

² Assyrian Policy Institute – API. H.Res.537 Sponsors: Rep. Josh Harder. 2019. Disponível em:

https://docs.wixstatic.com/ugd/6ae567_3320d9c506b94573a3dacba782b6a3ef.pdf. Acesso em 30 de julho de 2021.

BALANCHE, Fabrice. 2016. Rojava's sustainability and the PKK's regional strategy. The Washington Institute, 24 ago. 2016. Disponível em: Disponível em: <https://bit.ly/2hR4rLk>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BENENSON, Peter House. 'We had nowhere else to go': Forced displacement and demolitions in northern Syria. Amnesty Internacional, Secretariat of United Kingdom. Londres. Outubro de 2015. Disponível em: Acesso em 15 de março de 2019.

BETBASOO, Peter. A Brief History of Assyria. AINA NEWS – Assyrian International News Agency. 2015. Disponível em Acesso em: 28 de fevereiro de 2018.

BRUBAKER, Rogers. Nacionalismo "cívico" e "étnico". Soc. e Cult., Goiânia, v. 20, n. 1, p. 295-312, jan./jun. 2017.

BRYCE, James; TOYNBEE, Arnold. "In The Treatment of Armenians in the Ottoman Empire, 1915–1916. Taderon Press, 2000.

CALLINICOS, A. As Múltiplas Crises do Imperialismo. Marx e o Marxismo. v.3, n.4, jan./jun. 2015, p. 16-36. 2015.

CARNIEL, Fagner; MATHIAS, Meire et LACRUZ, Adonai. Estudos decoloniais na produção acadêmica brasileira. In: Actas del XXXII Congresso Internacional ... Anais., Lima, Peru, ALAS, 2019.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 115-140.

CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 27, nº 80, outubro/2012, p. 09-20. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a01.pdf>>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

COSTA, R. P. Uma história da Síria do século XXI para além do sectarismo religioso. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. Evolução geopolítica: cenários e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, maio de 2011.

DIARBAKERLI, Jamil Elias. The Good Shepherd: A Report on Brutality against Christian Clerics in Syria. Assyrian Monitor for Human Rights. Abril de 2018. Disponível em: Acesso em: 11 de março de 2019.

Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

FARHAT, José. REFLEXÕES SOBRE O MUNDO ÁRABE CONTEMPORÂNEO: UMA BREVE HISTÓRIA DA SÍRIA E LÍBANO. Curso: Reflexões sobre o Mundo Árabe Contemporâneo. Curitiba. Março de 2009. Acesso em: Acesso em: 11 de março de 2019.

FERRAZ, Paulo. A Revolução Ignorada: feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio/ Traduzido por Paulo Ferras – São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

FISK, R. a grande guerra pela civilização: a conquista do oriente médio. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GAUTHIER, Julie. The 2004 Events in al-Qamishli: Has the Kurdish question erupted in Syria? In: LAWSON, Fred. (org.) Demistifying Syria: Beirut: Saqi-London Middle East Institute, 2009, cap. 6.

HABASH, George. What do the Assyrian People want?. AINA NEWS – Assyrian International News Agency, 1999. Disponível em: <<http://www.aina.org/articles/habash.htm>> Acesso em 17 de março de 2019.

HADDAD, Bassam. Enduring Legacies: The politics of private sector development in Syria. In: LAWSON, Fred. (org.) Demistifying Syria. Beirut: Saqi-London Middle East Institute, 2009. Cap. 2.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª ed. 2011.

HANNA, Reine. "We are pleased to announce the formation of the Assyrian Policy Institute in Washington, D.C." May 14, 2018. Disponível em: <https://www.assyrianpolicy.org/post/a-message-from-our-director>. Acesso em 30 de julho de 2021.

HANNA, Rene et BARBER, Matthew. Erasing Assyrians: How the KRG Abuses Human Rights, Undermines Democracy, and Conquers Minority Homelands. Assyrian Confederate of Europe, 25 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.aina.org/reports/erasingassyrians.pdf>>. Acesso em: 26 de fevereiro de 2019.

HANNA, Rene et JOSEPH, Max J. Iraq's stolen election: who assyrian representation became assyrian repression. Assyrian Policy Institute. 27 de novembro de 2018. Disponível em: <<http://www.aina.org/reports/ise.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

HARVEY, David, O Novo Imperialismo. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. Os limites do capital [recurso eletrônico] / David Harvey; tradução Magda Lopes. - [1.ed.] – São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. The “New” Imperialism: Accumulation by Despossession. Socialist Register 2004: The New Imperial Challenge. Vol 40. Março de 2009.

HARVEY, David. Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

HOLTZ, Mateus Felipe. O Povo Assírio: Conflitos Territoriais Contemporâneos no Oriente Médio. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019. Disponível em: . Acesso em 24 de abril de 2019.

HOLTZ, Mateus Felipe; FRANCA, Gilberto Cunha. O povo assírio no Iraque: conflitos territoriais contemporâneos. Revista Geopolítica Transfronteiriça, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 28- 50, fev. 2021. ISSN 2527-2349. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2021.

HORTA, Célio Augusto da Cunha. Escala espacial e Geografia: pela transposição da região. Geografias – UFMG. Belo Horizonte, 01 de Julho - 31 de Dezembro de 2013. Vol. 9, nº 2, 2013.

JASIM, Khoshaba P. The Fate of the Assyrians: Perspectives of Development. AINA NEWS –Assyrian International News Agency. 2002. Disponível em: < <http://www.aina.org/articles/fota.htm>> Acesso em 17 de março de 2019

KLISZUS, Irene. KLISZUS, Edward. The Assyrian Diaspora. Ed.I Nova Iorque. Columbia University, 1999.

LACOSTE, Yves. A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. Sabotagem Contra-Cultura. 3ª ed. 1988. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/3-Geografia \(YvesLacoste\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/3-Geografia (YvesLacoste).pdf); Acesso em 21 de setembro de 2021

LOUGHRY, Maryanne; DUNCAN, Julianne. "Iraqi refugees in Syria: A report of the ICMC-USCCB Mission to assess the protection needs of Iraqi refugees in Syria." International Catholic Migration Commission/United States Conference of Catholic Bishops, April. 2008.

LUCENA, Gleydson Gonzaga de. A geopolítica da guerra civil síria e suas implicações para o Brasil. 146p. (GEA/IH/UnB, Mestre, Geografia - Produção do Espaço Urbano e Regional, subárea: Geopolítica do Brasil e do mundo). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. Tabula Rasa, Bogotá – Colômbia, n. 9, p. 61-72, jun./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

MALEK, Yusuf. The British Betrayal of the Assyrians. Ed. I. Warren Point. Editora: Kimball Press, 1935. Disponível em <<http://www.aina.org/books/bbota.htm>>. Acesso em: 30 de novembro de 2018.

MICHAEL, John; JASIM, Sheren. The Assyrians of Chicago. 1997. Disponível em: <http://www.aina.org/articles/chicago.htm>. Acesso em 30 de julho de 2021.

MIGNOLO, Walter; PINTO, Júlio Roberto de Souza. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas, Porto

Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/20580/13966>>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MORAIS DA SILVA, Ana Karolina. Hegemonia, imperialismo e a Guerra na Síria: elementos para a análise do sistema internacional contemporâneo. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais), Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4311/TCC-MORAIS-DASILVA-A.-K.-2018-Hegemonia-Imperialismo-e-a-Guerra-na-S%C3%ADria_-Elementos-para-a-an%C3%A1lise-do-Sistema-InternacionalContempor%C3%A2neo..pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 17 de setembro de 2021.

NASSER, Reginaldo Mattar; ROBERTO, Willian Moraes. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, núm. 106, pp. 219-246, 2019. CEDEC.

NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, A. e HARDT, M. Império. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro, Record, 2001.

ÖCALAN, Abdullah. Confederalismo democrático; tradução Coletivo Libertário de Apoio a Rojava — Rio de Janeiro: Rizoma, 2016.

OEHRING, Otmar. The Situation and Prospects of Christians in North and North-East Syria. Konrad-Adenauer-Stiftung e.V. 2019, Berlin. Disponível em: <file:///C:/Users/LICITACAO1/Downloads/The%20Situation%20and%20Prospect>

s%20of%20Christians%20in%20North%20and%20North-East%20Syria%20(1).pdf.

PERTHES, Volker. Syria Under Bashar al-Asad: Modernisation and the Limits of Change. International Institute for Strategic Studies, 2004.

PETROSIAN, Vahram. ASSYRIANS IN IRAQ. Caucasian Center for Iranian Studies, Yerevan. Brill, Leiden, 2006 PHARES, Walid, “Are Christian Enclaves the Solution?” Middle East Quarterly 8 (2001), <http://www.meforum.org/article/18>.

PIERRET, Thomas; SELVIK, Kjetil. Limits of “authoritarian upgrading” in Syria; private welfare, Islamic charities, and the rise of the Zayd movement. International Journal of Middle East Studies, n. 41, p. 595-614, 2009. Disponível em: Acesso em: 12 de março de 2019.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RICCI, C. PRIMAVERA ÁRABE NA SÍRIA:. GAE-OMAM-Grupo de Análise Estratégica—Oriente Médio e África Muçulmana, v. 1, n. 1, 12 nov. 2016. SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Rojava Information Center - RIC. After ISIS: Ensuring a future for Christians and other minorities in North and East Syria. September, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/LICITACAO1/Downloads/rojava-information-center-ensuring-a-future-for-ethnic-religious-minorities-final-sept-2020-medium.pdf>.

SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAID, Edward W.. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990

SANTIAGO, Juliana Ramos. Introdução à Região de Barreiras: Uma Abordagem Espaço-Temporal. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em: Acesso em 20 de setembro de 2021.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Paulo Robério Ferreira. TEORIA DECOLONIAL: HORIZONTES EPISTEMOLÓGICOS A PARTIR DA PERIFERIA GLOBAL PÓS-OCIDENTAL. VII Congresso em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros, 2020. Disponível em: https://congressods.com.br/wp-content/uploads/2021/03/Resumo_Minicurso-Teorias-decoloniais.pdf. Acesso em: 06 de julho de 2022.

SMITH, Anthony. The Ethnic Origins of Nations. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

SMITH, Anthony. Theories of Nationalism. 2. ed. London: Duckworth, 1983 [1971].

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. Revista Terra Livre. São Paulo. Ano 18, n.19, p. 127 – 146, jul/dez. 2002.

SOJA, E. W. The Political Organization of Space. Washington, D.C: AAG Commission on College Geography, 1971.

SOUZA, Carlos Eduardo Cardoso; PEIXOTO, Diego Madureira, CORREA, Flávio Barros; CISCOTTO, Renato Moreira, SANTOS, Walter Augusto Manhães. A Guerra Civil na Síria: atores internos, jogos de poder e possíveis reflexos para o Brasil a partir da situação dos refugiados desse conflito. Ministério da Defesa do Brasil. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/a_guerra_civil_na_siria.pdf. Acesso em: 11 de março de 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.

TRAVIS, Hannibal (2006) "'Native Christians Massacred': The Ottoman Genocide of the Assyrians during World War I," *Genocide Studies and Prevention: An International Journal*: Vol. 1: Iss. 3: Article 8. Available at: <http://scholarcommons.usf.edu/gsp/vol1/iss3/8>.

ULLOA, Silvia. Assyrians Under Kurdish Rule: The Situation in Northeastern Syria. Assyrian Confederation of Europe. Janeiro de 2017. Disponível em Acesso em 13 de março de 2019.

VALENZUELA, C. Reflexiones sobre la Dialéctica de Escalas en el Examen de los Procesos de Desarrollo Geográfico Desigual. In: *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales (Serie documental de GEO CRÍTICA)*, Universidad de Barcelona, v. IX, n. 552, 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-552.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

WIKAS, Seth. Battling the Lion of Damascus: Syria's Domestic Opposition and the Asad Regime. *Policy Focus*, n. 69, maio de 2007. Disponível em: Acesso em: 12 de março de 2019.

ZAPATA, Daniela de Oliveira. A Revolução Baath no Iraque e na Síria: o que mudou? Revista Perspectiva. v. 10, n. 18. 2017, p. 86-100.

ZIADEH, Radwan. Power and Policy in Syria: Intelligence Services, Foreign relations and Democracy in the Modern Middle East. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris & Co.Ltd., 2013.

Holtz, Mateus Felipe

Os assírios no norte da Síria: questões territoriais em meio ao Estado Sírio e à diáspora / Mateus Felipe Holtz - - 2022.
125f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Gilberto Cunha Franca
Banca Examinadora: Neusa de Fátima Mariano, Roberto Goulart Menezes
Bibliografia

1. Geografia Política. I. Holtz, Mateus Felipe. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979